

Jorge Manuel de Almeida e Silva Cardoso

O trabalho colaborativo e a colegialidade na organização onde se realiza a prática docente

Relatório de Estágio Pedagógico apresentado à Universidade
Portugalense Infante D. Henrique, para a obtenção do grau de Mestre
em Ensino da História e Geografia no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no
Ensino Secundário.

Trabalho realizado sob a orientação da
Professora Doutora Fátima Braga
Consultora Científica para a Geografia: Professora Doutora Ortelinda
Barros

Orientador de Estágio:

Dr. João Amaral



UNIVERSIDADE PORTUCALENSE

Universidade Portugalense Infante D. Henrique

Departamento de Ciências da Educação e do Património

Abril de 2015

Agradecimentos

Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer à Doutora Conceição Pinheiro, diretora do Externato Ribadouro, pela oportunidade que me deu em realizar o estágio profissional na área disciplinar de Geografia na instituição que lidera.

Gostaria ainda de agradecer:

À Professora Doutora Fátima Braga e à Professora Doutora Ortelinda Barros, da Universidade Portucalense Infante D. Henrique, pela orientação deste trabalho, bem como pelo apoio e auxílio prestado.

Ao Doutor João Amaral, Professor Cooperante, pelo apoio, disponibilidade, conselhos úteis para o desenvolvimento da prática pedagógica na área curricular de Geografia, pela camaradagem de muitos anos de trabalho e, sobretudo, pela evolução profissional que me possibilitou.

Á Sofia, companheira neste percurso de estágio profissional, pelo seu espírito de camaradagem e companheirismo.

Aos alunos do Externato Ribadouro sem os quais este trabalho não seria possível de realizar.

Á minha família, em particular a Marta, o Pedro e o Miguel, por acreditarem em mim e pelo o ânimo que sempre me transmitiram.

Por último, a todos aqueles que apesar de não mencionados, contribuíram de alguma forma, para a realização deste projeto.

Resumo

O presente relatório de estágio profissional em ensino de Geografia no terceiro ciclo do ensino básico e secundário procura descrever o processo que enquadrou a atividade docente de profissionalização nesta área disciplinar e, ao mesmo tempo, refletir sobre o trabalho colaborativo e a colegialidade na organização onde se realiza a prática docente, tendo por referência o contexto da escola onde efetuei o estágio – Externato Ribadouro –, analisando as diferentes práticas e o seu efeito no desenvolvimento profissional, tanto no departamento de Ciências Sociais e Humanas (CSH) como na própria organização da escola.

Palavras-chave: Trabalho colaborativo, colegialidade, estágio profissional, desenvolvimento profissional, reflexão.

Abstract

This present report in Geography teaching traineeship in the third cycle of primary and secondary education seeks to describe the process that bordered the teaching activities of professionalization in this subject area and at the same time, reflect on cooperative work in the organization of teaching practice, and by reference the school context - Externato Ribadouro - where the teaching traineeship took place, by analyzing the different practices and their effect on the development of teaching, both in the Department of Social Sciences and Humanities (CSH) as the organization's own school.

Keywords: Cooperative work, collegiality, traineeship, professional development, reflexion.

Para a Marta, Pedro e Miguel

Índice

INTRODUÇÃO	13
CAPITULO 1: DESCRIÇÃO DO CONTEXTO DE ESTÁGIO.....	15
1.1 – Caracterização da instituição acolhedora	15
1.1.2 – Enquadramento geográfico e caracterização do território educativo	15
1.1.3 – Projeto Educativo da escola	20
1.2 – Descrição das funções do profissional e do papel do estagiário na instituição	24
CAPITULO 2: EXPLICITAÇÃO DO PLANO DE ESTÁGIO.....	30
2.1 – Princípios de atuação	30
2.2 – Explicitação do Plano de Estágio em Geografia	35
2.3 – Cronograma das Atividades de Estágio em Geografia	38
CAPITULO 3: EXPLICITAÇÃO DO PLANO DE ESTÁGIO.....	42
3.1 – Organização e gestão do ensino e da aprendizagem em Geografia: planificação, realização e avaliação das aprendizagens	42
3.2 – Participação na escola e na comunidade	48
3.3 – Desenvolvimento profissional docente: reflexão, auto e heteroavaliação, investigação	50
CAPITULO 4: AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESTÁGIO	54
CONCLUSÃO	58
REFERÊNCIAS	60
ANEXOS	62

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura n.º 1 – Localização da freguesia do Bonfim	15
Figura n.º 2 – Átrio principal do Externato Ribadouro	16
Figura n.º 3 – Fachada das instalações do ER na Rua do Bonjardim	17
Figura n.º 4 – Organograma da organização pedagógica	20

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro n.º 1 – Oferta Educativa para o Terceiro Ciclo, em tempos de 45 minutos.	21
Quadro n.º 2 – Oferta Educativa para o Ensino Secundário, em blocos de 90 minutos	21
Quadro n.º 3 – Síntese do Modelo de Aquisição de Destrezas de Dreyfus	26
Quadro n.º 4 – Calendário das principais Atividades.....	38
Quadro n.º 5 – Análise das Classificações obtidas pelos alunos do 11.º Ano de escolaridade no Teste Intermédio de Geografia A	51

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1 – Excerto da ata da primeira reunião do núcleo de estágio do ER.....	63
Anexo 2 – Excerto da ata do núcleo de estágio do ER.....	64
Anexo 3 – Planificação anual da área curricular disciplinar de Geografia para o 7.º ano de escolaridade.....	65
Anexo 4 – Excerto da ata do núcleo de estágio do ER.....	75
Anexo 5 – Plano de unidade letiva 10.º B2.....	76
Anexo 6 – Recurso da aula de 10.º ano, planisfério com representação dos fundos marinhos.....	80
Anexo 7 – Recurso da aula de 10.º ano (apresentação em PowerPoint)	81
Anexo 8 – Recurso da aula de 10.º ano (Ficha de Trabalho).....	84
Anexo 9 – Excerto da ata do núcleo de estágio do ER.....	84
Anexo 10 – Plano de unidade letiva 10.º B2.....	87
Anexo 11 – Recurso da aula de 10.º ano (apresentação em PowerPoint)	91
Anexo 12 – Recurso da aula de 10.º ano (notícia do jornal Público).....	96
Anexo 13 – Recurso da aula de 10.º ano (síntese de consolidação).....	98
Anexo 14 – Anexo 14 – Plano de unidade letiva 10.º B2.....	99
Anexo 15 – Guião do excerto do documentário “Portugal Um Retrato Social”	103
Anexo 16 – Recurso da aula de 10.º ano.....	104
Anexo 17 – Recurso da aula de 10.º ano	105
Anexo 18 – Recurso da aula de 10.º ano Recurso da aula de 10.º ano	

(ficha de trabalho de aplicação de conceitos de demografia.).....	106
Anexo 19 – Documentos inerentes à preparação e execução da visita de estudo ao Instituto Geofísico da Universidade do Porto e ao Miradouro da Serra do Pilar.....	109
Anexo 20 – Documentos inerentes à preparação e execução da atividade de comemoração da Semana da Europa.....	112
Anexo 21 – Documentos inerentes à preparação e execução da atividade de celebração do Dia Mundial do Ambiente.....	113
Anexo 22 – Documentos inerentes à preparação e execução da atividade de celebração do Dia Mundial do Ambiente (continuação).....	114
Anexo 23 – Documentos inerentes à preparação e execução da atividade à preparação e execução da atividade com o Viajante.....	118
Anexo 24 – Teste intermédio da área curricular disciplinar de Geografia A...	119
Anexo 25 – Teste intermédio da área curricular disciplinar de Geografia A....	130
Anexo 26 – Critérios de avaliação do teste intermédio da área curricular disciplinar de Geografia A	141
Anexo 27 – Protocolo de observação de aulas.....	146
Anexo 28 – Protocolo de observação de aulas.....	147
Anexo 29 – Protocolo de observação de aulas.....	149
Anexo 30 – Protocolo de observação de aulas.....	150
Anexo 31 – Protocolo de observação de aulas.....	152
Anexo 32 – Protocolo de observação de aulas.....	154
Anexo 33 – Protocolo de observação de aulas.....	156
Anexo 34 – Protocolo de observação de aulas.....	158
Anexo 35 – Protocolo de observação de aulas.....	160

Lista de abreviaturas

ER – Externato Ribadouro

PE – Projeto Educativo

PCE – Projeto Curricular de Escola

PCT – Projeto Curricular de Turma

PAA – Plano Anual de Atividades

RI – Regulamento Interno

EB – Ensino Básico

ES – Ensino Secundário

UPT – Universidade Portucalense

DP – Desenvolvimento Profissional

CSH – Ciências Sociais e Humanas

Introdução

A minha formação docente iniciou-se durante a frequência do curso de Licenciatura em História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, curso de 1992/1996, com estágio integrado no ano letivo 1996/1997. Passados dezasseis anos, continuo a olhar para esse ano de estágio como uma das experiências mais determinantes de toda a minha formação profissional. Tal percepção fez-me sempre valorizar a formação inicial dos docentes como um momento quase decisivo da futura maneira de estar no ensino.

O estágio profissional do qual resultou este relatório não é um recomeço da minha atividade profissional, mas sim uma oportunidade fundamental no aperfeiçoamento das minhas práticas e competências docentes. Por isso, não configurando um contexto de iniciação à prática docente, este estágio permitiu-me focar a minha ação em aspetos relacionados com a organização do trabalho docente, nomeadamente na cultura que orienta esse mesmo trabalho, para poder determinar se o trabalho realizado entre os docentes de um estabelecimento de ensino é, como normalmente se refere, um trabalho colaborativo ou se se trata de uma prática de colegialidade. Pese embora não surgir com nenhuma destas designações, as ações de colaboração entre docentes são uma práxis que se tem vindo a reforçar na instituição de ensino privado que me acolhe há cerca de dezassete anos e na qual me foi permitido efetuar este estágio. O facto de possuir um corpo docente estável, mas que nos últimos anos tem vindo a ser reforçado com professores mais jovens, em virtude do alargamento das instalações e do número de alunos, exigiu um reforço da cooperação entre os professores da casa e os recém-chegados. De igual modo, a associação deste colégio com outras duas instituições de ensino privado exigiu uma maior uniformidade de ação, tanto por parte das escolas como dos docentes, a fim de garantir uma equidade no funcionamento das três escolas que operam como se fossem um agrupamento.

Neste contexto, procurei desenvolver uma atitude analítica e reflexiva, a fim de contribuir para um enquadramento mais rigoroso e objetivo de algumas experiências que podem tornar mais eficiente, mais eficaz e mais proveitoso o

funcionamento da escola, o desempenho dos professores e a formação dos alunos.

Capítulo 1 – DESCRIÇÃO DO CONTEXTO DE ESTÁGIO

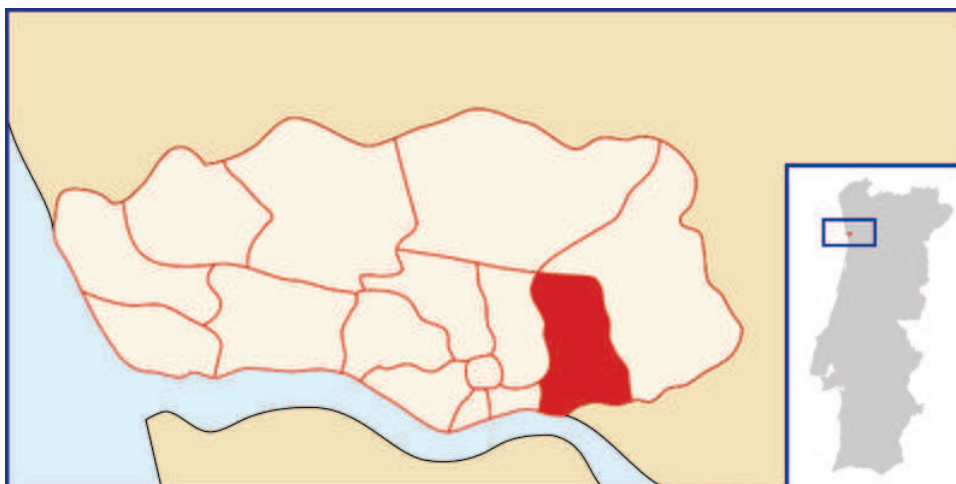
1.1 Caracterização da instituição acolhedora

Instituição de ensino privada com cerca de três décadas de funcionamento, o Externato Ribadouro (ER) possui especificidades resultantes do meio em que se insere e das orientações definidas pela entidade titular e pela direção pedagógica.

1.1.2 Enquadramento geográfico, caracterização do território educativo e organização pedagógica da instituição.

O Externato Ribadouro (ER) localiza-se na freguesia do Bonfim no concelho do Porto. O Bonfim é uma das quinze freguesias que compõem o município do Porto e conta com um número de habitantes que ronda os 35 000. No que diz respeito à sua exposição geográfica, confronta-se com as seguintes freguesias: a Norte com Paranhos, a Este com Campanhã, a Oeste com Santo Ildefonso e a Sudoeste com a Sé.

Figura n.º 1 – Localização da freguesia do Bonfim



Fonte¹

A freguesia do Bonfim foi no passado uma freguesia industrial e, atualmente, as suas atividades económicas são o comércio, sendo possível encontrar

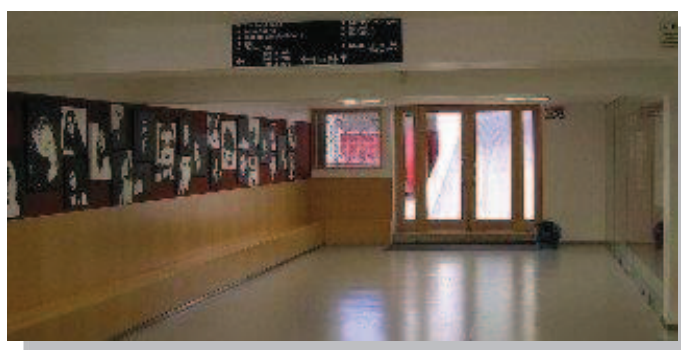
¹ <http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:LocalFregPorto-Bonfim.svg> em 24 de abril de 2012.

diferentes instituições bancárias, pequenas empresas e serviços. Além do elevado número de estabelecimentos de ensino, saúde e comércio, a freguesia conta ainda com um grande número de coletividades, que cumprem um papel decisivo no desenvolvimento cultural da mesma. O Bonfim possui uma densa rede viária mas, com a chegada do Metro, valorizou-se ainda mais, verificando-se um reforço dos acessos.

A população residente, especificamente na área envolvente ao ER, tem fracos recursos económicos e o mínimo de habilitações literárias, havendo até bastantes analfabetos. A maior parte desta pertence ao operariado e exerce a profissão noutros locais. Contudo, a generalidade dos alunos que procuram o ER não vive na Freguesia do Bonfim. Com efeito, a escola recebe alunos não só da cidade e dos concelhos periféricos do Porto, mas também de toda a zona norte do país, o que contribui para uma realidade educativa heterogénea.

É uma escola privada, localizada no centro da cidade do Porto, possuidora de autonomia pedagógica. Esta está organizada em vários níveis de ensino, desde o nível pré-escolar até ao ensino secundário, totalizando pouco mais de um milhar de alunos. O espaço escolar é agradável, e está organizado em dois polos. O principal e mais antigo fica na Rua de Santa Catarina. Apesar de se tratar de um edifício do século XIX, este está reabilitado e adaptado às necessidades da escola. Os alunos dispõem de muito espaço para realizarem as suas atividades de lazer, como, por exemplo, campos de jogos, biblioteca/mediateca e ainda áreas de convívio e recreio.

Figura n.º 2 – Átrio principal do Externato Ribadouro



Fonte²

² Fotografia tirada por Jorge Cardoso e Sofia Santos

O polo mais recente situa-se num edifício da Rua do Bonjardim, nas antigas instalações da BIAL, sujeitas a grandes obras de requalificação para adaptar as salas e os espaços existentes às necessidades da escola.

Figura n.º 3 – Fachada das instalações do ER na Rua do Bonjardim



Fonte³

Por tudo isto, conclui-se que tem sido substancial o contributo do ER para dar uma nova dinâmica a esta parte da freguesia do Bonfim, que acusava sinais de algum envelhecimento urbano.

Uma particularidade interessante nesta escola é o facto da passagem entre os diferentes espaços para lecionar se encontrarem cobertos, pelo que os alunos, funcionários e professores que por eles circulam não ficam expostos às condições atmosféricas.

A escola possui também áreas diferenciadas, próprias para o órgão de gestão, secretaria, mediateca, sala de informática, reprografia, auditórios, pavilhão gimnodesportivo, cantina, bufete, salas de professores, salas de aula teóricas, laboratórios de física, laboratórios de química, laboratórios de ciências naturais – biologia, sala de estudo, palco para a realização de festas, campos de jogos, sala de E.V.T./oficina de artes e áreas de lazer.

³ Fotografia tirada por Jorge Cardoso e Sofia Santos

Quanto aos recursos materiais, a escola dispõe de retroprojetores, projetores multimídia, televisão, leitor de vídeo, leitor de DVD, computadores portáteis e *descktops* e uma boa quantidade de material de apoio didático e pedagógico (mapas, livros, enciclopédias, vídeos, CD-ROM, DVD, etc...).

Toda esta estrutura física é enquadrada pelo Projeto Educativo (PE), o qual constitui “uma referência para a organização do presente e do futuro, proporcionando um enquadramento e um sentido para as ações individuais” (Leite, 2000, p.4). Este documento apresenta-se como um instrumento definidor da instituição, pelo que merece uma cuidada reflexão. Deste modo, o PE constitui um meio privilegiado para a construção e afirmação da identidade da escola perante a comunidade educativa e perante o exterior (Azevedo, 2011).

O PE do ER define como principais objetivos os seguintes aspetos⁴:

- *Criar um instrumento consensual de trabalho conducente ao sucesso da ação educativa.*
- *Cumprir os objetivos da Reforma do Sistema Educativo contemplado não só o domínio de aquisições fundamentais para o desempenho de papéis socialmente úteis, como a dimensão pessoal de formação e a dimensão para o exercício da cidadania.*
- *Estabelecer condições gerais que permitam aos alunos a apropriação do saber, do saber-fazer e do saber-ler numa perspetiva integral de forma multidisciplinar.*
- *Proporcionar aos atores da ação educativa uma diversidade de situações no sentido de ir ao encontro dos interesses dos alunos e provocar-lhes apetências de aprendizagem.*
- *Mobilizar os saberes dos alunos de modo a fazer emergir a sua autoestima, a desenvolver a sua capacidade de respeito pelo outro e cooperação, bem como a capacidade de traçar percursos autónomos.*
- *Facultar processos de aprender a aprender, saber estudar e saber pesquisar, criando meios que despertem o interesse por uma aprendizagem permanente.*

⁴ Vide *Projeto Educativo do Externato Ribadouro*.

- *Proporcionar condições para que os alunos intervenham diretamente na sua aprendizagem e possam agir no meio envolvente, de forma atuante e crítica.*
- *Atuar dinamicamente pelo contínuo estímulo à capacidade criativa e iniciativa individual e coletiva.*
- *Assegurar o desenvolvimento de uma cultura humanística, científica visando formar indivíduos conscientes e cidadãos responsáveis.*
- *Fazer a ligação escola-meio-vida, implicando toda a comunidade educativa.*
- *Permitir uma melhor rentabilização dos recursos, saberes e experiências.*
- *Evitar possíveis disfuncionamentos.*

Por outro lado, o PE do Externato “cria a matriz de suporte que vai ser concretizada no PCE e nos PCT” (Leite, 2000, p.5), definindo como instrumentos operacionalizadores da instituição um conjunto de documentos e respetivas finalidades:

- *Projeto Curricular de Escola (PCE)⁵: integra as decisões relativas à adaptação do currículo nacional à realidade da escola;*
- *Projeto Curricular de Turma (PCT)⁶: integra as decisões relativas à adaptação do currículo e à definição de atividades educativas para cada turma;*
- *Plano Anual de Atividades (PAA): integra ações educativas e projetos desenvolvidos na escola;*
- *Regulamento Interno (RI): conjunto de normas que regula o funcionamento da comunidade educativa.*

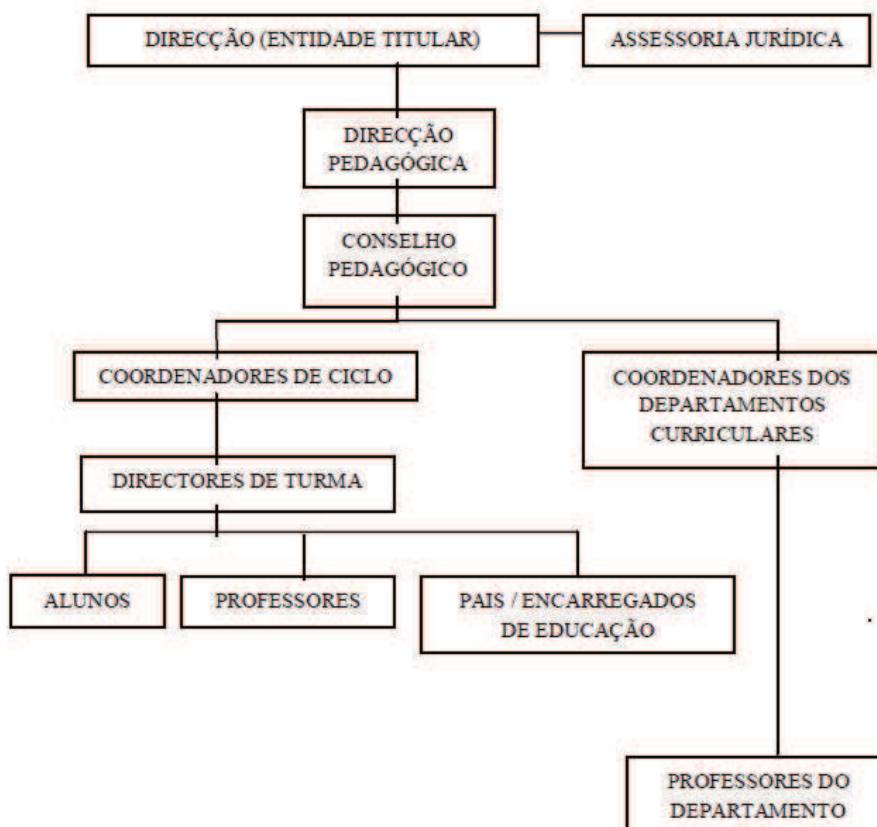
O projeto educativo visa responder a algumas necessidades fundamentais da comunidade educativa, nomeadamente dos professores e alunos, dos pais e encarregados de educação, assim como do meio económico e social (Azevedo, 2011).

⁵ Embora a Lei vigente já não refira a obrigatoriedade de elaboração deste documento, ele existia na altura, na instituição.

⁶ Embora a Lei vigente já não refira a obrigatoriedade de elaboração deste documento, ele existia na altura, na instituição.

A estrutura organizativa da escola é bastante complexa e envolve várias centenas de profissionais, cuja articulação requer uma lógica bem definida e orientada. De acordo com o artigo 10.º do RI 2011-2012, a estrutura e organização pedagógica respeita o seguinte organograma:

Figura n.º 4 – Organograma da organização pedagógica



Fonte: RI 2011-2012, p.7

Evidencia-se assim a preocupação com a operacionalização da instituição, enquadrando hierarquicamente todos os decisores e intervenientes no processo de ensino e de aprendizagem, nesta instituição.

1.1.3 Projeto curricular da escola

O Projeto Curricular do ER pretendia corresponder à heterogeneidade que caracteriza a população que procura respostas nesta instituição, bem como aos princípios que norteiam PE desta instituição de ensino, respeitando as especificidades dos diferentes níveis de ensino que tem para oferecer.

Quadro.º 1 – Oferta curricular do Externato Ribadouro

Pré - escolar	
1º Ciclo	
2º Ciclo	
3º Ciclo	
Secundário	
Cursos Científico-Humanísticos	Ciências e Tecnologias
	Ciências Sócia – económicas
	Ciências Sociais e Humanas
	Artes Visuais

Fonte: PCE 2011-2012, p.8.

A oferta educativa dentro destes planos curriculares apresenta a seguinte organização:

Quadro n.º 2 – Oferta educativa por ciclo

1.º Ciclo (horas letivas)

Componentes do Currículo	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano
Língua Portuguesa	8 Horas	8 Horas	8 Horas	8 Horas
Estudo do Meio	5 Horas	5 Horas	5 Horas	5 Horas
Matemática	7 Horas	7 Horas	7 Horas	7 Horas
Expressões	5 Horas	5 Horas	5 Horas	5 Horas
Total	25	25	25	25

2.º Ciclo (em tempos de 45 minutos)

Componentes do Currículo	5º Ano	6º Ano
Áreas curriculares disciplinares		
Língua Portuguesa	2+1*	2+1*+1**
Língua Estrangeira – Inglês	2	2
História e Geografia de Portugal	1,5	1,5
Matemática	2+1*	2+1*+1**
Ciências da Natureza	1,5	1,5
Educação visual e Tecnológica	2	2
Educação Musical	1,5	1,5
Educação Física	1,5	1,5
Área não disciplinares		
Estudo Acompanhado	1,5 ***	1,5***
Formação Cívica	0,5	0,5
TOTAL	18	20

* Por decisão do Conselho Pedagógico foi atribuído mais um bloco semanal

** um bloco semanal de preparação para os exames nacionais

*** lecionado por professores de matemática e de língua portuguesa

3.º Ciclo (em tempos de 45 minutos)

Componentes do Currículo	7º Ano	8º Ano	9º Ano
Áreas curriculares disciplinares			
Língua Portuguesa	2+1*	2+1*	2+1*+1**
Língua Estrangeira – Inglês	1,5	1,5	1,5
Língua Estrangeira – Francês/ Espanhol	1,5	1,5	1,5
História	1	1,5	1
Geografia	1	1	1,5
Matemática	2+1*	2+1*	2+1+1**
Ciências da Natureza	1+0,5*	1+0,5*	1,5
Físico-Química	1+0,5*	1+0,5	1,5
Educação visual	1	1	1
Educação Tecnológica -TIC	1	1	1
Educação Física	1,5	1,5	1,5
Área não disciplinares			
Formação Cívica	0,5	0,5	0,5
TOTAL	18	18,5	20,5

* Por decisão do Conselho Pedagógico foi atribuído mais um bloco semanal.

** um bloco semanal de preparação para os exames nacionais

Secundário (em blocos de 90 minutos)

✓ Componente de Formação Geral para todos os Cursos:

Disciplinas	10º Ano	11º Ano	12º Ano
Português	2	2	2+1*
Língua Estrangeira – Inglês ou Francês	2	2	-
Filosofia	2	2+1*	-
Educação Física	2	2	2
Formação Cívica	0,5		
TOTAL	8,5	8	5

*Apoio suplementar de um bloco para os alunos que pretendam efetuar o exame nacional

✓ Componente de Formação Específica:

Curso de Ciências e Tecnologia	Disciplinas	10º Ano	11º Ano	12º Ano
	Matemática A	3	3+1*	3+1,5*
	Física e Química A **	3,5+1*	3,5+1*	-
	Biologia e Geologia **	3,5+1*	3,5+1*	-
	Geometria Descritiva A **	3,5+1*	3,5+1*	-
	1º Disciplina de Opção***	-	-	3,5
	2º Disciplina de Opção***	-	-	3
TOTAL	12	12	11,5	

Curso de Ciências Sócio Económicas	Disciplinas	10º Ano	11º Ano	12º Ano
	Matemática A	3	3+1*	3+1,5*
	Economia A	3+1	3+1*	-
	Geografia A	3+1	3+1*	-
	1º Disciplina de Opção***	-	-	3
	2º Disciplina de Opção***	-	-	3
TOTAL	11	11	11	

* Por decisão do Conselho Pedagógico foi atribuído mais um bloco semanal;

** Os alunos matriculados no 10º ano deveram escolher obrigatoriamente duas disciplinas bienais.

*** Os alunos matriculados no 12º ano deveram escolher duas disciplinas opcionais, sendo que obrigatoriamente uma delas deveria sair do conjunto das disciplinas bienais da formação específica pertencentes ao seu plano curricular

Fonte: PCE 2011-2012, pp.3 a 5

Embora a oferta educativa seja diversificada, é clara a predominância de alunos nos cursos científico-humanísticos do Ensino Secundário. A quase totalidade dos alunos pretende ingressar no ensino superior, pelo que os seus

percursos individuais são devidamente acompanhados e orientados nesse sentido.

As turmas eram constituídas a partir de critérios definidos no PCE, tendo como pressuposto a garantia de condições de igualdade, ao longo do percurso escolar, para todos os alunos, possibilitando opções individuais em termos curriculares. No Ensino Básico (EB) as turmas do ano inicial são constituídas de forma a que cada uma apresente características heterogêneas em termos escolares, com equilíbrio etários e de gênero. No Ensino Secundário (ES) foi utilizado um critério instrumental, ou seja, por opções curriculares. No caso de existirem várias turmas da mesma opção, os alunos eram distribuídos de forma heterogênea em termos de nível académico. Em ambos os níveis de escolaridade (básico e secundário) e nos anos de sequência vigorava o critério da continuidade e, tendo por base a legislação em vigor, procurava-se que o número de alunos por turma não ultrapasse os vinte e oito alunos.

Procurava-se, assim, desenvolver um bom relacionamento interpessoal e uma cada vez maior qualidade do ensino e da aprendizagem, não esquecendo a necessidade de integrar um grande número de alunos que anualmente têm procurado matricular-se neste estabelecimento de ensino.

1.2 Descrição das funções do profissional e do papel do estagiário na instituição

Após cerca de dezoito anos de função docente, dezassete dos quais no Externato Ribadouro (ER), resolvi apostar mais uma vez numa formação académica que trouxesse uma mais-valia à minha atividade docente, aperfeiçoando o meu desenvolvimento profissional, considerado como “um processo que procura melhorar competências, atitudes, compreensão ou atuação em papéis atuais ou futuros” (Fullan, 1995, cit. por Flores, 2012, s/p). Para tal contribuíram inúmeros fatores, tanto de índole pessoal como de índole conjuntural: a necessidade de enriquecer a minha formação, o possibilitar perspetivas futuras mais amplas na área da docência, ou o responder aos desafios do meio escolar, no qual vários colegas se encontram a frequentar

cursos de mestrado e de doutoramento. Todavia, o trabalho intenso e permanente que se desenvolve dentro desta instituição de ensino privada implicou que a minha disponibilidade para frequentar este curso de mestrado da Universidade Portucalense (UPT), o qual inclui uma componente de prática pedagógica numa escola, só seria exequível se essa prática pedagógica pudesse decorrer no próprio ER, o que carecia de anuência da direção pedagógica do mesmo. Assim, após a confirmação dessa possibilidade, iniciei a frequência das aulas de complementos da área científica da Geografia, uma vez que obtive equivalência à formação na área da História resultante da minha licenciatura com profissionalização, acima referida.

No contexto das aulas de mestrado contactei com uma colega, Sofia Santos, com uma situação similar à minha: igualmente licenciada e profissionalizada em História, possuía já uma considerável experiência no ensino. A formação de um núcleo de estágio no ER composto por mim e por esta colega surgiu quase de forma “natural”. Ambos teríamos que estagiar apenas em Geografia, contando com mais de dez anos de experiência no ensino, factos que poderiam tornar a nossa situação noutros núcleos teoricamente favorecida em relação a outros colegas de estágio com pouca ou nenhuma experiência pedagógica. Digo teoricamente, pois a experiência acumulada não invalida a possibilidade de outrem, que não a possua, ter um desempenho exemplar. Para além disso, éramos os únicos a estagiar apenas em Geografia.

Assim, considerando as especificidades das nossas situações profissionais, bem como das nossas experiências na área da docência, à luz do modelo de *expertise* de Berliner para o desenvolvimento profissional (DP) (Berliner, 1988, citado por Flores, 2012), ou mesmo de acordo com a síntese do modelo de aquisição de destrezas de Dreyfus (citado por Eraut, 1994:124, citado por Flores, 2012), entendemos que havia alguma proximidade na forma como trabalhamos com os nossos alunos e como encaramos o trabalho docente. Contudo, e para que se possa melhor compreender o modelo de aquisição de destrezas de Dreyfus, apresenta-se de seguida uma tabela síntese com a descrição dos níveis do dito modelo.

Quadro n.º 3 – Síntese do Modelo de Aquisição de Destrezas de Dreyfus

(citado por Eraut, 1994)

Nível 1	Principiante	<ul style="list-style-type: none"> - Adesão rígida a regras ou planos aprendidos - Fraca perceção da situação - Ausência de juízo discricionário.
Nível 2	Principiante avançado	<ul style="list-style-type: none"> - Linhas de orientação para a ação baseadas em atributos ou aspetos específicos (aspetos são características globais de situações reconhecíveis apenas após alguma experiência prévia); - A perceção da situação é ainda limitada; - Todos os atributos e aspetos são tratados separadamente e é lhes concedida igual importância.
Nível 3	Competente	<ul style="list-style-type: none"> - Lida bem com a existência de muitos alunos; - Vê agora as suas ações, pelo menos parcialmente, em termos de objetivos a longo prazo; - Planificação deliberada e consciente; - Procedimentos estandardizados e rotinizados.
Nível 4	Proficiente	<ul style="list-style-type: none"> - Encara as situações de uma forma holística em vez de considerar apenas alguns aspetos; - Vê o que é mais importante numa situação; - Apercebe-se de desvios do padrão normal; - Usa máximas para se orientar, cujo significado varia de acordo com a situação.
Nível 5	Perito/Especialista (<i>expert</i>)	<p>Já não se baseia em regras, princípios gerais ou máximas;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compreensão intuitiva das situações baseada num entendimento tácito profundo; - Usa abordagens analíticas numa situação nova ou quando ocorrem problemas; - Possui uma visão daquilo que é possível.

Outra situação que tornou este núcleo de estágio diferente de um núcleo de estágio dito convencional tem a ver com a relação que se estabeleceu entre os estagiários e o professor cooperante: em relação a mim, o professor cooperante que nos orientou é um colega de departamento de há alguns anos, existindo uma grande proximidade; em relação à Sofia existiu também sempre um tratamento *inter pares* e não o de estagiária em início de experiência docente.

Tenho desempenhado funções docentes lecionando História e Geografia de Portugal, no 5.º e 6.º ano do segundo ciclo do EB, História, no 7.º, 8.º e 9.º ano

do terceiro ciclo do EB, e História A no 10.º, 11.º e 12.º ano do ES. No ano letivo de 2011 - 2012 desempenhei funções de professor de história de turmas do 7.º, 8.º, 10.º, 11.º e 12.º, sendo igualmente diretor de turma desta última. Também já lecionei, neste estabelecimento de ensino, disciplinas curriculares do ensino recorrente (modalidade de ensino que o ER neste momento não oferece): Ciências Sociais e Formação Cívica, aos alunos do EB recorrente, e Área Interdisciplinar e História aos alunos do ES recorrente. Lecionei ainda os programas de disciplinas já extintas do ES da via ensino: Introdução ao Desenvolvimento Económico e Social (IDES), ao 12.º ano das turmas de economia, e História da Arte, ao 10.º, 11.º e 12.º ano das turmas de artes.

Para além de funções de docente e de diretor de turma, exerci ainda as funções de representante do grupo de História no departamento de Ciências Sociais e Humanas (CSH). Ao longo destes anos, nesta instituição de ensino, desenvolvi a minha prática docente, participei e contribuí para inúmeros projetos, ações de formação, eventos escolares e colaborações inter e transdisciplinares (colaborações em aulas de Português, de História da Cultura e das Artes e de Economia).

Se todas estas ações tiveram um contributo relevante para o meu DP, um dos projetos mais marcantes foi o programa Sócrates - Comenius, na implementação de intercâmbios de alunos entre escolas europeias, do qual fui colaborador durante 6 anos consecutivos e depois coordenador durante mais 5 anos. Isto possibilitou-me conhecer de perto realidades e sistemas escolares bem distintos: Bélgica, Polónia, Hungria, Finlândia, Noruega, Eslovénia, Itália e Grécia foram, entre outras, as nacionalidades das escolas parceiras com quem trabalhei com mais proximidade. Isso permitiu uma partilha de conhecimentos, com colegas e escolas, muito enriquecedora ao nível do DP. Esta foi uma das primeiras e das mais intensas experiências de trabalho colaborativo que vivenciei, pois os temas dos intercâmbios implicavam uma grande transversalidade das áreas curriculares, promotor de um intenso trabalho colaborativo.

Cada uma destas experiências constituiu uma forma de enriquecer o meu DP, uma vez que, segundo de Fullan, este “inclui qualquer atividade ou processo

que procura melhorar competências, atitudes, compreensão ou atuação em papéis atuais ou futuros” (Fullan, 1995, cit. por Flores, 2012, s/p).

Do mesmo modo, Day concretiza uma definição de DP na qual se podem integrar muitos dos aspetos elencados nos vários projetos, ações de formação, eventos escolares e colaborações inter e transdisciplinares acima citados, pois este conjunto

envolve todas as experiências espontâneas de aprendizagem e as atividades conscientemente planificadas, realizadas para benefício, direto ou indireto, do indivíduo, do grupo ou da escola e que contribuem, através destes, para a qualidade da educação na sala de aula. É o processo através do qual os professores, enquanto agentes de mudança, revêm, renovam e ampliam, individual ou coletivamente, o seu compromisso com os propósitos morais do ensino, adquirem e desenvolvem, de forma crítica, juntamente com as crianças, os jovens e os seus colegas, o conhecimento, as destrezas e a inteligência emocional, essenciais para uma reflexão, planificação e prática profissionais eficazes, em cada uma das fases das suas vidas profissionais (Day, 2001, pp. 20-21).

A complexidade do conceito de DP, bem como seu caráter contínuo ao longo da atividade docente, são igualmente evidenciadas por Marcelo, ao referi-lo como

um processo individual e coletivo que se deve concretizar no local de trabalho do docente: a escola; e que contribui para o desenvolvimento das suas competências profissionais, através de experiências de índole diferente, tanto formais como informais. (...) um processo a longo prazo, no qual se integram diferentes tipos de oportunidades e experiências, planificadas sistematicamente para promover o crescimento e desenvolvimento do docente (Marcelo, 2009, cit. por Flores, 2012, s/p)

Deste modo, encarei este meu segundo estágio pedagógico, desta feita na área da Geografia, como um passo significativo no meu desenvolvimento profissional, indissociável dos princípios da profissionalidade docente, ajustada aos requisitos de uma profissão cada vez mais exigente, tanto ao nível da preparação teórica como da prática quotidiana. Como refere Alonso,

O perfil do professor atual é o de um profissional apetrechado com os instrumentos teóricos, técnicos e práticos que lhe permitem desempenhar uma prática reflexiva, capaz de dar resposta à diversidade de exigências com que é confrontada a escola de hoje e do futuro. A sua função central — estimular aprendizagens significativas nos alunos e o seu desenvolvimento integral enquanto indivíduos e cidadãos — é uma função complexa, que exige o desenvolvimento de conhecimentos, capacidades e atitudes a vários níveis, mas que exige, sobretudo, uma grande capacidade reflexiva, investigativa, criativa e participativa para se adaptar e intervir nos processos de mudança (Alonso, 2007, p.47).

Só assim é possível permanecer nesta profissão tão estimulante quanto extenuante, quer na vertente científica e pedagógica, quer na vertente humana e relacional.

Capítulo 2 – EXPLICITAÇÃO DO PLANO DE ESTÁGIO

2.1. Princípios de atuação – o trabalho colaborativo: princípios e constrangimentos

Ao longo do processo que constituiu este estágio profissionalizante todos os elementos do núcleo de estágio pautaram as suas ações por uma conduta profissional e ética, resultante de uma prática de mais de uma década no ensino. A experiência do professor cooperante e a dos estagiários, radicada numa profissionalização integrada na licenciatura e nos subsequentes anos de serviço, facilitou a planificação do estágio e o enquadramento do mesmo nas práticas do trabalho colaborativo na organização do trabalho docente, tema orientador deste relatório. Importa por isso tentar esclarecer o conceito e a natureza do trabalho desenvolvido, procurando clarificar se esta cultura de trabalho se aplica efetivamente nesta instituição de ensino, enformando a organização do trabalho docente. A necessidade desta clarificação resulta da identificação de uma série de conceitos que podem por vezes confundir-se e que se referem a outras culturas de trabalho de colaboração, não correspondendo exatamente ao conceito de trabalho colaborativo.

A cultura de colaboração tem sido uma vertente valorizada na organização do trabalho dos professores e das escolas por inúmeros investigadores das ciências da educação (Hargreaves, 1998, Lima, 2002, Braga *et al.* 2004).

Hargreaves (1998) refere que o princípio da colaboração surgiu repetidamente como resposta produtiva a um mundo no qual os problemas são imprevisíveis. Contudo, como sublinha este autor, a colaboração no trabalho docente não deve ser considerada numa perspetiva simplista, pois trata-se de um conceito ambíguo e complexo, ao referir que na prática aquilo a que se chama colaboração ou colegialidade pode assumir formas muito diferentes: o ensino em equipa, a planificação em colaboração, o treino com pares, as relações de mentores, o diálogo profissional e a investigação-ação em colaboração, para referir algumas.

Para Roldão (2007) trabalho colaborativo não se resume a colocarmos um grupo de pessoas perante uma tarefa coletiva – não chega agrupar, nem é suficiente pedir resultados. O essencial das potencialidades do trabalho colaborativo joga-se no plano técnico. Estrutura-se essencialmente como um processo de trabalho articulado e pensado em conjunto, que permite alcançar melhor os resultados visados, com base no enriquecimento trazido pela interação dinâmica de vários saberes específicos e de vários processos cognitivos em colaboração.

Um conceito frequentemente usado como seu equivalente é o de cooperação, mas este é apenas uma componente chave daquela, uma vez que a cooperação refere as ações individuais, que não trazem necessariamente benefício para todos os envolvidos, enquanto a colaboração refere as ações que beneficiam todos os atores e cujos resultados não seriam os mesmos se não tivesse havido um trabalho conjunto, com responsabilidade partilhada em termos de decisões tomadas (Ávila de Lima, 2001 citado por Braga, 2009).

Contudo, a simples existência de colaboração não deve ser confundida com a consumação de uma cultura de colaboração (Fullan e Hargreaves, 2000, citados por Damiani, 2008). Torres, Alcântara e Irala (2004), citados por Damiani (2008) reforçam esta ideia quando argumentam que a colaboração pode ser entendida como uma filosofia de vida, enquanto a cooperação seria vista como uma interação projetada para facilitar a realização de um objetivo ou produto final.

A cultura de colaboração pode ser também classificada, de acordo com Hargreaves (1995), citado por Braga (2012), como colegialidade, e que não se deve confundir com colaboração, uma vez que as iniciativas de colegialidade

não são espontâneas, voluntárias, nem imprevisíveis, mas reguladas administrativamente. Os professores encontram-se, porque é necessário que trabalhem em conjunto com vista à implementação (de ordens superiores); os encontros são calendarizados (de forma a serem regulados) e os resultados são concretos e predefinidos, ainda que desenvolvidos em colégio de pares (Braga, 2012, p. 161).

Pese algumas das práticas desenvolvidas no ER se aproximem claramente da colegialidade, muitas das iniciativas desenvolvidas

são espontâneas⁷ (partem dos próprios professores); embora facilitadas administrativamente, são voluntárias (resultam da valorização que dela fazem os próprios docentes), estão orientadas para o desenvolvimento de iniciativas informais, difundidas no tempo e no espaço, não se sujeitando a calendarizações (Braga, 2012, p. 160).

Isto permite concluir que o trabalho realizado pelos professores do ER não se enquadra numa tipologia única de cultura de colaboração, verificando-se antes ações que resultam de iniciativas da liderança da instituição, articuladas com procedimentos já interiorizadas pelo corpo docente, o qual assume a liderança das ações e práticas a desenvolver.

Por outro lado, Braga alerta ainda para existência de uma outra tipologia de cultura escolar de aparente colaboração que é a balcanização.

A balcanização é uma configuração organizacional que divide, separa os professores em subgrupos isolados, muitas vezes adversários uns dos outros no interior de uma escola. Os professores nem trabalham a sua individualidade nem colaboram, porque estão constrangidos em subgrupos, sejam eles disciplinares, correspondentes aos níveis de ensino ou estruturados segundo uma qualquer outra lógica (Braga, 2012, p.164).

No que ao ER diz respeito, quase todos os docentes trabalham com turmas de terceiro ciclo e de secundário ou mesmo do segundo ciclo, terceiro ciclo e secundário num mesmo ano letivo. E não são raras as iniciativas que envolvem muitos dos professores com colegas e com alunos do primeiro ciclo. Aliás, os coordenadores de ciclo⁸, que até há alguns anos coordenavam essencialmente o trabalho de cada ciclo, como a própria designação indica, coordenam desde 2011 um conjunto transversal de turmas dos diferentes níveis de ensino, de modo a promover uma verdadeira colaboração. Pode-se concluir que, com esta

⁷ O Externato Ribadouro pratica uma filosofia de trabalho colaborativo entre todos os docentes desta instituição de ensino. Realizam-se frequentes encontros informais entre os docentes com o objetivo de partilhar o trabalho desenvolvido pelos professores, bem como a preparação das diversas atividades a desenvolver com os alunos, a sua análise e a avaliação dos resultados obtidos.

⁸ Vide Figura 4, p. 20

forma de organização do trabalho docente, a possibilidade de desenvolvimento de uma cultura de balcanização está mais limitada nesta instituição de ensino.

Assim, os princípios de atuação que nortearam o plano de estágio também refletiram os princípios da colaboração, tanto dentro do núcleo como com o grupo disciplinar e com a escola.

Hargreaves (1998) enfatiza o valor do trabalho colaborativo ao observar que nestas escolas todos trabalham para alcançarem objetivos comuns e todos se esforçam para, em conjunto, encontrarem as soluções adequadas aos problemas.

Contudo, mesmo procurando cumprir com estes princípios, as dificuldades inerentes à colaboração existem, principalmente quando os formalismos próprios do sistema de educação e dos particularismos da organização da instituição de ensino se tornam imperativos, aquilo que Roldão (2007) define como normatividade, quer curricular quer organizacional, que induz uma lógica de cumprimento mais do que uma lógica de qualidade e eficácia. No mesmo contexto, Roldão reflete igualmente sobre a dificuldade em introduzir práticas de trabalho colaborativo e produzir ruturas complicadas na forma das escolas e dos professores trabalharem, no sentido do desenvolvimento de uma cultura de colaboração. Por fim, existe ainda algum preconceito relativo a este tipo de trabalho, por se acreditar que pode obnubilar ou desvalorizar a ação individual e pessoal, e que importa desmitificar pois

Trabalhar colaborativamente implica que cada indivíduo tenha um contributo a dar que tem de ter o seu processo de construção individual e singular, que requer também tempos e modos de trabalho individuais. As próprias tarefas de trabalho colaborativo entre professores podem/devem incluir momentos de trabalho individual para preparar ou aprofundar o trabalho no coletivo no momento seguinte. (Roldão, 2007, p. 28)

Importa assim concluir que o trabalho colaborativo é uma prática em construção no ER, sujeita a experimentação e a eventuais erros ou desvios na sua implementação, mas entendida como uma práxis benéfica para o funcionamento da instituição, para o desenvolvimento profissional docente e para a aprendizagem dos alunos.

De acordo com Herdeiro & Silva (2008), as práticas colaborativas pressupõem o questionamento contínuo das concepções e conhecimentos dos professores o que induz ao seu enriquecimento profissional e a evidentes progressos na aprendizagem dos alunos. Ainda na opinião destas autoras, as escolas que apresentam culturas colaborativas fomentam atitudes de reflexão pessoal e em grupo, o que faz com que os professores aprendam uns com outros e partilhem saberes e experiências, sobretudo através de atividades de projeto, troca de experiências e práticas reflexivas no coletivo (Herdeiro & Silva, 2008, p.8).

No mesmo sentido Day (2001) reforça esta ideia dos benefícios do trabalho colaborativo, tanto para os docentes como para os alunos, pois

quando a colaboração é entendida como um meio eficaz para o desenvolvimento do professor, ela vai ter impacto na qualidade das oportunidades de aprendizagem dos alunos e assim, direta ou indiretamente, na sua motivação e desenvolvimento (Day, 2001, p.131).

Importa porém não esquecer que o trabalho colaborativo, não obstante as suas virtualidades, comporta também alguns constrangimentos. Para além da eventual falta de hábitos de cooperação, o que não facilita o processo, Lima (2002) refere que, muitas vezes, os professores têm noções diferentes de colaboração e, “se não for especificada, passa a um slogan vazio” (Lima, 2002, p.46) pois, muitas vezes, não é bem clara a forma como as equipas de professores podem desenvolver trabalho colaborativo. Por outro lado, os trabalhos desenvolvidos pelos professores podem restringir-se a “uma colaboração que focaliza os aspetos imediatos, de curto prazo e práticos,[...] que não abarca os princípios da prática reflexiva sistemática” (Fullan e Hargreaves, 2001, p.100).

Pinto & Sanches (2002), concluíram que as dificuldades que os professores sentem em trabalhar colaborativamente são de ordem diversa e estão relacionadas com desajustamentos de horários de trabalho pois, muitas vezes, a partilha e a análise reflexiva de ideias e a discussão de perspetivas “não encontram espaço nem tempos organizacionais” (Pinto & Sanches, 2002, p.642).

Lima (2002) salienta que “as virtudes colaborativas têm sido objeto de forte apologia oficial na área educativa”, pelo que aconselha “uma vigilância constante e uma reflexão cuidada sobre as suas potencialidades para a mudança educativa de qualidade, não podendo deixar de se considerar as suas prováveis limitações, distorções e ambiguidades” (Lima, 2002, p. 8).

Todavia, foi enquadrado por estes princípios de atuação, baseados tanto na colegialidade como no trabalho colaborativo, que se definiu o plano de estágio para o núcleo de estagiários do ER, a desenvolver ao longo dos meses seguintes. Procurou-se que este estágio contribuísse para um aperfeiçoamento das práticas de todos os docentes nele envolvidos e da própria escola. Este aspeto será mais desenvolvido nos pontos seguintes.

2.2 Explicitação do plano de estágio em Geografia

A planificação, enquanto momento determinante e enformador de qualquer projeto, é sempre um momento definidor da natureza do mesmo. No que se refere ao contexto educativo, planificar é um processo intrínseco à função docente. Em relação a este aspeto, Zabalza (2000) afirma que a planificação é um fenómeno de planear, de algum modo, as nossas previsões, desejos, aspirações e metas num projeto que seja capaz de representar, dentro do possível, as nossas ideias acerca das razões pelas quais desejaríamos conseguir, e como poderíamos levar a cabo, um plano para os concretizar.

Por conseguinte, o plano de estágio desenvolvido para a profissionalização no Ensino de História e de Geografia nos Ensinos Básico e Secundário (neste caso específico apenas em Geografia) foi criteriosamente definido desde o início, tendo por referência as linhas orientadoras da prática pedagógica definidas pela Universidade Portucalense Infante D. Henrique para este curso. Assim, na primeira reunião⁹ entre os estagiários e o professor cooperante, Dr. João Amaral, a primeira preocupação foi a análise e interpretação conjunta dos normativos de operacionalização e de avaliação da prática pedagógica, esclarecendo-se que seriam consideradas três áreas de formação, a saber:

⁹ Vide anexo 1, excerto da ata n.º1 do núcleo de estágio do ER.

- ✓ a organização e gestão do ensino e da aprendizagem (correspondendo a 60% da avaliação final, sendo 15% para as tarefas de planificação, 30% para a realização e 15% para as tarefas relacionadas com a avaliação);
- ✓ a participação na escola e relação com a comunidade (correspondendo a 20% da avaliação final);
- ✓ o desenvolvimento profissional docente (correspondendo a 20% da avaliação final).

O procedimento seguinte prendeu-se com aspetos logísticos, nomeadamente de conciliação de disponibilidades dos horários profissionais, uma vez que a carga letiva intensiva do meu horário, tal como o do professor cooperante, bem como o horário completo da minha colega estagiária, deixavam pouco espaço de manobra para compatibilizar as aulas de observação e as turmas em que poderíamos lecionar.

Por condicionalismos resultantes da dificuldade em conciliar o meu horário com o do professor cooperante, só me foi possível trabalhar com uma das turmas de geografia do ensino secundário, do décimo ano de escolaridade. Assim, partindo da análise do PCT, a turma apresenta as características que a seguir se transcrevem.

A turma era constituída por 30 alunos, dos quais 13 eram rapazes e 17 eram raparigas, com idades compreendidas entre os 14 e os 16 anos, embora a maioria tivesse 15 (72%). Do total, apenas 3 frequentavam este nível de escolaridade pela segunda vez, resultante de uma mudança de curso. 80% (24 alunos) da turma estava a frequentar o ER pela primeira vez.

A totalidade dos alunos pretendia prosseguir estudos até ao ensino superior, apresentando, no que respeita a áreas de estudo pretendidas, alguma diversidade de objetivos:

Gráfico n.º 1 – Cursos pretendidos pelos alunos no ensino superior



Predominavam os cursos na área da economia e gestão. Contudo, cerca de 31% (9 alunos) não sabia ou não respondia (NS/NR).

Quanto às disciplinas em que estes se sentiam mais seguros, destacavam-se a de Inglês (referida por 12 alunos), a de Matemática (referida por 10 alunos) e a de Educação Física (referida por 7 alunos). Em relação às disciplinas em que sentiam mais dificuldades destacavam-se Português (referida por 10 alunos), Matemática (referida por 7 alunos) e Geografia (referida por 4 alunos).

Os alunos deste grupo de trabalho consideravam que o sucesso escolar dependia de fatores como: o estudo diário, a atenção e concentração na sala de aula, a existência de bons professores/compreensivos, bom ambiente na sala de aula, bom relacionamento com os professores e o empenho de cada estudante nas suas tarefas escolares.

No que se refere a problemas de saúde e dificuldades de aprendizagem, apenas se registavam algumas situações relativas a alergias, uma aluna com algumas limitações no tipo de exercícios de educação física (devidamente atestado por relatório médico).

Quanto ao meio sociocultural, a generalidade da turma pertencia a um meio médio-alto, cujos pais apresentavam, na maioria, como habilitações, a licenciatura ou o 12.º ano de escolaridade (esta situação indiciava que estes pais podiam acompanhar de uma forma mais esclarecida os seus educandos ao longo do percurso escolar). As profissões mais referidas para os pais/encarregados de educação eram variadas, com destaque para professores, empresários, médicos, comerciantes, economistas, gestores,

advogados, engenheiros, vendedores, notários, psiquiatras, bancários, educadoras de infância, entre outros.

2.3 Cronograma das atividades de Estágio em Geografia

No decurso de todo o processo de estágio profissional realizei diversas tarefas no âmbito da área curricular de Geografia, das quais destaco a lecionação de duas aulas de 45 minutos e uma aula de 90 minutos, a observação de aulas do professor cooperante, a observação das aulas da minha colega de estágio, planificação e participação em atividades que dinamizaram o Plano Anual de Atividades (PAA), as reuniões do núcleo de estágio, as reuniões formais do núcleo de estágio, do grupo disciplinar de Geografia, do Departamento e ainda do Conselho de Turma.

Tabela n.º 4 – Calendário das principais atividades

Aulas lecionadas		
Data	Duração	Observação
24.02.2012	45 Minutos	Aula do 10.º ano de escolaridade.
28.02.2012	90 Minutos	Aula do 10.º ano de escolaridade.
11.05.2012	45 Minutos	Aula do 10.º ano de escolaridade.
Aulas observadas do Professor Cooperante		
Data	Duração	Observação
24.01.2012	90 Minutos	Aula do 7.º ano de escolaridade.
25.01.2012	90 Minutos	Aula do 10.º ano de escolaridade.
01.02.2012	90 Minutos	Aula do 10.º ano de escolaridade.
Aulas observadas do colega de estágio		
Data	Duração	Observação
13.02.2012	90 Minutos	Aula do 7.º ano de escolaridade.
13.03.2012	90 Minutos	Aula do 10.º ano de escolaridade.
Participação na escola e relação com a comunidade – Atividades		
Data	Duração	Observação
17.05.2012	180 Minutos	Palestra do viajante
07 a 15. 05.2012		Comemoração da Semana Europeia
		Visita de estudo ao Instituto Geofísico da Universidade do Porto e ao Miradouro da Serra do Pilar.

		Atividade para os alunos do 7.º ano de escolaridade
05.06.2012	90 minutos	Dia Mundial do Ambiente Atividade: Pegada Ecológica com os alunos do 7.º ano de escolaridade
Reuniões formais do núcleo de estágio		
Data	Duração	Observação
09.12.2011	90 Minutos	Apresentação dos elementos do núcleo de estágio e informações sobre as ações a desenvolver durante o estágio.
18.01.2012	90 Minutos	Planificação do processo de formação: calendarização das aulas a observar pelos professores em formação, bem como das aulas a lecionar pelos mencionados professores.
25.01.2012	90 Minutos	Apresentação e análise dos documentos construídos para as aulas assistidas dos professores em formação, bem como a reflexão sobre as aulas assistidas pelos professores em formação.
06.02.2012	90 Minutos	Reflexão sobre as aulas assistidas pelos professores em formação.
15.02.2012	90 Minutos	Reflexão sobre as aulas lecionadas pelos professores em formação.
05.03.2012	90 Minutos	Reflexão sobre a aula lecionada pelo professor em formação, bem como a apresentação e análise dos documentos construídos para as aulas assistidas dos professores em formação
15.03.2012	90 Minutos	Reflexão sobre a aula lecionada pelo professora Sofia Santos e balanço do trabalho desenvolvido pelo núcleo de estágio
14.06.2012	90 Minutos	Reflexão sobre a aula lecionada pelo professor Jorge Cardoso. Análise do trabalho desenvolvido ao longo do processo de formação.
Reunião de Conselho Turma		
Data	Duração	Observação
15.02.2012	60 Minutos	Reunião intercalar 10.º ano de escolaridade
23.03.2012	120 Minutos	Reunião de avaliação do 10.º ano de escolaridade
Reuniões de Departamento		
Data	Duração	Observação
09.01.2012	90 Minutos	Reunião de observação de informações para o 2º período letivo oriundas do Conselho Pedagógico.

12.03.2012	90 Minutos	Balanço do 2º período relativamente ao cumprimento das planificações e análise de algumas propostas de ação para o terceiro período letivo.
Reuniões de área curricular disciplinar de Geografia		
Data	Duração	Observação
14.02.2012	120 Minutos	Preparação do teste intermédio de Geografia
21.02.2012	120 Minutos	Continuação da realização do teste intermédio de Geografia

As atividades acima calendarizadas tiveram início no dia nove do mês de dezembro de 2011 com a primeira reunião¹⁰ do núcleo de estágio no ER. O núcleo foi apresentado à direção pedagógica e aos colegas presentes. Não obstante a minha condição de funcionário da instituição manteve-se algum formalismo no trato dispensado a mim e à minha colega de núcleo, de modo a não constranger a Sofia. Assim, na primeira reunião de núcleo de estágio o professor cooperante trouxe documentação em duplicado para todos podermos analisar em simultâneo os aspetos mais pertinentes e garantir a todos um tratamento igualitário a fim de evitar qualquer tipo de constrangimentos à minha colega de estágio, resultante de um possível tratamento diferenciado que a pudesse desfavorecer.

De seguida procedeu-se à análise dos programas, das metas e das planificações já preparadas (de longo e médio prazo). As atividades de observação e de lecionação de aulas foram calendarizadas no decorrer da segunda reunião¹¹ do núcleo de estágio. No início da reunião foram ainda facultados, para leitura e análise, exemplares dos instrumentos reguladores do ER: o PE, PCE, RI e o PAA. As restantes ações foram decorrendo em função das marcações definidas pelo núcleo (tendo em conta as disponibilidades profissionais dos seus elementos), de acordo com as orientações do PAA e ainda as determinações da Direção Pedagógica.

¹⁰ Vide anexo 1 – excerto da ata n.º 1 do núcleo de estágio do ER.

¹¹ Vide anexo 2 – excerto da ata n.º 2 do núcleo de estágio do ER.

Ao longo da planificação, tal como da realização de todas as ações, foi possível verificar que resultaram tanto de um processo de colegialidade, bem como de um profícuo trabalho colaborativo, mais evidente ao nível do trabalho do grupo disciplinar de Geografia.

CAPITULO 3: EXPLICITAÇÃO DO PLANO DE ESTÁGIO

3.1 Organização e gestão do ensino e da aprendizagem em Geografia: planificação, realização e avaliação das aprendizagens.

Ao longo deste capítulo, pretende-se dar a conhecer de forma detalhada as práticas inerentes ao plano de estágio, desde a concetualização até à avaliação das mesmas. Assim, iniciamos pelo processo de planificação.

Que se faz quando se planifica? - questiona Zabalza (1994). A esta questão o autor responde que, em termos gerais, se trata de converter uma ideia ou um propósito num curso de ação. Ao aprofundar a sua reflexão sobre a ação de planificar, este autor conclui que

Se aclararmos um pouco mais o processo encontraremos:

- um conjunto de conhecimentos, ideias ou experiências sobre o fenómeno a organizar, que atuará como apoio conceptual e de justificação do que se decide;
- um propósito, fim ou meta a alcançar que nos indica a direção a seguir;
- uma previsão a respeito do processo a seguir, que deverá concretizar-se numa estratégia de procedimento que inclui os conteúdos ou tarefas a realizar, a sequência das atividades e, de alguma forma, a avaliação ou encerramento do processo. (Zabalza, 1994, p.48)

Torna-se deste modo evidente que a planificação integra em si a própria execução, ou seja, planificar é o primeiro passo para a concretização. Tal como Fátima Braga *et al* (2004, p. 29) nos dizem, a planificação é o passo que inicia um processo. É ela que leva à atuação e ajuda a regular a mesma.

Para regular essa mesma atuação é fundamental não esquecer os momentos de avaliação. Só procedendo a uma análise e reflexão da ação desenvolvida é que é possível concluir o processo iniciado com a planificação, abrindo perspetivas para o aperfeiçoamento de futuras planificações e atuações. Neste aspeto, o preenchimento dos documentos do protocolo de observação de aulas facultados pela UPT e subseqüentes reuniões de reflexão revelaram-se um importante mecanismo de avaliação no decorrer deste processo de estágio

profissional, uma vez que permitiram a reflexão acerca da prática pedagógica de todos os envolvidos neste processo de experimentação/investigação (investigação-na-ação) e, conseqüentemente, contribuíram para o desenvolvimento profissional de todos os intervenientes.

Por fim, importa valorizar este processo de planificação como um momento crucial de toda a atividade docente. A este propósito Arends (1999, p.44) escreve que “a planificação e a tomada de decisão são vitais para o ensino e interação com todas as funções executivas dos professores”, pelo que ocupa uma parte muito significativa do tempo necessário para a organização do trabalho letivo do professor e da organização da própria escola.

1ª Aula assistida 10.º Ano

A primeira aula assistida foi agendada para vinte e quatro de fevereiro. Com a duração de 45 minutos, incidiu sobre o Tema III do Módulo B – Os Recursos Marítimos¹². Para preparar a mesma realizou-se uma reunião de núcleo¹³, na qual foram partilhadas opiniões e esclarecidas dúvidas entre todos os elementos do núcleo. Tive ainda oportunidade de aperfeiçoar alguns aspetos em diálogo informal com outros colegas de trabalho de há muitos anos que lecionam Geografia. Deste modo, determinei as situações-problema / desafio para esta aula, a saber:

- Quais os elementos que compõem o relevo submarino?
- Qual a importância da plataforma continental para a disponibilidade de recursos piscatórios?
- Qual a influência das correntes marítimas na disponibilidade dos recursos piscatórios?
- O que é a ZEE?

Este foi o ponto de partida para a planificação da aula¹⁴, ao longo da qual procedi à identificação dos conceitos-chave, tendo em conta os objetivos centrais da unidade letiva e respetivas metas. Elaborei um esquema concetual para a unidade letiva, o qual fui redefinindo à medida de desenvolvimento do

¹² Vide anexo 3 – Planificação anual da área curricular disciplinar de Geografia A para o 10.º ano de escolaridade.

¹³ Vide anexo 4 – Excerto da ata n.º 3 do núcleo de estágio do ER.

¹⁴ Vide anexo 5 – Plano de unidade letiva do 10º B2, de 24 de fevereiro.

planificado e determinava quais seriam as ideias prévias dos alunos, os conceitos novos a definir, bem como as capacidades a desenvolver. Essa redefinição da linha concetual resultou também da organização das experiências de aprendizagem a proporcionar aos alunos, dos métodos e das estratégias a implementar. Por fim, determinei os recursos e as fontes a utilizar, bem como os processos de avaliação a implementar.

A implementação desta planificação teve lugar no dia vinte e quatro. A aula foi assistida pelo professor cooperante e pela minha colega de núcleo de estágio. Os alunos já sabiam que a aula seria lecionada por mim. Comecei por saudar a turma e, de seguida, ao registar no quadro o sumário da mesma, identifiquei o tema da aula: Unidades morfológicas do Oceano - Os fatores que influenciam os recursos piscatórios. O ponto de partida da aula consistiu na observação de um planisfério projetado com a representação dos fundos marinhos¹⁵. Solicitados a analisar a imagem, os alunos identificaram a existência de acidentes de relevo que ficam ocultos pelas águas do mar e aplicaram algumas das ideias previstas, como *rift* e plataforma continental. Algumas curiosidades dos alunos sobre a profundidade das fossas abissais mais profundas do planeta provocaram-me alguma hesitação quanto a valores exatos, mas que foi facilmente ultrapassada com a referência a valores aproximados e cuja exatidão pode ser facilmente comprovada por uma consulta rápida na internet.

De seguida apresentei um *PowerPoint*¹⁶ sobre os fatores que influenciam os recursos piscatórios, no qual os alunos começaram por identificar a plataforma continental e suas características favoráveis à prática piscatória. O *power-point* apresentava a plataforma continental portuguesa, levando a concluir que ela é extensa, tendo em conta a extensão da costa portuguesa; porém, ao confrontá-los com a plataforma continental de outros países europeus, os alunos acabam por compreender que estes possuem uma plataforma continental muito maior, pois não é a extensão da costa que interessa, mas sim a largura da plataforma continental. Avançando nos *slides*, os alunos apercebem-se, através de mapas das correntes marítimas na costa ocidental da Europa e de Portugal, de que as correntes marítimas e os seus efeitos são outros dos

¹⁵ Ver anexo 6 – Recurso da aula de 10.º ano, planisfério com representação dos fundos marinhos.

¹⁶ Ver anexo 7 – Recurso da aula de 10.º ano, *PowerPoint* Fatores que influenciam os recursos piscatórios.

fatores que influenciam os recursos piscatórios, pois determinam a quantidade e a diversidade de espécies piscícolas, em função da temperatura, da salinidade e da concentração de nutrientes que estes dois fatores condicionam. Alertando-os para a especificidade da costa portuguesa, recorro à experiência de praia dos alunos relativamente ao fenómeno da nortada dos meses de verão e de como ela afeta as correntes marítimas, originando um fenómeno designado por *upwelling*, favorável a espécies como a sardinha e o carapau. Por fim, o *PowerPoint* termina com a explicação da criação da Zona Económica Exclusiva (ZEE), das suas características e dos seus objetivos.

No momento final da aula, os alunos são convidados a realizar uma ficha de trabalho¹⁷ constituída por exercícios de aplicação de tipo escolha múltipla (similar aos de exame nacional), cuja correção seria efetuada pelo colega do lado, após projeção da chave de solução. Embora tenham concluído a realização da ficha, a verificação da chave de correção passou para a aula seguinte, com auxílio do professor cooperante.

Ao longo desta aula foram utilizadas metodologias e suportes variados, procurando estabelecer dinâmicas ajustadas à aula e às especificidades da turma. Embora tenha utilizado inicialmente o método dedutivo¹⁸ como forma de contextualizar o trabalho que iria ser desenvolvido, fui descentralizando o processo da figura do professor e estimulando o diálogo com e entre os alunos. Os suportes, como o planisfério e o *PowerPoint*, serviram de apoio a esse método dedutivo e, em simultâneo, facilitaram a passagem para o método indutivo¹⁹, em que os alunos respondiam às situações/problema iniciais e formulavam eles próprios novas questões. O meio socioeconómico elevado dos

¹⁷ Ver anexo 8 – Recurso da aula de 10.º ano, ficha de trabalho *Fatores que influenciam os recursos piscatórios*.

¹⁸ O método dedutivo é quando o professor proporciona aos alunos os conceitos e os princípios. A utilidade deste método é o estímulo da memória e do pensamento convergente. As etapas da aplicação deste método são: a revisão do trabalho anterior; a apresentação do material novo; a prática controlada (tarefas de memória, de rotina, de compreensão e de opinião) e a prática independente. (Documentos de Apoio da Aula de Didática da Professora Fátima Braga, no dia 28 de outubro de 2011, do Mestrado em Ensino da História e da Geografia da Universidade Portucalense Infante D. Henrique).

¹⁹ O método indutivo tem como objetivos questionar o porquê das coisas; processar dados e refletir sobre eles; procurar respostas às questões que se colocam; tornar o aluno consciente das estratégias de pensamento que utiliza e convidá-lo a aprender estratégias novas. Com a utilização deste método o professor proporciona aos alunos exemplos concretos para chegar a conceitos e generalizações, bem como anima a descoberta e orienta-a. Este método favorece o pensamento de indagação – observar, formular problemas, recolher dados, classificá-los, interpretá-los, relacioná-los, elaborar conclusões, formular hipóteses; bem como favorece as destrezas de investigação, as destrezas académicas – ler, ver, ouvir, resumir, tomar notas, fazer gráficos; e ainda, favorece as destrezas sociais – trabalhar com outros, aceitar diferentes pontos de vista. (Documentos de Apoio da Aula de Didática da Professora Doutora Fátima Braga, no dia 28 de outubro de 2011, do Mestrado em Ensino da História e da Geografia da Universidade Portucalense Infante D. Henrique).

alunos contribuiu para uma partilha enriquecedora de conhecimentos, baseado num apreciável conhecimento dos mesmos ao nível de cultura geral, resultante do acesso à informação nas mais variadas áreas. Procurei privilegiar o processo em que os alunos contribuíssem para a construção das suas próprias conclusões.

2ª Aula assistida 10.º Ano

A segunda aula assistida foi agendada para vinte e oito de fevereiro. Com a duração de 90 minutos, dividida em dois blocos de 45, incidiu sobre Tema III do Módulo B – Os Recursos Marítimos²⁰. Para preparar a mesma realizou-se uma reunião de núcleo²¹, na qual foram partilhadas opiniões e esclarecidas dúvidas entre todos os elementos do núcleo. Mais uma vez tive a oportunidade de aperfeiçoar alguns aspetos em diálogo informal com outros colegas de trabalho de há muitos anos que lecionam Geografia. Deste modo, determinei com mais precisão as situações-problema / desafio para a planificação desta aula²², a saber:

- O que é a aquicultura?
- Quais são as principais características da aquicultura em Portugal?
- Quais as vantagens e desvantagens da aquicultura?

A aula iniciou-se com a referência à continuação do tema dos recursos marítimos e ao conceito de aquicultura, do qual alguns alunos já tinham ouvido falar e procurei que se construísse uma definição. De seguida, iniciei a apresentação de um *PowerPoint*²³ sobre a prática da aquicultura desde a antiguidade egípcia e romana, até ao enquadramento legal da mesma em Portugal, desde o século XIX até aos dias de hoje. No decorrer do mesmo *PowerPoint*, os alunos foram levados a reconhecer diferentes tipologias de unidades de produção, bem como a distinguir os regimes ou sistemas de produção de aquicultura. Após o intervalo, concluímos a análise do *PowerPoint*, em que os alunos identificaram a distribuição da produção piscícola nacional em aquicultura, bem como a sua composição, limitações e possibilidades. Por

²⁰ Vide anexo 3 – Planificação anual da área curricular disciplinar de Geografia A para o 10.º ano de escolaridade.

²¹ Vide anexo 9 – Excerto da ata nº 5 do núcleo de estágio do ER.

²² Vide anexo 10 – Plano de unidade letiva do 10º B2, de 28 de fevereiro.

²³ Vide anexo 11 – Recurso da aula de 10.º ano, *PowerPoint* Como potencializar de forma sustentada as áreas litorais – Aquicultura.

fim, procedeu-se à leitura e análise de uma notícia do jornal Público²⁴ sobre a opinião dos consumidores, a qualidade do peixe e o impacto ambiental da aquicultura, a partir da qual foi promovido um debate em que os alunos, seguindo os tópicos de análise e de reflexão, foram identificando vantagens e desvantagens desta atividade económica. Para finalizar a aula, foi distribuído o documento síntese²⁵ em que as ideias debatidas apareciam sistematizadas num conjunto de vantagens e num conjunto de desvantagens.

3ª Aula assistida 10.º Ano

A terceira e última aula assistida foi agendada para onze de maio. Com a duração de 45 minutos, incidiu sobre o Tema V do Módulo B – A População Enquanto Recurso²⁶. Para preparação a mesma decorreram apenas alguns encontros informais entre os estagiários e o professor cooperante, bem como a já habitual colaboração de outros colegas de Geografia. Assim foram definidas as situações-problema / desafio para esta aula, a saber:

- Como evoluiu a população portuguesa durante a segunda metade do século XX?
- Quais os fatores que terão condicionado essa evolução?
- Quais as consequências dessa evolução?
- Que medidas podem alterar a tendência demográfica atual?

Conforme a planificação elaborada²⁷, esta aula teve início com a projeção de um excerto do documentário “Portugal Um Retrato Social”²⁸ de autoria de António Barreto, previamente montado por mim, orientado por um guia de visionamento²⁹ com os seguintes pontos: atentar em aspetos como a evolução da taxa de natalidade nas últimas décadas e os fatores que a influenciam, o índice de renovação das gerações e ainda outros fatores de flutuação da evolução da população desde os anos 60 até à atualidade. Finda a projeção, procurei esclarecer as dúvidas sobre passagens do vídeo que alguns alunos

²⁴ Vide anexo 12 – Recurso da aula de 10.º ano, *Aquicultura: Quando o peixe não vem do mar*, notícia do Jornal Público publicada em 25 de Janeiro de 2010 por Raquel Ribeiro.

²⁵ Vide anexo 13 – Recurso da aula de 10.º ano, síntese de consolidação A prática da aquicultura: vantagens e desvantagens.

²⁶ Vide anexo 3 – Planificação anual da área curricular disciplinar de Geografia A para o 10.º ano de escolaridade.

²⁷ Vide anexo 14 – Plano de unidade letiva do 10º B2, de 11 de Maio.

²⁸ Vide anexo 15 – Guião do excerto do documentário “Portugal Um Retrato Social”.

²⁹ Vide anexo 16 – Recurso da aula de 10.º ano, ficha de visionamento do documentário “Portugal um Retrato Social”.

não tinham compreendido, para passar às respostas obtidas a partir dos tópicos da primeira parte da tarefa do guia de visionamento. De seguida, propus a análise dos gráficos do guia de visionamento e solicitei conclusões, procurando cotejá-las com os aspetos referidos no excerto do documentário, determinando agora com valores mais exatos a evolução de indicadores demográficos como: o total da população; a comparação da população jovem com a população idosa; a esperança média de vida por sexo; os indicadores de envelhecimento; o índice sintético de fecundidade (distinguindo do índice de renovação de gerações). À medida que identificavam as principais conclusões, era efetuado o registo no quadro. Após os alunos terem transcrito as conclusões para o caderno diário, projetei uma peça jornalística emitida pelo Jornal Nacional da TVI³⁰, intitulada “Portugueses têm cada vez menos filhos”, para lançar o debate sobre os principais problemas demográficos e propostas viáveis para a sua resolução. O debate tornou-se bastante aceso no ponto relativo às propostas viáveis para a resolução dos problemas demográficos. Isso obrigou-me a ser mais interventivo, de maneira a que o debate não se desviasse da temática demográfica para um enfoque excessivamente político. Por fim, após o registo das principais conclusões, distribuí uma ficha de trabalho³¹ para avaliar a aquisição e a aplicação dos conhecimentos. Embora tenham iniciado a realização da mesma na sala de aula, a sua conclusão e respetiva resolução ficaram para a aula seguinte com o professor cooperante.

3.2 Participação na escola e na comunidade

O facto de me encontrar a trabalhar nesta instituição de ensino há cerca de quinze anos torna a minha participação na escola e na comunidade já muito enraizada. Contudo, a opção por integrar neste relatório os processos desenvolvidos exclusivamente no contexto deste estágio afigurou-se-me mais coerente e adequado. Algumas das atividades estavam já previstos no PAA do ER, tendo sido acordado em Departamento que os professores estagiários assumiriam a responsabilidade de as preparar e ou dinamizar, reforçando assim a colaboração do núcleo nas atividades da escola. Outras, porém,

³⁰ Vide anexo 17 – Recurso da aula de 10.º ano, guião de visionamento do Jornal Nacional da TVI

³¹ Vide anexo 18 – Recurso da aula de 10.º ano, ficha de trabalho de aplicação de conceitos de demografia.

resultaram da iniciativa própria do núcleo de estágio. Deste modo, passo a elencar todos os procedimentos que decorreram exclusivamente da minha condição de estagiário, para de seguida os descrever:

- Preparação da visita de estudo ao Instituto de Geofísica da Universidade do Porto e ao Miradouro da Serra do Pilar;
- Comemoração da Semana da Europa;
- Celebração do Dia do Ambiente;
- Palestra “Encontro com o Viajante”;
- Colaboração com o grupo disciplinar de Geografia nos procedimentos relacionados com do teste intermédio das turmas de 11.º ano;
- Participação nas reuniões de Conselhos de Turma e nas reuniões de Departamento.

A visita de estudo ao Instituto Geofísico da Universidade do Porto e ao Miradouro da Serra do Pilar foi atempadamente preparada e calendarizada. Todavia, em virtude da dificuldade em compatibilizar as disponibilidades da instituição a visitar com as atividades da escola, esta atividade ficou adiada *sine dia*. Não obstante, todo o material relativo ao trabalho a desenvolver pelos alunos³² foi da responsabilidade dos professores do núcleo de estágio, podendo ser utilizados quando possível.

A comemoração da Semana da Europa³³ teve lugar entre 7 e 15 de Maio de 2012 e dirigiu-se a toda a comunidade escolar. Para além da decoração dos espaços comuns da escola com motivos alusivos à Europa, decorreram exposições com trabalhos realizados pelos alunos sobre as origens e a expansão da União Europeia, bem como outros trabalhos subordinados ao tema “Viajar Pela Europa”. Contou ainda com o jogo didático “Passaporte da Europa”, com análise de documentação fornecida por embaixadas e instituições europeias. No final foram atribuídos diplomas de participação aos intervenientes, bem como aos melhores trabalhos.

³² Vide anexo 19 – Documentos relativos à preparação e execução da visita de estudo ao Instituto Geofísico da Universidade do Porto e ao Miradouro da Serra do Pilar.

³³ Vide anexo 20 – Documentos relativos à preparação e execução da atividade de comemoração da Semana da Europa.

A celebração do Dia do Ambiente³⁴ teve como principais destinatários os alunos das turmas do 7.º ano de escolaridade. Foi preparado um inquérito para os alunos, envolvendo os agregados familiares dos mesmos, intitulado “Pegada Ecológica”. O envolvimento dos alunos bem como dos respetivos agregados saldou-se de forma bastante positiva.

A palestra “Encontro Com o Viajante”³⁵ contou com a participação de João Paulo Peixoto, conhecido como “o português mais viajado do mundo”, o qual se dirigiu a uma plateia de alunos do terceiro ciclo do ensino básico. Esta iniciativa integrou-se no tema “Diversidade Cultural”, lecionado no 8.º ano de escolaridade. Os alunos puderam interpelar o orador numa sessão bastante dinâmica. Esta iniciativa articulou-se com uma exposição com trabalhos dos alunos sob a forma de cartazes, nos quais eram relatadas experiências de viagens dos mesmos (descrição de paisagens, localização geográfica e outros aspetos interessantes que quiseram partilhar com a escola).

Por fim, a preparação do teste intermédio de Geografia para as turmas de 11.º ano³⁶, bem como dos respetivos critérios de classificação³⁷. Implicou uma análise muito detalhada do programa da disciplina, articulada com o desenvolvimento das planificações nas diferentes turmas, até ao momento. Para tal revelou-se fundamental a orientação do professor cooperante e o apoio dos restantes docentes do grupo disciplinar. Sendo esta forma de avaliação uma prática já corrente no ER, tomamos conhecimento de modelos de testes equivalentes de anos letivos anteriores, a partir dos quais elaboramos a nossa proposta que, depois de corrigida e validada pelos professores do grupo disciplinar de Geografia, foi aplicada em simultâneo nas diferentes turmas. A classificação de dois dos grupos das provas foi também atribuída aos professores estagiários, sob orientação, mais uma vez, do professor colaborante. Concluído o processo de classificação dos testes participamos numa reunião de reflexão sobre os resultados obtidos, os quais se apresentam de seguida em percentagens correspondentes aos níveis previamente determinados pelo grupo disciplinar.

³⁴ Vide anexo 21 – Documentos inerentes à preparação e execução da atividade de celebração do Dia Mundial do Ambiente com a atividade Pegada Ecológica.

³⁵ Vide anexo 22 – Documentos inerentes à preparação e execução da atividade Encontro com o Viajante.

³⁶ Vide anexo 23 – Teste intermédio da área curricular disciplinar de Geografia A (Versão 1 e 2).

³⁷ Vide anexo 24 – Critérios de avaliação do teste intermédio da área curricular disciplinar de Geografia A.

Tabela n.º 5 – Análise das Classificações obtidas pelos alunos do 11 Ano de escolaridade no Teste Intermédio de Geografia A

Distribuição das Classificações do Teste Intermédio de Geografia A em %				
Menos de 10 valores	Entre 10 e 12 valores	Entre 13 e 15 valores	Entre 16 e 18 valores	Entre 19 e 20 valores
11,3%	31,8%	31,8%	18,1%	7%

Por uma questão de sigilo relacionada com a prática desta instituição escolar, não nos é possível apresentar outros dados relativos aos resultados do teste intercalar.

A participação na escola passou ainda pela presença nas reuniões dos Conselhos de Turma, nas reuniões de Departamento e nas reuniões de Grupo Disciplinar de Geografia.

3.3 Desenvolvimento profissional docente: reflexão, auto e heteroavaliação, investigação

O desenvolvimento profissional é uma componente essencial na carreira docente, marcada pela necessidade de uma atualização permanente e, sempre que possível, procurando que este não seja um processo feito em isolamento. Como afirma Canário

a profissão de professor deverá ser altamente qualificada, deverá basear-se num processo formativo marcado por processos de aprendizagem ao longo da vida, deverá ser uma profissão caracterizada pela mobilidade e baseada em processos de trabalho em parceria (Canário, 2007, p.134).

Deste modo, o trabalho desenvolvido ao longo deste estágio profissionalizante enquadrou-se claramente num contexto de desenvolvimento profissional, tanto pelas experiências e aprendizagens como pelos momentos de partilha profissional que prodigalizou. Esta aceção relaciona-se claramente com uma das facetas do trabalho colaborativo, pois este depende muito de sistemas de parceria, com vantagens comprovadas. Tal como refere Roldão,

o campo da Psicologia fornece bases para considerar que o trabalho colaborativo tem condições para ser mais produtivo, na medida em que as

interações sistemáticas e orientadas descritas no plano das teorias da cognição, são essenciais à dinamização dos processos cognitivos e à sua progressão; por outro, a dinâmica de exposição do pensamento, discussão de dados e ideias, procura do consenso e superação de conflitos tendem a aumentar o grau de motivação dos participantes numa dada atividade, incentivando maior envolvimento na apropriação de novo conhecimento, na resolução de problemas e na construção de estratégias (teorias da motivação). (Roldão, 2007, p.26)

Se o trabalho colaborativo era já uma prática corrente no ER, este estágio permitiu-me aprofundar o conceito na minha prática docente e adotar novas posturas na organização do meu trabalho pois, como acrescenta ainda Roldão,

a valia do trabalho colaborativo provém das teorias das organizações que, debruçando-se sobre os processos interativos mais eficazes na construção de dinâmicas produtivas no interior de qualquer organização, destacam a importância de fatores como a liderança e, não por acaso, a competência colaborativa dos atores, a sua habilidade e disposição para intervir em grupo e assumir papéis diversos. (Roldão, 2007, p.26)

Estes meses de formação contínua foram igualmente uma oportunidade de pôr em prática outra das vertentes fundamentais do trabalho inerente às funções do professor, a prática da reflexão. É fundamental que o professor reserve regularmente no seu trabalho momentos que o tornem num profissional reflexivo. Segundo Alarcão, o professor reflexivo

é aquele que pensa no que faz, que é comprometido com a profissão e se sente autónomo, capaz de tomar decisões e ter opiniões. Ele é, sobretudo, uma pessoa que atende aos contextos em que trabalha, os interpreta e adapta a própria situação a eles. (Alarcão, 2001, p. 45)

Assim, ao longo do estágio, estiveram sempre presentes três vertentes estruturantes de todo o processo: o trabalho colaborativo, a atitude reflexiva e o desenvolvimento profissional. Desde as reuniões de núcleo de estágio, das reuniões de Departamento e de Grupo disciplinar até aos encontros informais com outros colegas, estes acabaram sempre por evidenciar a importância destas três vertentes. Foram essenciais para que todas as atividades desenvolvidas, tanto nas aulas como nas atividades envolvendo a escola e a

comunidade, decorressem de acordo com a planificação e atingissem os objetivos pretendidos. Só assim se pode esperar que representem uma mais-valia tanto no desenvolvimento profissional do professor como nos processos de aprendizagem dos alunos, sendo esta, afinal, a preocupação fulcral que deve orientar toda a atividade docente.

O trabalho desenvolvido durante este mestrado foi igualmente profícuo em oportunidades de desenvolvimento de investigação. O rigor exigido pelo trabalho académico, tanto na vertente teórica como na prática pedagógica, obrigaram a uma indispensável pesquisa, quer nas questões ligadas à Geografia, quer nas que se relacionam com a pedagogia. Senti, assim, uma proveitosa atualização de conhecimentos, de correntes e de práticas pedagógicas para aplicar nas atividades pedagógicas do dia-a-dia.

As atividades implementadas para além da sala de aula foram desenvolvidas em função de dois critérios: a colaboração na realização de atividades já previstas no PAA do ER e o desenvolvimento de iniciativas do núcleo de estágio que tivessem visibilidade junto da comunidade escolar. Mais uma vez, a experiência profissional dos dois professores do núcleo de estágio foi um fator facilitador tanto na preparação como na implementação das mesmas. Do mesmo modo, o facto de pertencer ao quadro da escola foi igualmente benéfico para a concretização das iniciativas. Contudo, houve o cuidado e o compromisso tácito de não tornar essa circunstância num fator de desvantagem para a minha colega de núcleo, demarcando sempre as minhas funções e atividades de professor em formação relativamente às que decorriam da minha prática decorrente da função de professor de História no ER.

O trabalho desenvolvido com o professor cooperante revelou-se essencial em todo o processo: a planificação das atividades letivas, as orientações de âmbito científico, a gestão do programa da disciplina e o processo de reflexão sobre as práticas desenvolvidas desenrolaram-se com a seriedade e a mestria de um profissional experiente, responsável e comprometido com a formação dos professores do núcleo. Uma postura em consonância com princípios de colaboração que norteiam o trabalho pedagógico dos professores do ER e que, dessa forma, se revelou coerente com os objetivos inerentes a esta ação.

CAPITULO 4: AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESTÁGIO

O processo iniciado com a realização deste estágio só fica completo quando submetido a uma autoavaliação de todas as práticas e atividades desenvolvidas. É deste modo que o docente concretiza a sua competência e o seu profissionalismo. Assim, o que se espera de um professor concentra-se na sua profissionalidade, que é a articulação de saberes, saberes-fazer e atitudes que estão ao seu alcance operacionalizar, enquanto que o profissionalismo pode ser definido como o domínio e o exercício correto e orientado da profissionalidade (Flores, 2012).

Desde o começo do estágio mantive uma preocupação em cumprir, em conformidade com todos os procedimentos exigidos por parte da UPT, com os compromissos assumidos no núcleo de estágio, bem como com o desempenho das minhas funções de docente no ER. Estive presente em todas as reuniões de preparação das atividades de estágio, procurando manter um patamar equivalente ao da minha colega, não obstante ser um profissional da casa³⁸.

Todos os procedimentos foram orientados pelo professor cooperante, elemento essencial em todo o processo. Mas foi igualmente profícua toda a partilha de saberes, de materiais e de sugestões com outros professores do departamento, os quais faziam sempre questão de obter um *feedback* daquilo que experimentávamos nas aulas. Assim se reforçava uma prática pautada pelos princípios do trabalho colaborativo.

É certo que, muitas vezes, as práticas colaborativas entre os professores se limitam a tarefas já rotineiras como a partilha de materiais e ideias, a planificação conjunta de unidades – no fundo, aquilo que Fullan e Hargreaves (2001) apelidaram de colaboração confortável e complacente, pois não prevê a discussão nem a reflexão - raramente se estendendo ao contexto da sala de aula ou à investigação-ação que são, sem dúvida, as que conduziriam a um maior envolvimento conjunto dos professores. Porém, o estágio, pelas suas especificidades, desenvolvido neste contexto de colaboração, aprofundou precisamente as vertentes da discussão, da reflexão, do alargamento do

³⁸ Vide anexos 1 e 2 excertos das atas n.º 1 e n.º 2 do núcleo de estágio do ER.

processo colaborativo à sala de aula³⁹ e mesmo da investigação, feita em conjunto pelos estagiários e o professor cooperante. De igual modo, procurei que a experiência que já desenvolvera na área da disciplina de História também facilitasse a articulação com a disciplina de Geografia, ao fazer articulações com aprendizagens adquiridas pelos alunos nessa disciplina⁴⁰. Este processo foi previamente discutido com o professor cooperante, que o considerou uma estratégia enriquecedora do trabalho colaborativo. A discussão e partilha de ideias tendem a aumentar o grau de motivação dos professores, incentivando-os a um maior envolvimento na apropriação de novo conhecimento, na resolução de problemas e na construção de estratégias (Roldão 2007). Tal como afirma com Nóvoa,

os novos modos de profissionalidade docente implicam um reforço das dimensões coletivas e colaborativas, do trabalho em equipa, da intervenção conjunta nos projetos da escola. (Nóvoa, 2009, p.12)

Quanto à observação de aulas do professor cooperante, foram realizadas três observações, das quais foram preenchidos os documentos do protocolo de observação de aulas⁴¹. Estes constituíram momentos fundamentais de observação e de partilha das formas de trabalhar em contexto de sala de aula. Relativamente à preparação de aulas que iríamos lecionar, procedemos ao trabalho de planificação de duas aulas da área curricular disciplinar de Geografia com a supervisão e aconselhamento do professor cooperante, bem como do grupo disciplinar da área curricular disciplinar de Geografia. É de referir que essa planificação respeitou o modelo de planificação proposto pela Universidade Portucalense Infante D. Henrique e construído nas aulas de Didática deste mestrado⁴². Importa salientar que este trabalho foi realizado de acordo com os critérios estabelecidos – rigor científico e metodológico e adequação – e procuramos aplicar os nossos conhecimentos científicos de Geografia e das Ciências da Educação.

³⁹ Vide anexos 25, 26, 27 28 e 29, Protocolos de observação de aulas.

⁴⁰ Vide anexo 29, Protocolo de Observação de Aulas, “Boa articulação entre os saberes da Geografia e da História.”

⁴¹ Vide anexos 25, 26 e 27 – Protocolos de observação de aulas

⁴² Vide modelo de planificação construído nas Aula de Didática da Professora Doutora Fátima Braga do Mestrado em Ensino da História e da Geografia da Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 2012.

Na realização das aulas tivemos como objetivos promover tarefas didáticas eficientes e eficazes, aplicando estratégias diversificadas e adequadas, de modo a promover a implementação de aprendizagens significativas e, conseqüentemente, permitindo o desenvolvimento cognitivo dos alunos.

Foi particularmente proveitosa a preparação, a participação e aplicação das atividades de estágio que passo a elencar:

- Preparação da visita de estudo ao Instituto de Geofísica da Universidade do Porto e ao Miradouro da Serra do Pilar;
- Comemoração da Semana da Europa;
- Celebração do Dia do Ambiente;
- Palestra “Encontro com o Viajante”;
- Colaboração com o grupo disciplinar de Geografia nos procedimentos relacionados com do teste intermédio das turmas de 11.º ano;
- Participação nas reuniões de Conselhos de Turma e nas reuniões de Departamento.

Daqui resultou um trabalho de articulação com o departamento de CSH do ER, envolvendo os restantes professores da disciplina, possuidores de uma experiência significativa na lecionação da disciplina de Geografia, bem como de uma prática docente de vários anos ao serviço desta instituição de ensino privada que, como já referido, promove uma prática docente favorecedora do trabalho colaborativo.

Deve-se ainda ressaltar que o desenvolvimento de práticas colaborativas resultaram igualmente de orientações e ações da Direção Pedagógica desta escola, na qual assume um claro papel de liderança. Para Fullan e Hargreaves (2001), o desenvolvimento de culturas colaborativas nas escolas depende fortemente da ação dos seus líderes que tanto poderão atuar como forças impulsionadoras, como constituir um entrave no desenvolvimento desse mesmo trabalho. No ER o trabalho colaborativo é claramente incentivado pela Direção, procurando evitar os processos que entrem o seu desenvolvimento. Persistem, contudo, ações impostas de forma administrativa e obrigatória que se afiguram ainda indispensáveis numa instituição escolar desta dimensão.

De acordo com Fullan e Hargreaves (2001), o caráter imprevisível do trabalho colaborativo pode fazer com que os líderes adotem formas de colegialidade que possam mais facilmente controlar e promovam uma colegialidade artificial, onde todas as atividades desenvolvidas em conjunto sejam programadas e realizadas com um caráter mais ou menos obrigatório e impostas administrativamente. No entanto, no entender destes autores

esta colegialidade pode constituir um ponto de partida, um primeiro passo necessário, tendo em vista construir culturas colaborativas com objetivos e profundidade” (Fullan e Hargreaves, 2001, p.109).

Para que uma escola desenvolva uma cultura verdadeiramente colaborativa as lideranças devem procurar uma ação em que as tomadas de decisão sejam resultado de resoluções mais partilhadas. Fullan e Hargreaves (2001) ressaltam que para o desenvolvimento de culturas colaborativas é necessária uma liderança onde a tomada de decisões seja partilhada de forma coletiva. É necessário um tipo de liderança mais subtil, que faça com que as atividades sejam mais significativas para aqueles que nelas participam.

O trabalho colaborativo e colegialidade são culturas de colaboração que coexistem dentro de uma instituição. A prática destas resulta de um processo de permanente adaptação e da maior ou menor imposição administrativa da Direção na organização do trabalho docente. Resulta ainda, da iniciativa dos docentes e da lideranças assumidas pelos vários níveis de decisão dentro da escola.

Conclusão

O trabalho docente é um processo em construção que não se esgota numa formação inicial. Pese não ser essa a circunstância dominante nesta formação, em virtude da profissionalização no ensino da História integrada na minha licenciatura de meados dos anos noventa, este Mestrado foi crucial para uma abordagem inicial ao ensino da Geografia, bem como para a atualização dos conceitos e das práticas pedagógicas, adaptando-as às exigências e aos desafios da escola dos dias de hoje. Contribuiu ainda para uma partilha de experiências inovadoras com outros professores e para momentos de reflexão, frequentes e em vários domínios, que se revelaram enriquecedores tanto do ponto de vista profissional como pessoal.

Este Mestrado em Ensino da História e Geografia no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário prova que o trabalho docente exige uma enorme capacidade de adaptação à mudança e aos desafios, tanto da escola como da sociedade, que não se coaduna com a acomodação nem com a cristalização dos profissionais do ensino. Tanto estes como as instituições de ensino devem envidar esforços no sentido de atuar de forma concertada e articulada para contribuir para um trabalho mais eficaz e enriquecedor do ensino e das aprendizagens.

As reflexões aqui exaradas permitem concluir que, no caso do ER, tem-se procurado o desenvolvimento de práticas ajustadas a uma cultura de colaboração e que, com devidos e inevitáveis ajustes, possam conduzir a uma atuação dos seus docentes baseada no trabalho colaborativo. Por isso, ainda que alguns dos processos se aproximem da colegialidade ou da cooperação, outros revelam já aspetos próprios do trabalho colaborativo. Estes foram fundamentais no que se refere à eficácia da realização das tarefas de estágio, mas também permitiram concluir que esta instituição de ensino privado não se integra plenamente numa cultura de trabalho colaborativo, apresentando antes aspetos enquadrados em diferentes práticas.

Por fim, este trabalho permitiu perspetivar o estudo da cultura do trabalho colaborativo como uma cultura que se pode revelar bastante complexa, exequível mas exigente. Mas deixou também algumas interrogações que, por

motivos de pertinência ou de adequação a este relatório, não foram exploradas, sobre os processos mais eficazes de implementar essa cultura numa realidade escolar em que ela não exista, ou sobre a comparação das possibilidades de implementação de um modelo de trabalho colaborativo num estabelecimento de ensino privado com o mesmo numa instituição de ensino público.

Estas e outras questões constituem assim possibilidades de estudo para aprofundar no futuro.

Referências

Alarcão, I. (2001). Escola Reflexiva e Supervisão. Uma Escola em Desenvolvimento e Aprendizagem. In Isabel Alarcão (org.) *Escola Reflexiva e Supervisão. Uma Escola em Desenvolvimento e Aprendizagem*. Porto: Porto Editora.

Alonso, L. (2007). Perfil Profissional e Projecto de Formação. In A. Lopes (org.) *De Uma Escola A Outra – Temas para pensar a formação inicial de professores*. Porto: Edições Afrontamento/CIIE.

Arends, Richard I.(1999). *Aprender a Ensinar*. Lisboa: McGraw-Hill

Azevedo, R. (Coord.) (2011). *Projetos Educativos: Elaboração, Monitorização e Avaliação: Guião de apoio*. Lisboa: Agência Nacional para a Qualificação, I.P.

Braga F et Al. (2004). *Planificação - novos papéis, novos modelos. Dos projetos de Planificação à planificação em Projeto*, Porto: Edições Asa.

Braga, F. (2012). Avaliação de Desempenho dos Professores, Culturas, Escolares e Profissionalidade. www.cffh.pt/userfiles/files/ELO%2016.pdf acessado em 10 de julho de 2012, pp. 159-166.

Canário, R. (2007). Formação e Desenvolvimento Profissional dos Professores, in *Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, Conferência Desenvolvimento Profissional de Professores Para a Qualidade e Para a Equidade da Aprendizagem ao Longo da Vida*. Lisboa: Ministério da Educação DGRHE, pp.133-148.

Damiani, Magda Floriana (2008). *Educar*, Curitiba, n. 31, pp. 213-230, 2008. Editora UFPR.

Day, C. (2001). *Desenvolvimento Profissional de Professores: Os desafios da aprendizagem permanente*. Porto: Porto Editora.

Flores, M. A. (2012). Seminário “Desenvolvimento Profissional: conceptualização, problemática e investigação”. Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 25 de fevereiro.

Fullan, M. & Hargreaves, A. (2001). *Por que vale a pena lutar? O trabalho de equipa na escola*. Porto: Porto Editora.

Hargreaves, Andy (1998). *Os professores em tempos de mudança. O Trabalho e a Cultura dos Professores na Idade Pós-Moderna*. Lisboa: Mc Graw-Hill.

Herdeiro, Rosalinda & Silva, Ana Maria (2008). Práticas reflexivas: uma estratégia de desenvolvimento profissional dos docentes. In *Anais (Actas) do IV Colóquio Luso-Brasileiro, VIII Colóquio sobre Questões Curriculares: Currículo, Teorias, Métodos. 2, 3 e 4 de Setembro de 2008*. Brasil: Universidade de Santa Catarina – Florianópolis. Grupo de trabalho 11 – Currículo e Formação Docente.

Leite, Carlinda (2000). *Projecto Educativo de Escola, Projecto Curricular de Escola e Projecto Curricular de Turma: O que os distingue? O que os une? Fátima*: (Documento policopiado.)

Lima, J. (2002). *As culturas colaborativas nas escolas. Estruturas, processos e conteúdos*. Porto: Porto Editora.

Nóvoa, A. (2009). *Professores, imagens do futuro presente*. Lisboa: Educa.

Pinto, A. & Sanches, M. (2002). Interacções organizacionais nos grupos disciplinares: Balcanização ou anomia? *O particular e o global no virar do milénio – cruzar saberes em educação. Actas do 5º congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação*. Lisboa: Colibri.

Roldão, M. C. (2007). Colaborar é preciso – Questões de qualidade e eficácia no trabalho dos professores. *Noesis*, 71: 24-29. Lisboa: Ministério da Educação – DGIDC.

Zabalza, M. (1994). *Planificação e Desenvolvimento Curricular na Escola*. Porto: Edições ASA.

Zabalza, M. (2000). *Planificações e Desenvolvimento Curricular na Escola*. Porto: Edições ASA.

ANEXOS

Anexo 1 – Excerto da ata n.º 1 reunião do núcleo de estágio do ER.

Aos nove dias do mês de dezembro de dois mil e doze, reuniu-se o núcleo de estágio de Geografia, no âmbito do mestrado em ensino da História e da Geografia da Universidade Portucalense Infante D. Henrique, do Externato Ribadouro, (...)

A reunião iniciou-se com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um – Apresentação dos elementos do núcleo de estágio;

Ponto dois – Informações sobre as ações a desenvolver durante o estágio;

Ponto três – Outras informações.

Relativamente ao ponto um, formalizou-se a apresentação dos elementos do núcleo de estágio a trabalhar no Externato Ribadouro (...)

Passando ao ponto dois, o professor cooperante disponibilizou a informação resultante de uma reunião de professores cooperantes na Universidade Portucalense Infante D. Henrique. Contudo, ressaltou que alguns pequenos ajustes ainda poderiam ser feitos no documento final.

No que concerne ao ponto três, foram analisados os horários de trabalho dos membros do núcleo de estágio a fim de determinar as compatibilidades para a calendarização das aulas a observar pelos estagiários e pelo professor cooperante, bem como os níveis de escolaridade com que os professores estagiários vão trabalhar. (...)

Anexo 2 – Excerto da ata n.º 2 de reunião do núcleo de estágio do ER.

Aos dezoito dias do mês de janeiro de dois mil e doze, reuniu-se o núcleo de estágio de Geografia, no âmbito do mestrado em ensino da História e da Geografia da Universidade Portucalense Infante D. Henrique, do Externato Ribadouro (...)

A reunião iniciou-se com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um – Planificação do processo de formação;

Ponto dois – Outros assuntos.

No que concerne ao ponto um, procedeu-se à calendarização das aulas a observar pelos professores em formação, bem como das aulas a lecionar pelos mencionados professores. O professor cooperante apresentou ao núcleo a documentação reguladora desta instituição de ensino: projeto educativo e regulamento interno. Do mesmo modo foram analisados os projetos curriculares das turmas do ensino básico e as caracterizações das turmas do décimo ano do ensino secundário em que os professores em formação vão lecionar.

(...) o professor cooperante explicou que o trabalho desenvolvido no Externato Ribadouro é sempre realizado em articulação simultânea com o Externato Camões e o Colégio da Trofa, evidenciando um trabalho colaborativo transversal a estas três escolas e aos respetivos departamentos disciplinares.

Anexo 3 – Excerto da ata da segunda reunião do núcleo de estágio do ER.



EXTERNATO RIBADOURO

Ano Letivo 2011/2012

PLANIFICAÇÃO ANUAL DE GEOGRAFIA – 10º ANO



CONTEXTO TEMPORAL

N.º aulas previstas (x90 minutos)

	10ºB				10ºC			
	1º Período	2º Período	3º Período	Total	1º Período	2º Período	3º Período	Total
Total de aulas previstas	43	33	27	103				
- Para lecionar	39	29	23	91				
- Para Testes e correção	4	4	4	12	4	4	4	12

CONTEXTO EDUCATIVO

O Externato Ribadouro localiza-se no concelho do Porto, no centro da cidade. A nível dos setores de atividade, esta área caracteriza-se pela presença do setor terciário, no qual se concentra a grande parte do emprego.

O espaço deste estabelecimento de ensino resulta da restauração de edifícios antigos característicos da cidade, que foram devidamente reabilitados. Assim, o reaproveitamento do espaço resultou em salas de aula, cantina, biblioteca, mediateca, bufete, papelaria, reprografia, pavilhão gimnodesportivo e áreas de lazer.

Em relação aos recursos materiais a escola dispõe de computadores, computador portátil, retroprojetores, projetor de slides, projetores de vídeo, televisão, vídeo, quadros interativos DVD e uma boa quantidade de material de apoio (mapas, livros, enciclopédias, vídeos, diapositivos...)

O Externato Ribadouro é frequentado por alunos que frequentam a instituição desde o pré-escolar até ao secundário. É possível contabilizar 3 professores de geografia.

O Projeto Educativo de Escola define as seguintes linhas de ação, nas quais a geografia pode dar o seu contributo:

- Educar para a cidadania e liberdade;
- Promover a formação integral do aluno;
- Fomentar uma escola multidimensional, com enfoque na sua função socializante e respeito pela individualidade do aluno;
- Promover metodologias ativas e inovadoras com apelo à participação do aluno na construção e avaliação das suas aprendizagens;
- Utilizar estratégias de ensino diversificadas respeitando o ritmo de trabalho do aluno;
- Favorecer a utilização de estratégias de apoio para alunos com dificuldades;
- Integrar o contexto escolar com o familiar;
- Proporcionar condições para a formação e motivação dos agentes educativos;

1º Período

CONTEÚDOS	CONCEITOS/NOÇÕES	COMPETÊNCIAS/APRENDIZAGENS ESSENCIAIS	ESTRATÉGIAS/ATIVIDADES
<p>A - Módulo inicial – A posição de Portugal na Europa e no Mundo</p> <p>1 – Enquadramento espacial e a constituição do território nacional. 2 – Diferentes tipologias de divisão territorial. 3 - A inserção de Portugal em diferentes espaços.</p>	<p>Concelho Cidadania Distrito Espaço Lusófono Freguesia Mercado comum Moeda Única NUT CPLP Região Autónoma Território Tratado de Maastricht Tratado de Roma União Europeia</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer a constituição das diferentes unidades territoriais portuguesas; - Conhecer a posição de Portugal Continental e Insular na Europa e no Mundo; - Reconhecer a importância da posição geográfica de Portugal no contexto cultural europeu; - Reconhecer a importância da integração de Portugal no contexto da União Europeia; - Reconhecer a importância das relações privilegiadas de Portugal com as comunidades portuguesas e com a CPLP; 	<ul style="list-style-type: none"> - Construção e leitura de mapas a diferentes escalas. - Exploração de documentos. - Resolução de fichas de trabalho. - Trabalho de grupo.

CONTEÚDOS	CONCEITOS/NOÇÕES	COMPETÊNCIAS/APRENDIZAGENS ESSENCIAIS	ESTRATÉGIAS/ATIVIDADES
B - Recursos			
Tema I: A radiação solar	Amplitude da variação solar	<ul style="list-style-type: none"> - Relacionar a variação da radiação solar com o movimento de translação; - Explicar o papel da atmosfera na variação da radiação solar; - Explicar as diferenças de duração e intensidade da radiação solar no território nacional; - Comparar o número de horas de sol descoberto em Portugal com outros países da Europa; - Explicar os efeitos da topografia na radiação solar; - Explicar a variação anual da temperatura em Portugal; - Reconhecer a existência de condições de insolação favoráveis ao uso da energia solar; - Problematizar o uso da energia solar; - Reconhecer a importância da duração da insolação na valorização turística do território nacional; 	- Pesquisa individual extra – aula.
	Ângulo de incidência		- Exploração de documentos.
1- A radiação solar no sistema Terra-Atmosfera	Constante solar		- Resolução de fichas de trabalho.
2 - A distribuição da radiação solar na superfície terrestre.	Encosta soalheira		- Trabalho de grupo.
	Encosta úmbria		- Estudo de caso.
3 - A distribuição da temperatura no território nacional.	Energia solar		- Recolha e análise, na imprensa diária/semanal de informação relevante para o tema.
	Insolação		
	Isotérmica		
	Nebulosidade		
4 – O recurso radiação solar.	Radiação global		
	Radiação terrestre		
	Radiação solar direta		
	Temperatura média		
	Turismo balnear		

CONTEÚDOS	CONCEITOS/NOÇÕES	COMPETÊNCIAS/APRENDIZAGENS ESSENCIAIS	ESTRATÉGIAS/ATIVIDADES
Tema II: Os recursos hídricos 1 – Ciclo hidrológico. 2 – Processos condicionantes	Barreira de condensação Anticiclone Depressão barométrica Isóbara Massa de ar Precipitação atmosférica Precipitação convectiva Precipitação frontal Precipitação orográfica Situação meteorológica Superfície frontal polar	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer o papel do ciclo hidrológico na manutenção do equilíbrio da terra; - Conhecer a circulação geral da atmosfera na zona temperada do hemisfério norte; - Relacionar a variabilidade da precipitação com a deslocação, em latitude, das cinturas de altas e baixas pressões; - Analisar as situações meteorológicas que mais frequentemente afetam o estado de tempo em Portugal; - Explicar os tipos de precipitação mais frequentes em Portugal; - Relacionar a variação da precipitação com a altitude e a disposição do relevo; - Caracterizar o clima de Portugal continental e insular; - Relacionar as disponibilidades hídricas com a quantidade e o tipo de precipitação; 	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalho de grupo. - Pesquisa individual extra – aula. - Exploração de documentos escritos e audiovisuais. - Resolução de fichas de trabalho. - Análise de situações meteorológicas significativas. - Construção e análise de gráficos termopluriométricos. - Redação de textos. - Recolha e análise, na imprensa: diária/semanal de informação relevante para o tema.

2º Período

CONTEÚDOS	CONCEITOS/NOÇÕES	COMPETÊNCIAS/APRENDIZAGENS ESSENCIAIS	ESTRATÉGIAS/ATIVIDADES
<p>B - Recursos</p> <p>Tema II: Os recursos hídricos</p> <p>3 - As disponibilidades hídricas.</p> <p>4- Os usos e a gestão dos recursos hídricos.</p>	<p>Água subterrânea Água superficial Água residual Albufeira Aquífero Balanço hídrico Barragem Caudal Drenagem Disponibilidade hídrica Efluente Escorrência Eutrofização Evapotranspiração Infiltração Permeabilidade POA Plano de ordenamento das bacias Produtividade aquífera Recurso hídrico Rede hidrográfica Regime de um rio Salinização Toalha cársica Toalha freática</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Caracterizar a rede hidrográfica; - Relacionar o regime dos cursos de água com a irregularidade da precipitação; - Conhecer os fatores que interferem na variação de caudal dos cursos de água; - Equacionar a necessidade de armazenamento das águas superficiais; - Conhecer os fatores que condicionam a produtividade aquífera; - Reconhecer que as atividades humanas interferem na quantidade e qualidade das águas; - Equacionar os riscos na gestão dos recursos hídricos; - Inferir a necessidade de estabelecer acordos internacionais na gestão dos recursos hídricos; - Debater medidas conducentes ao controlo da qualidade e quantidade da água; - Debater a importância do ordenamento das albufeiras e das bacias hidrográficas; 	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalho de grupo. - Pesquisa individual extra – aula. - Exploração de documentos escritos e audiovisuais. - Resolução de fichas de trabalho. - Redação de textos. - Discussão /debate sobre o papel desempenhado por cada cidadão na preservação e gestão deste recurso.

CONTEÚDOS	CONCEITOS/NOÇÕES	COMPETÊNCIAS/APRENDIZAGENS ESSENCIAIS	ESTRATÉGIAS/ATIVIDADES
<p>Tema III: Os recursos marítimos</p> <p>1 – O suporte físico.</p> <p>2 – O mar enquanto recurso.</p>	<p>Abrasão marinha Águas interiores Águas territoriais Aquicultura Arriba Barra Corrente marítima Deriva Norte-Sul Energia eólica Energia das marés Erosão marinha Espaço marítimo Estuário Maré negra Nortada Plataforma continental Praia Quotas de pesca POOC “Ria” Recurso piscícola Stock TAB Talude continental Tipos de pesca Upwelling Zona contígua Zona económica exclusiva (ZEE)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a ação erosiva do mar sobre a linha de costa; - Relacionar a localização dos portos com a direção dos ventos, das correntes marítimas e a configuração da linha de costa; - Relacionar as disponibilidades de recursos piscatórios da ZEE com a extensão da plataforma continental e com as correntes marítimas; - Problematizar a aplicação da política Comum de pescas na atividade piscatória portuguesa; - Compreender a necessidade da gestão racional dos stocks; - Compreender que a existência da atividade piscatória induz o desenvolvimento de outras atividades; - Compreender a importância dos acordos bilaterais na diversificação das áreas de pesca; - Relacionar a extensão da ZEE com os problemas que se colocam à sua gestão e controlo; - Equacionar medidas passíveis de potencializar o uso do espaço marítimo das áreas litorais; - Debater a importância do ordenamento das áreas costeiras. 	<ul style="list-style-type: none"> - Análise de mapas. - Exploração de documentos. - Trabalhos de grupo. - Pesquisa individual. - Discussão /debate sobre a problemática do mar como recurso.

CONTEÚDOS	CONCEITOS/NOÇÕES	COMPETÊNCIAS/APRENDIZAGENS ESSENCIAIS	ESTRATÉGIAS/ATIVIDADES
<p>Tema IV: Os recursos do subsolo</p> <p>1 - O suporte físico.</p>	<p>Águas minerais Águas termais Combustíveis fósseis Energia geotérmica Jazida Mineral energético Mineral metálico Mineral não metálico Recurso endógeno Recurso exógeno Recurso não renovável Rochas industriais Rochas ornamentais Turismo termal</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer a localização geográfica dos recursos de subsolo de maior valor económico; - Compreender as desigualdades na distribuição e consumo de energia; - Relacionar as desigualdades no consumo de energia com os níveis de desenvolvimento das regiões; - Compreender os principais condicionalismos na exploração dos recursos do subsolo; - Explicar a dependência de Portugal relativamente aos recursos do subsolo, em particular os energéticos; - Reconhecer os impactos ambientais da extração de minérios; 	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa individual extra – aula. - Exploração de documentos. - Resolução de fichas de trabalho. - Trabalho de grupo. - Estudo de caso. - Discussão /debate da problemática dos recursos do subsolo, a sua delimitação e o levantamento de hipóteses que encaminhem para uma gestão eficaz deste recurso.

CONTEÚDOS	CONCEITOS/NOÇÕES	COMPETÊNCIAS/APRENDIZAGENS ESSENCIAIS	ESTRATÉGIAS/ATIVIDADES
<p>B - Recursos</p> <p>Tema IV: Os recursos do subsolo 2 – O subsolo enquanto recurso.</p>	<p>Águas minerais Águas termais Combustíveis fósseis Energia geotérmica Jazida Mineral energético Mineral metálico Mineral não metálico Recurso endógeno Recurso exógeno Recurso não renovável Recurso renovável Rochas industriais Rochas ornamentais Turismo termal</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer a necessidade de valorizar os recursos endógenos; - Reconhecer a importância das termas no desenvolvimento de atividades de turismo e lazer; - Equacionar as implicações financeiras e ambientais da introdução e /ou intensificação das energias renováveis; - Reconhecer a importância da integração de Portugal na Política Energética Comum; 	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa individual extra – aula. - Exploração de documentos. - Resolução de fichas de trabalho. - Trabalho de grupo. - Estudo de caso. - Discussão /debate da problemática dos recursos do subsolo, a sua delimitação e o levantamento de hipóteses que encaminhem para uma gestão eficaz deste recurso.

3º Período

CONTEÚDOS	CONCEITOS/NOÇÕES	COMPETÊNCIAS/APRENDIZAGENS ESSENCIAIS	ESTRATÉGIAS/ATIVIDADES
<p>Tema V: A população enquanto “recurso”.</p> <p>1 – A evolução geral da população desde meados do século XX.</p> <p>2 – Diferenciação espacial.</p> <p>3 – Atividades da população.</p> <p>4 – Desafios sócio-demográficos e medidas de atuação.</p>	<p>Desemprego</p> <p>Desenvolvimento sustentável</p> <p>Emprego temporário</p> <p>Envelhecimento demográfico</p> <p>Estrutura ativa</p> <p>Estrutura etária</p> <p>Êxodo rural</p> <p>Imigração</p> <p>Índice de dependência de idosos</p> <p>Índice de dependência de jovens</p> <p>Índice de dependência total</p> <p>Índice de renovação de gerações</p> <p>Índice sintético de fecundidade</p> <p>Nível de qualificação profissional</p> <p>PDM</p> <p>Qualidade de vida</p> <p>Taxa de alfabetização</p> <p>Taxa de desemprego</p> <p>Taxa de fecundidade</p> <p>Tipos de emprego</p> <p>Assimetrias regionais</p> <p>Capacidade de carga humana</p> <p>Despovoamento</p> <p>Litoralização</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Relacionar a evolução da população portuguesa, na 2ª metade do século XX, com o comportamento das variáveis demográficas; - Relacionar a evolução da população portuguesa, na 2ª metade do século XX, com a mobilidade da população; - Explicar a variação do comportamento das variáveis demográficas; - Caracterizar a estrutura etária da população portuguesa; - Explicar a desigual distribuição das variáveis demográficas no espaço português; - Equacionar as consequências dos principais problemas demográficos; - Debater medidas passíveis de contribuir para a resolução dos problemas demográficos; - Reconhecer a importância do ordenamento do território na melhoria da qualidade de vida da população; - Refletir sobre medidas concretas de intervenção do PDM do concelho onde se situa a escola; - Relacionar a desigual distribuição espacial da população com fatores naturais; - Relacionar a desigual distribuição espacial da população com fatores humanos; - Explicar os problemas na distribuição da população; - Debater medidas passíveis de atenuar as assimetrias regionais na distribuição espacial da população; 	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa individual extra – aula. - Análise de documentos apresentados. - Resolução de fichas de trabalho. - Cálculo de indicadores demográficos. - Tratamento e apresentação de informação recolhida em publicações do INE. - Análise de mapas. - Discussão /debate para a perceção dos problemas demográficos. - Recolha e análise, na imprensa diária/semanal de informação relevante para o tema.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE GEOGRAFIA

Toda a avaliação implica uma **recolha de informação e elaboração de juízos e tomada de decisões adaptadas a cada aluno**, tendo uma função eminentemente reguladora do ato educativo.

Nesta perspetiva, a avaliação deverá ser **integrada, integral, contínua e sistemática**. Integrada porque faz parte do conjunto de atividades de ensino/aprendizagem e integral porque tem em conta, tanto a aquisição de novos conceitos, como de procedimentos, de atitudes, de capacidades de relação e comunicação e o desenvolvimento autónoma de cada aluno

Assim, deverão ser objeto de avaliação:

O conjunto de atividades realizadas pelo aluno, individualmente ou em grupo, atendendo à aquisição de novos conceitos ou reconstrução de outros, ao progressivo domínio de técnicas de pesquisa e organização de informação, à capacidade de comunicar e organizar-se tendo por objetivo a resolução de problemas, às atitudes desenvolvidas face às tarefas propostas, à sua capacidade de decisão e autonomia;

1 as relações de comunicação e participação desenvolvidas no grupo-classe, na escola e na comunidade.

O grupo de geografia considera que a **avaliação periódica** integra globalmente os seguintes aspetos:

- testes escritos e trabalhos individuais.
- trabalhos de grupo, trabalhos para casa e organização do caderno diário.
- atitudes e valores : presença de material necessário a aula, cumprimento das regras de trabalho, cooperação e partilha de conhecimentos, empenho e persistência nos trabalhos propostos, pontualidade, assiduidade e comportamento adequado.

Anexo 4 – Excerto da ata n.º 3 do núcleo de estágio do ER.

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro de dois mil e doze, reuniu-se o núcleo de estágio de Geografia, no âmbito do mestrado em ensino da História e da Geografia da Universidade Portucalense Infante D. Henrique, do Externato Ribadouro (...)

A reunião iniciou-se com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um – Apresentação e análise dos documentos construídos para as aulas assistidas dos professores em formação;

Ponto dois – Reflexão sobre as aulas assistidas pelos professores em formação.

Ponto três – Outros Assuntos

No que concerne ao ponto um, procedeu-se à análise dos documentos construídos (...) com o Professor Jorge Cardoso para um bloco de quarenta e cinco minutos do décimo ano de escolaridade, turma B dois (...). É de salientar que os documentos analisados foram construídos em contexto do grupo da área curricular de Geografia, tendo em conta as orientações desta instituição de ensino que privilegia o trabalho colaborativo dos docentes e, conseqüentemente, do núcleo de estágio. Acresce mencionar que os recursos pedagógicos elaborados ficam disponíveis para a utilização de todos os docentes do grupo disciplinar.

Anexo 5 – Plano de unidade letiva 10.º B2



UNIVERSIDADE PORTUCALENSE

Externato Ribadouro

Estágio Ensino da História e da Geografia

PLANO DE UNIDADE LETIVA

Disciplina: Geografia A.

Módulo B Tema V – A População Enquanto Recurso.

N.º de blocos (45') previstos: 1.

LIÇÕES N.º

Ano: 10.º Turma: B2

DATAS: 24 de Fevereiro 2012

Estagiária/o: Jorge Cardoso

Professor(a) Cooperante: João Amaral

Conceito-chave e situação-problema / desafio

Quais os elementos que compõem o relevo submarino.

Qual a importância da plataforma continental para a disponibilidade de recursos piscatórios?

Qual a influência das correntes marítimas na disponibilidade dos recursos piscatórios?

O que é a ZEE?

Objetivos centrais da unidade letiva / metas

Objetivos:

Identificar elementos do relevo submarino.

Relacionar a extensão da plataforma continental com a disponibilidade de recursos piscatórios.

Reconhecer a influência das correntes marítimas na disponibilidade dos recursos piscatórios.

Metas:

Utilizar o vocabulário geográfico em descrições orais e escritas de lugares, regiões e distribuições de fenómenos geográficos.

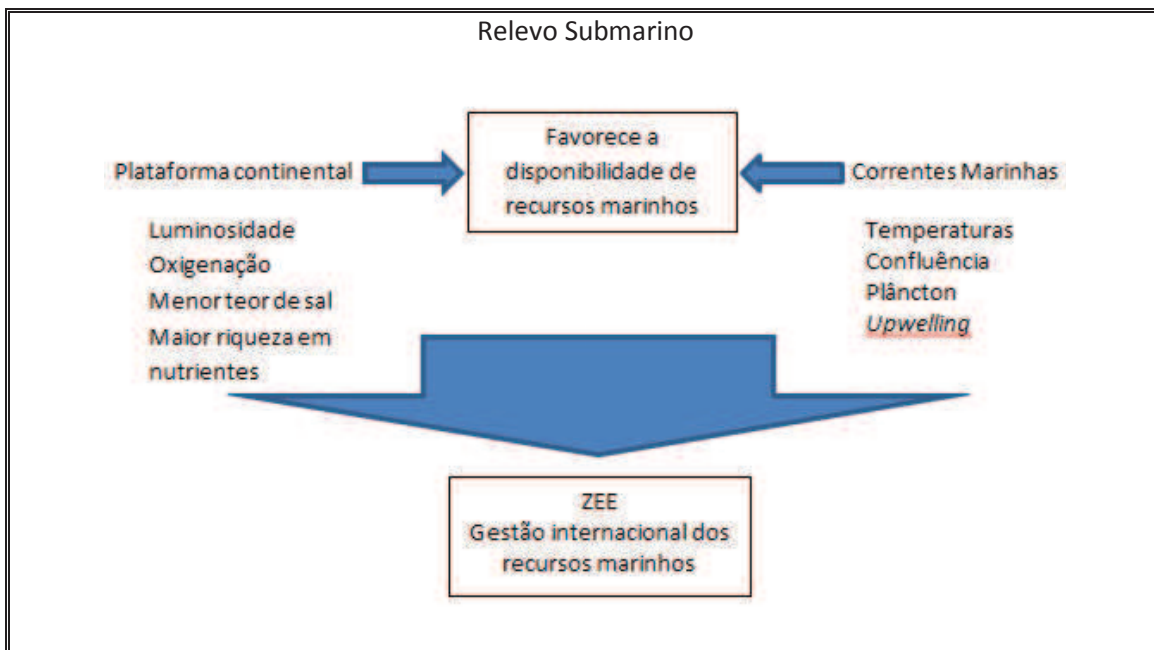
Formular e responder a questões geográficas.

Desenvolver a utilização de dados/índices estatísticos, tirando conclusões a partir de exemplos reais que justifiquem as conclusões apresentadas.

Problematizar as situações evidenciadas em trabalhos realizados, formulando conclusões e apresentando-as em descrições escritas e/ou orais simples e/ou em material audiovisual.

Recolher informação temática relacionada com o meio natural, recorrendo à imprensa, filmes, textos, informação da Internet, enciclopédias, livros, CD-ROM, para construir *dossiers* temáticos.

Esquema conceptual para a unidade letiva



Informação nova / conteúdos

<p>Ideias prévias dos alunos (avaliação diagnóstica)</p>	<p><i>Rift</i></p> <p>Plataforma continental</p> <p>Corrente marítima</p> <p>Nortada</p>
<p>Conceitos novos</p>	<p>Planícies abissais</p> <p>Fossas abissais</p> <p>Dorsais</p> <p>Talude continental</p> <p>Recurso piscícola</p>

	<i>Upwelling</i> ZEE – Zona Económica Exclusiva
--	--

Capacidades a desenvolver

<p>Analisar representações cartográficas;</p> <p>Relacionar a influência da geografia física na geografia económica;</p> <p>Reconhecer aspetos da realidade nacional resultantes das especificidades das condições geográficas.</p>

Experiências de aprendizagem a proporcionar aos alunos / métodos / estratégias

<p>Observação de um planisfério do fundo marinho para assinalar as formações submersas pelas águas do mar, levando os alunos a reconhecer alguns dos seus pontos mais importantes</p> <p>Visionamento e interpretação de um esquema de perfil do fundo do mar. Pretende-se assim que os alunos distingam as zonas submersas entre a plataforma continental e a planície abissal e reconheçam a importância da plataforma continental para os recursos piscatórios.</p> <p>Análise comparativa de mapas representando a plataforma continental do território nacional e a plataforma continental da Europa do Norte. Com esta análise pretende-se que os alunos reconheçam características da nossa plataforma continental e que concluam que esta é muito exígua quando comparada com a da Europa do Norte, contrariando a ideia que a costa extensa não é suficiente para garantir a disponibilidade de recursos piscícolas.</p> <p>Analisando um mapa com a circulação das correntes marinhas bem como uma reconstituição esquemática do fenómeno de <i>upwelling</i>, leva-se os alunos a concluir que as correntes marinhas podem também influir nas disponibilidades dos recursos piscícolas.</p> <p>Através da observação dos mapas da plataforma continental da Europa os alunos devem concluir da necessidade da regulamentação dos direitos de exploração dessas águas conduzindo à criação das Zonas Económicas Exclusivas (ZEE).</p> <p>Realização da ficha de trabalho a ser corrigida pelo colega de carteira de cada aluno. Nesta fase da aula, é necessário que o aluno se implique na tarefa proposta. Assim, passará a existir na aula uma relação pedagógica cooperativa e pela colaboração entre pares. Logo, é um trabalho, simultaneamente, cognitivo e social.</p>
--

Recursos / Fontes

Planisfério do fundo marinho – *Bruce C. Heezen e Marie Tharp*

Apresentação em PowerPoint, elaborada pelo professor;

Mapas – *À Descoberta*, Geografia A, Alzira Alberto, C. Manuel Além e Pedro Tildes Gomes

Ficha de Trabalho – Relevo e recursos marinhos

Avaliação intercalar

Avaliação empírica

Conhecimento adquirido na aula (feedback)

Domínio das atitudes (Empenho e interesse)

Domínio cognitivo na realização da ficha de trabalho

Domínio de aptidão na realização da ficha de trabalho

Avaliação final

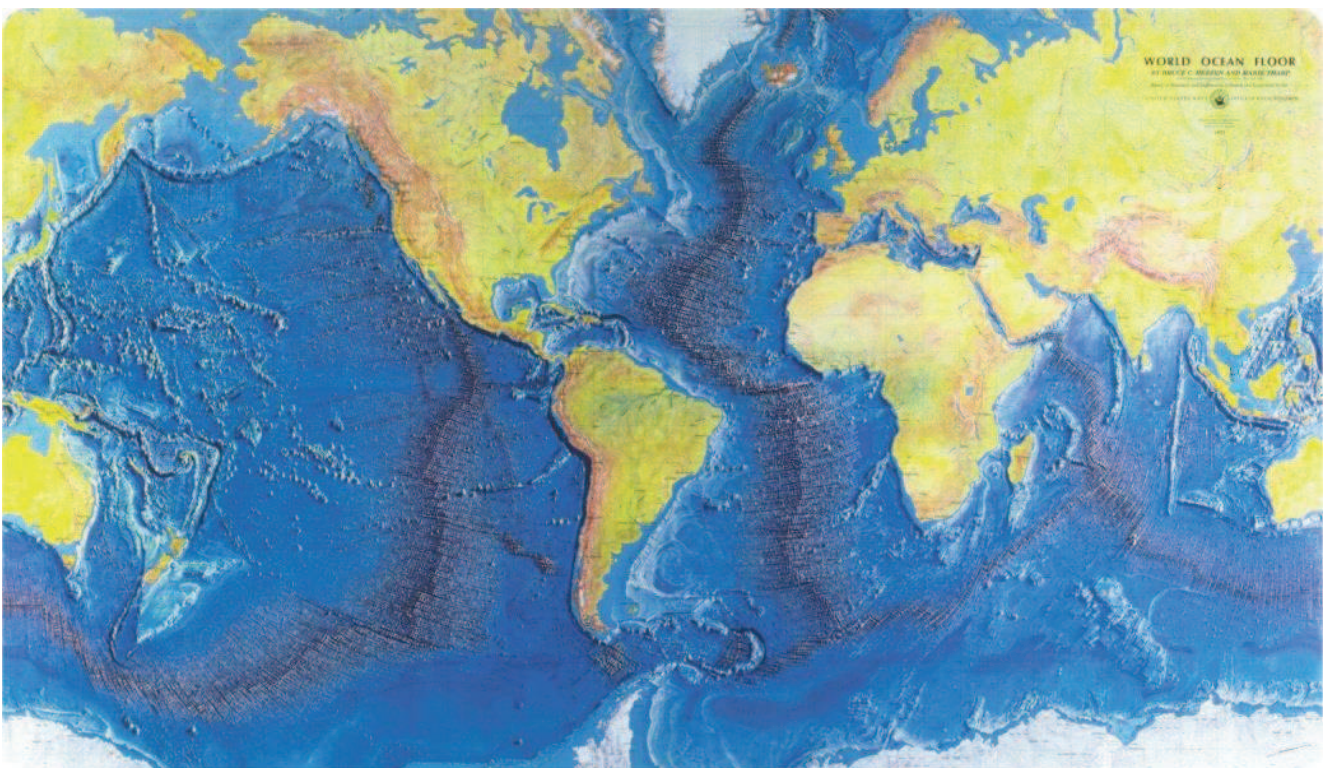
Correção da ficha de trabalho.

Sumários

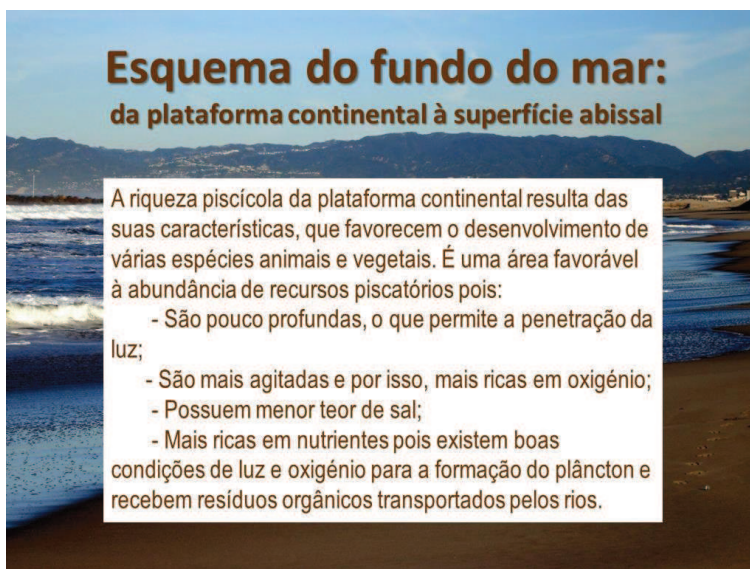
Unidades morfológicas do Oceano

Os fatores que influenciam os recursos piscatórios

Anexo 6 – Recurso da aula de 10.º ano, planisfério com representação dos fundos marinhos



Anexo 7 – Recurso da aula de 10.º ano
(apresentação em *PowerPoint*)



Anexo 7 – Recurso da aula de 10.º ano
(apresentação em *PowerPoint*) – continuação

FATORES QUE INFLUENCIAM OS RECURSOS PISCATÓRIOS

A IMPORTÂNCIA DA PLATAFORMA CONTINENTAL PARA OS RECURSOS PISCATÓRIOS

Na **PLATAFORMA CONTINENTAL** portuguesa, o declive é pouco acentuado e a sua largura é muito variável (oscila entre os 30 e os 60 km). Nalguns locais é quase inexistente, como no cabo de Santa Maria, onde tem apenas 8 km, enquanto que a sua extensão máxima é de 70 km no cabo da Roca.

Fig. 20 Plataforma continental do Portugal continental

FATORES QUE INFLUENCIAM OS RECURSOS PISCATÓRIOS

A IMPORTÂNCIA DAS CORRENTES MARITIMAS PARA OS RECURSOS PISCATÓRIOS

As **correntes marítimas**, que podem ser quentes ou frias, são um fator condicionante importante no desenvolvimento das espécies marinhas. A formação do plâncton dá-se sobretudo nas correntes frias, favorecendo a quantidade de espécies piscícolas. As zonas de contacto entre os dois tipos de correntes são aquelas onde a concentração e a diversidade de espécies é maior. É aqui que se pode encontrar todo o tipo de recursos piscícolas devido à grande diversidade de plâncton, bem como às oscilações de temperatura e salinidade.

FATORES QUE INFLUENCIAM OS RECURSOS PISCATÓRIOS

A IMPORTÂNCIA DAS CORRENTES MARITIMAS PARA OS RECURSOS PISCATÓRIOS

Nos meses de Verão, a **nortada** – ventos fortes de norte – sopra junto ao litoral e afasta as águas superficiais para o largo. Desenvolve-se, então, uma corrente de compensação, o **upwelling**, que se desloca na vertical, trazendo à superfície as águas profundas mais frias e mais ricas em nutrientes, que desencadeiam, em pouco tempo, a abundância de espécies como a sardinha e o carapau, favorecendo a atividade piscatória nesta época.

**Anexo 7 – Recurso da aula de 10.º ano
(apresentação em *PowerPoint*) – continuação**

FATORES QUE INFLUENCIAM OS RECURSOS PISCATÓRIOS

Com o aumento da atividade piscatória, a nível mundial, assim como o excesso de capturas, muitos países começaram a querer delimitar as suas águas para impedir a entrada livre de barcos de outras nacionalidades.

Esta questão gerou conflitos, pois os países queriam apropriar-se de zonas marítimas cada vez mais extensas. A partir de 1982, legitimou-se o afastamento até 200 milhas da costa (370 quilómetros) , para plena exploração em profundidade e do subsolo. Surge assim, a **ZONA ECONÓMICA EXCLUSIVA (ZEE)**, para cada país, tendo Portugal definido a sua em 1977.

Com efeito, Portugal é o país da união Europeia com a maior ZEE, sendo a sua área aproximadamente de 1 700 000 km², subdividida em três subáreas: a do continente, com 319 00 km², a da Madeira, com 426 000 km² e a dos Açores, com 938 000 km².



FATORES QUE INFLUENCIAM OS RECURSOS PISCATÓRIOS



FIM

**Anexo 8 – Recurso da aula de 10.º ano
(Ficha de Trabalho)**

Ficha de Trabalho

EXTERNATO RIBADOURO

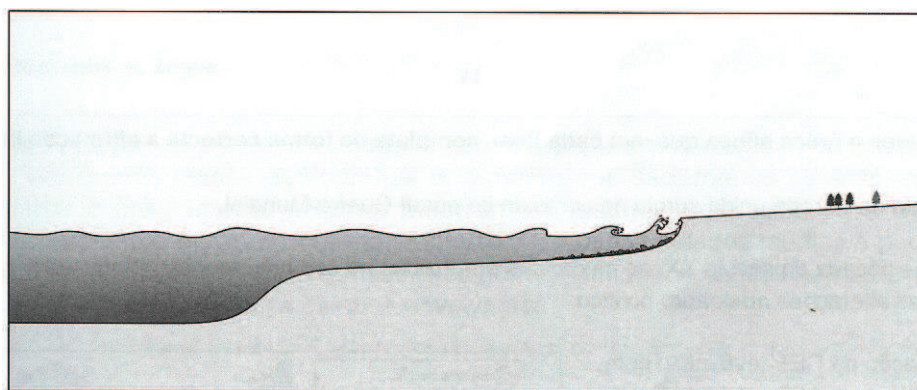
Geografia A

Fatores que influenciam os recursos piscatórios



Grupo I

Tal como em terra, também no mar se verifica uma distribuição muito irregular dos seres vivos. Há áreas de maior abundância e outras de menor abundância e até diversidade de espécies piscícolas.



1. A plataforma continental é:

- A. A zona submersa, adjacente às terras emersas, cuja profundidade não ultrapassa os 200 metros.
- B. Zona submersa de declive acentuado, com desníveis que podem ultrapassar os 4000 metros.
- C. Zona marítima pobre em recursos piscícolas, de fraca luminosidade.
- D. Zona marítima até 200 milhas de distância da costa do país ribeirinho.

2. As águas da plataforma continental caracterizam-se por serem:

- A. Oxigenadas e pouco salinas.
- B. Profundas e salinas.
- C. Pouco luminosas e ricas em espécies de grande porte.
- D. Profundas e pobres em nutrientes.

3. A extensão da plataforma continental portuguesa oscila, em média, entre os:

- A. 15 a 30 km.
- B. 250 e 450 km.
- C. 60 e 75 km.
- D. 30 e 60 km.

4. A abundância de pescado é especialmente significativa:

- A. No mar alto.
- B. Em águas calmas e quentes.
- C. Em águas agitadas por correntes marítimas.
- D. Em águas com forte concentração salina.

5. O *upwelling* é um(a)

- A. Vento que sopra durante o Inverno na costa algarvia.
- B. Corrente quente que se desloca de norte para sul, junto à costa ocidental portuguesa.
- C. Processo de pesca tradicional, recuperado pelos pescadores portugueses com o apoio da União Europeia.
- D. Corrente de compensação que se faz sentir durante o Verão ao largo da costa ocidental portuguesa.

6. A ZEE é constituída pelas águas marítimas de um país ribeirinho até:

- A. 200 milhas da costa.
- B. 120 milhas da costa.
- C. 50 milhas da costa.
- D. 12 milhas da costa.

FIM

Bom Trabalho!

Anexo 9 – Excerto da ata n.º 5 do núcleo de estágio do ER.

Aos quinze dias do mês de fevereiro de dois mil e doze, reuniu-se o núcleo de estágio de Geografia, no âmbito do mestrado em ensino da História e da Geografia da Universidade Portucalense Infante D. Henrique, do Externato Ribadouro (...)

A reunião iniciou-se com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um – Reflexão sobre as aulas lecionadas pelos professores em formação.

Ponto dois – Outros assuntos.

(...) No que diz respeito ao ponto dois, o professor em formação Jorge Cardoso partilhou com o núcleo os materiais elaborados para a aula de dois blocos de quarenta e cinco minutos a lecionar no dia vinte e oito de fevereiro à turma B dois do décimo ano de escolaridade. Em simultâneo procurou esclarecer as dúvidas de carácter científico relativas ao tema da atividade económica da aquicultura, a lecionar nessa mesma aula. Este processo de preparação das aulas procurou uma vez mais evidenciar as mais-valias do trabalho colaborativo no núcleo de estágio.

Anexo 10 – Plano de unidade letiva 10.º B2



UNIVERSIDADE PORTUCALENSE

Externato Ribadouro

Estágio Ensino da História e da Geografia

PLANO DE UNIDADE LETIVA

		Disciplina: Geografia A.	
		Módulo B Tema III – Os Recursos Marítimos.	
		N.º de blocos (45') previstos: 2.	
<u>LIÇÕES N.º</u>	Ano: 10.º	Turma: B2	<u>DATAS: 28 de Fevereiro 2012</u>
Estagiária/o: Jorge Cardoso		Professor(a) Cooperante: João Amaral	

Conceito-chave e situação-problema / desafio

<p>O que é a aquicultura?</p> <p>Quais são as principais características da aquicultura em Portugal?</p> <p>Quais as vantagens e desvantagens da aquicultura?</p>

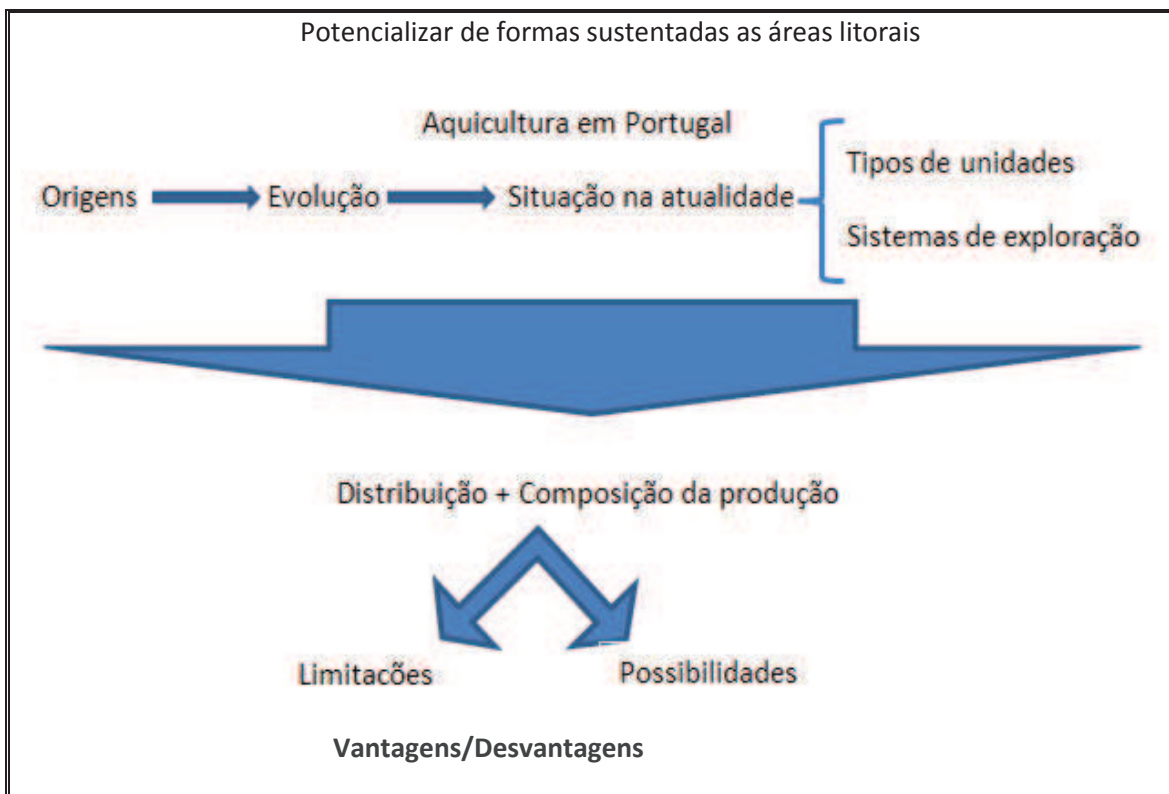
Objetivos centrais da unidade letiva / metas

<p>Objetivos:</p> <p>Explicar o que é a aquicultura.</p> <p>Caraterizar a prática da aquicultura em Portugal.</p> <p>Avaliar os impactes ambientais e económicos da aquicultura.</p> <p>Metas:</p> <p>Utilizar o vocabulário geográfico em descrições orais e escritas de lugares, regiões e distribuições de fenómenos geográficos.</p> <p>Formular e responder a questões geográficas.</p> <p>Descrever as práticas da aquicultura em Portugal relativamente à evolução, às unidades de produção e regimes ou sistemas de produção</p> <p>Desenvolver a utilização de dados/índices estatísticos, tirando conclusões a partir de exemplos reais que justifiquem as conclusões apresentadas.</p> <p>Problematizar as situações evidenciadas em trabalhos realizados, formulando conclusões e</p>

apresentando-as em descrições escritas e/ou orais simples e/ou em material audiovisual.

Recolher informação temática relacionada com o meio natural, recorrendo à imprensa, filmes, textos, informação da Internet, enciclopédias, livros, CD-ROM, para construir *dossiers* temáticos.

Esquema conceptual para a unidade letiva



Informação nova / conteúdos

<p>Ideias prévias dos alunos (avaliação diagnóstica)</p>	<p>Recursos marítimos</p> <p>Pesca</p> <p>Política Comum de Pescas</p>
<p>Conceitos novos</p>	<p>Aquicultura ou aquacultura</p> <p>Piscicultura</p> <p>Moluscicultura</p>

Capacidades a desenvolver

Observar e analisar fenómenos da geografia económica inseridos na realidade nacional;
Interpretar indicadores económicos e representações gráficas;
Interpretar informação documental e problematizar as suas abordagens.

Experiências de aprendizagem a proporcionar aos alunos / métodos / estratégias

Realizar um *feedback* relativamente aos recursos marinhos e à atividade piscatória. Pretende-se assim que os alunos relembrem o potencial económico dos mares e as suas limitações.

Análise de um *PowerPoint* sobre a prática da aquicultura como uma atividade capaz de potencializar de forma sustentada as áreas litorais. Com esta análise pretende-se que os alunos reconheçam a aquicultura como uma atividade milenar com grandes potencialidades nos dias de hoje, ao mesmo tempo que caracterizam a realidade atual desta atividade económica em Portugal: distinção de unidades e de sistemas de exploração, distribuição das explorações e composição da produção. Por fim, são colocados perante as limitações desta atividade em Portugal e solicitados a apontar possibilidades inovadoras para a mesma.

A distribuição de uma notícia do jornal *Público* sobre o consumo de peixe de aquicultura em Portugal, seguida de leitura individual, abre caminho ao debate sob orientação de alguns tópicos de análise e reflexão previamente indicados.

As principais ideias sobre a prática da aquicultura são consolidadas com a análise de um documento síntese sobre as vantagens e desvantagens deste recurso económico.

Recursos / Fontes

Apresentação em *PowerPoint*, elaborada pelo professor;

Notícia do Jornal Público (25/11/2010) – *Aquicultura: Quando o peixe não vem do mar*, por Raquel Ribeiro

Síntese de reflexão – Vantagens e desvantagens da prática da aquicultura.

Avaliação intercalar

Avaliação empírica

Conhecimento adquirido na aula (feedback)

Domínio das atitudes (Empenho e interesse)

Domínio cognitivo na interpretação da notícia do Jornal

Domínio de aptidão na realização do debate.

Avaliação final

Participação no debate

Sumários

A aquicultura em Portugal: características, vantagens e desvantagens.

Anexo 11 – Recurso da aula de 10.º ano
(apresentação em *PowerPoint*)



AQUICULTURA

Aquicultura ou aquacultura: cultura de espécies aquáticas em ambientes controlados pelo homem, em água doce e marinha (peixes, moluscos crustáceos, etc.)

Fresco Egípcio c. 4000 a.C - tilápia do Nilo

Mosaico Romano Sec. I a.C. - carpa


AQUICULTURA

Evolução da prática da aquicultura em Portugal

- 1895 – Primeira legislação nacional em aquacultura de peixes
- 1898 – Primeira aquacultura estatal a produzir truta arco-íris no Posto Aquícola de Vila do Conde
- Final séc. XIX – Grande aumento da actividade de apanha de ostras no estuário do Tejo
- 30s - Ostra Portuguesa - *Crassostrea angulata* – alcança um volume de exportações de 13 000 t/ano
- 1968 – A aquacultura passa a estar organizada como uma actividade comercial
- 70s – Truta arco-íris passa a ser produzida regularmente

Anexo 11 – Recurso da aula de 10.º ano
(apresentação em *PowerPoint*) – continuação

AQUICULTURA




Evolução da prática da aquicultura em Portugal

- 80s – Aquicultura consiste no cultivo de bivalves nos estuários e na produção de truta
- 1986 – Entrada de Portugal na UE
- 90s – Aquicultura de água doce começa a decrescer

– Surgimento de novas pisciculturas com inovações tecnológicas baseadas em espécies de elevado valor comercial, como o robalo, a dourada e o rodovalho


Fonte: Seacase Project

AQUICULTURA



Unidades de produção de aquicultura

Unidades de reprodução



Maternidades (apenas uma em Portugal)

Nas unidades de reprodução desenvolve-se a cultura de ovos, larvas, juvenis ou esporos.

AQUICULTURA




Unidades de produção de aquicultura

Unidades de engorda


Na fase de engorda os peixes entram na fase juvenil e saem adultos prontos para serem comercializados. O tempo deste processo e o peso final dos animais varia de acordo com a espécie cultivada e o mercado alvo.



Viveiros (87%)



Tanques (11%)



Jangadas (2%)

**Anexo 11 – Recurso da aula de 10.º ano
(apresentação em *PowerPoint*) – continuação**

AQUICULTURA

Regimes ou sistemas de exploração

Extensivo – alimentação natural (plâncton e pequenos animais)

Semi-intensivo – alimentação mista (natural e ração) em tanques de terra

Intensivo – alimentação com ração em pequenas áreas de grande concentração






AQUICULTURA

Regimes ou sistemas de exploração

Extensivo – alimentação natural (plâncton e pequenos animais)

Semi-intensivo – alimentação mista (natural e ração) em tanques de terra

Intensivo – alimentação com ração em pequenas áreas de grande concentração






AQUICULTURA

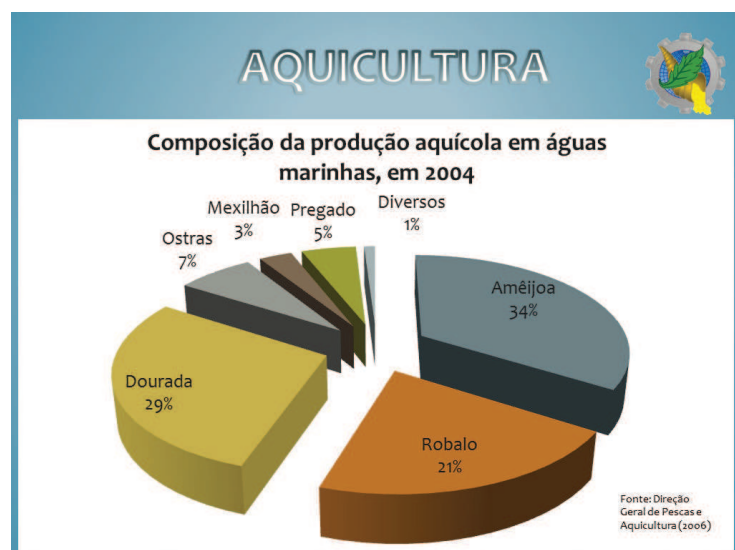


Região Autónoma dos Açores Região Autónoma da Madeira




Distribuição da produção piscícola (em toneladas) no território nacional em águas marinhas e em águas doces

Anexo 11 – Recurso da aula de 10.º ano
(apresentação em *PowerPoint*) – continuação




Anexo 11 – Recurso da aula de 10.º ano
(apresentação em *PowerPoint*) – continuação

AQUICULTURA



Limitações	Possibilidades
<ul style="list-style-type: none">• Dificuldades burocráticas• Aquaculturas localizadas em zonas de sapal (Naturc 2000)• Investimento reduzido• Microempresas ou actividade secundária• Planos de ordenamento costeiro insuficientes• Decréscimo dos preços de mercado	<ul style="list-style-type: none">• Produção• Gestão• Investigação• Marketing• Imagem• Benefícios patrimoniais e benefícios ambientais



AQUICULTURA



FIM

Anexo 12 – Recurso da aula de 10.º ano
(notícia do jornal Público)

A nova vida dos peixes

Aquacultura: Quando o peixe não vem do mar

25.01.2010 - Por Raquel Ribeiro



Na Pescanova, cada pregado tem um bilhete de identidade: sabe-se quem são os pais, de onde veio, por onde passou e o que comeu (**Adriano Miranda**)

Do Governo aos cientistas, aquacultores grandes e pequenos, na nutrição e no ambiente, os atores do palco da produção de peixe em cativeiro em Portugal partilham consensos: a aquacultura veio para ficar. Mas ainda há medos, preconceitos. Agora só falta o consumidor.

Sábado, 16 de Janeiro, dez da manhã. Hipermercado Continente, Porto. Banca do peixe: robalo grande do alto mar fresco, 22,95 euros/kg; robalinho de aquacultura, 5 euros/kg.

Quinta-feira, 14 de Janeiro, dez da noite. Num restaurante em Lisboa, um grupo de amigos quer comer peixe.

Cliente — A dourada é do mar?

Empregado — Sim, sim. É selvagem.

Domingo, 27 de Dezembro de 2009, à revista Pública, um homem de Caxinas, bairro de pescadores de Vila do Conde, diz: “Aqui a pesca não tem dado. As redes dos barcos grandes apanham o peixe grande e o peixe pequeno. E também as regras de hoje têm taxas e mais taxas, e só se pode apanhar peixe numa determinada zona em que não há peixe.”

Falar hoje de aquacultura é falar destas três realidades: para o consumidor, a diferença de preço entre o peixe cultivado e o selvagem; o preconceito sobre um peixe que não é “do mar”; e a inevitável realidade de que as reservas de peixe no mar estão a esgotar-se.

Mitos e realidades

Há 30 anos, a “menina pescadinha” entrava na casa dos consumidores bradando o slogan: “Peixe congelado, alegria do cozinhado.” Há 30 anos, o pai de Maria Teresa Dinis, 64 anos, pioneira da aquacultura em Portugal, ia a Sesimbra buscar peixe fresco e dizia: “Peixe congelado, nunca!” O peixe congelado chega hoje a metade dos lares portugueses. A investigadora acredita que “este é o mesmo desafio que a aquacultura enfrenta”.

Diz-se que o peixe de aquacultura é mais gordo, que não sabe ao mesmo. Mas, em Portugal, contam-se pelos dedos as pessoas que já comeram salmão selvagem. As reservas do consumidor relativamente ao peixe produzido em cativeiro são enormes quando comparadas, por exemplo, ao camarão cuja produção é quase toda de aquacultura.

O consumidor ocidental tem um gosto requintado: por exemplo, não come carpa, peixe de água doce cultivado na China. Prefere o robalo, a dourada, o salmão (para não falar no bacalhau, no atum, e no alabote, consumido nos Estados Unidos, Canadá e Norte da Europa), peixes em vias de extinção ou perto da rutura, cuja elevada procura só poderá ser suplantada pela aquacultura.

Diz-se que o peixe de aquacultura deixa um rasto de destruição nos ambientes marinhos. A produção de camarão nas Filipinas devastou 109 mil hectares de mangais pantanosos desde os anos 70, o equivalente a dois terços da área de mangal do país. No entanto, num relatório de 2009, a Greenpeace coloca Portugal no ranking dos países que mais consomem peixe de origem não sustentável. Isto quer dizer que a maioria dos supermercados portugueses não olha a meios para vender o peixe: muito vem de práticas ilegais de pesca. “A destruição do equivalente a dez campos de futebol no fundo dos oceanos só tem a duração de um suspiro”, escreveu a porta-voz da Greenpeace em Portugal, Lara Teunissen, no relatório.

Diz-se que o peixe de aquacultura tem um elevado nível de antibióticos e hormonas. Que os peixes são as novas galinhas do mar. Que as rações contêm demasiado peixe ou demasiada soja. Que, para não se dar peixe de comer ao peixe (apesar de, no mar, o peixe comer naturalmente outro peixe), se alteraram as dietas. Que o salmão, por exemplo, poderá ser, dentro de pouco tempo, vegetariano, o que poderá levar à sua alteração genética. Contudo, um estudo de 2007 encontrou vestígios elevados de mercúrio em mais de 600 rios dos Estados Unidos e Canadá. E um estudo da revista Science em 2008 prova que esses vestígios passam para a cadeia alimentar através de pássaros que se alimentam de seres na água contaminada.

Num artigo na Nature de 2009, Carlos M. Duarte, investigador em Maiorca, afirmava que, “apesar de parecerem peixes, estes assemelham-se cada vez mais a porcos”.

Vacas loucas, peste suína, gripe das aves, gripe suína, até, são escândalos alimentares que o consumidor não quer voltar a ver.

Tópicos de análise e reflexão:

- Reação do mercado e dos consumidores em relação às espécies de produção aquícola;
- Mitos e realidades em torno da produção aquícola;
- Impactes ambientais da aquicultura.

Anexo 13 – Recurso da aula de 10.º ano (síntese de consolidação)



A Prática da Aquicultura

Vantagens:

- De acordo com a FAO (Food and Agricultural Organization), um hectare cultivado com peixes produz mais do que com qualquer outro animal. Por isso, a aquicultura assume uma grande importância no panorama do abastecimento alimentar mundial;
- Oferece vantagens sociais às populações de inúmeros países onde o pescado marinho não pode chegar em boas condições sanitárias e a preços razoáveis;
- Alguns vêem a produção orgânica de peixes como uma forma de manter a qualidade do pescado, sem alterar o equilíbrio ambiental;
- Consegue-se aumentar significativamente a quantidade de peixe produzido comparativamente com a pesca;
- É possível manter uma dieta equilibrada e adequada às espécies assegurando que se desenvolvam de forma saudável, não alterando o seu valor nutritivo.

Desvantagens:

- O número de peixes selvagens, como o salmão, e a sua qualidade tem vindo a sofrer alterações;
- As rações e os produtos utilizados para esta prática podem prejudicar o ecossistema, caso sejam lançados no meio ambiente sem o devido tratamento;
- Ambientalistas afirmam que a aquicultura serve a grandes grupos multinacionais, e não beneficia diretamente as populações ribeirinhas locais;
- Os criadores utilizam grandes quantidades de proteínas de baixo custo para ração, produzindo produtos de alto custo (ex: camarão), em vez de apostarem na produção de outras populações piscícolas, menos dispendiosas;
- Rápida propagação de doenças e, conseqüentemente, um menor tempo de reação face a qualquer problema;
- reduz-se a mão-de-obra necessária, pois a colheita é muito mais simples do que a realizada na pesca;
- Aumentar a dispersão de espécies invasivas.

Anexo 14 – Plano de unidade letiva 10.º B2



UNIVERSIDADE PORTUCALENSE

Externato Ribadouro

Estágio Ensino da História e da Geografia

PLANO DE UNIDADE LETIVA

Disciplina: Geografia A.

Módulo B Tema V – A População Enquanto Recurso.

N.º de blocos (45') previstos: 1.

LIÇÕES N.º

Ano: 10.º Turma: B2

DATAS: 11 de Maio 2012

Estagiária/o: Jorge Cardoso

Professor(a) Cooperante: João Amaral

Conceito-chave e situação-problema / desafio

Como evoluiu a população portuguesa durante a segunda metade do século XX?

Quais os fatores que terão condicionado essa evolução?

Quais as consequências dessa evolução?

Que medidas podem alterar a tendência demográfica atual?

Objetivos centrais da unidade letiva / metas

Objetivos:

Relacionar a evolução da população portuguesa, na 2ª metade do século XX, com o comportamento das variáveis demográficas e de outros fatores de flutuação demográfica.

Equacionar consequências dessa evolução demográfica.

Debater medidas passíveis de contribuir para a resolução de alguns dos problemas demográficos.

Metas:

Utilizar o vocabulário geográfico em descrições orais e escritas de lugares, regiões e distribuições de fenómenos geográficos.

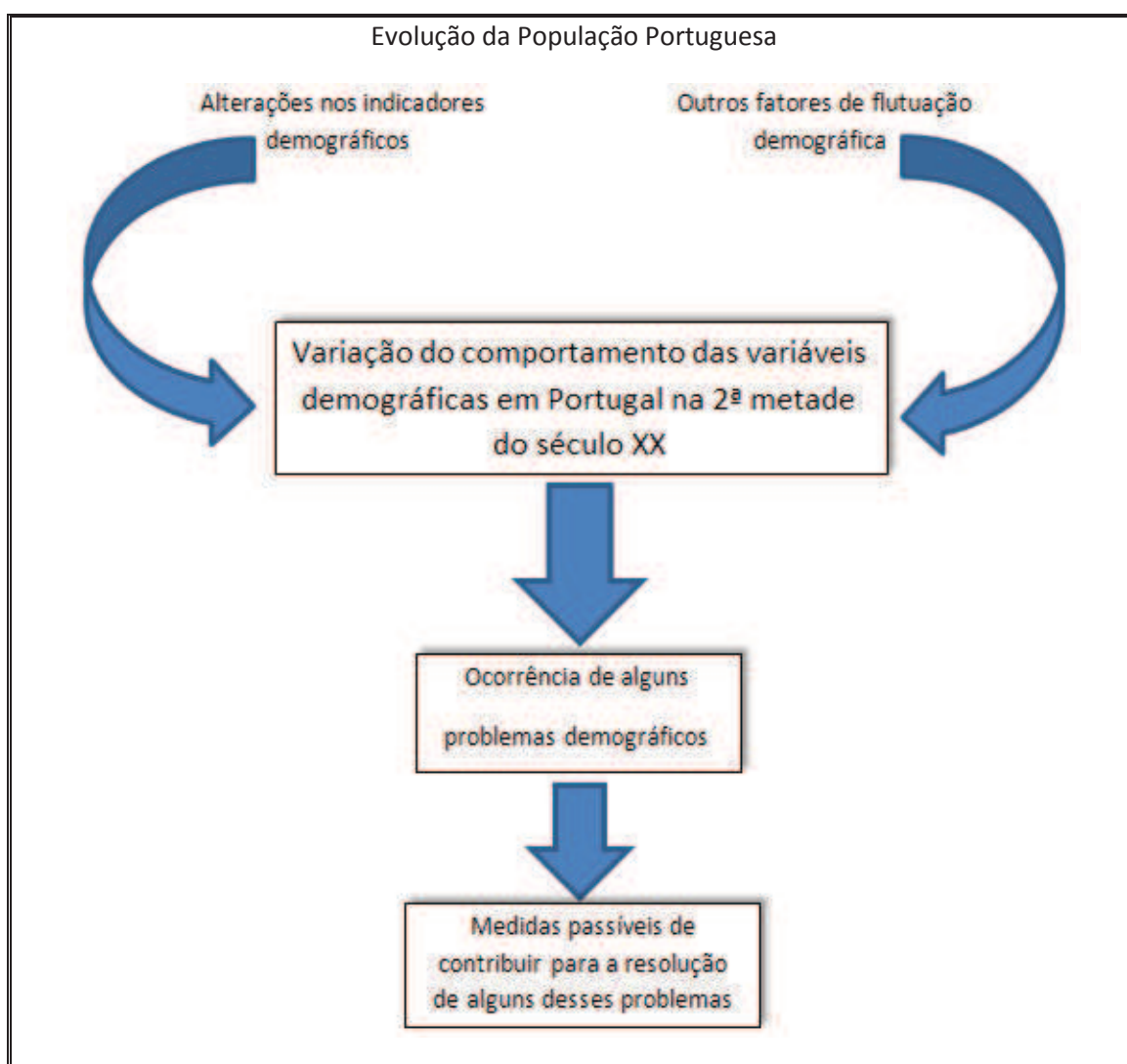
Formular e responder a questões geográficas.

Desenvolver a utilização de dados/índices estatísticos, tirando conclusões a partir de exemplos reais que justifiquem as conclusões apresentadas.

Problematizar as situações evidenciadas em trabalhos realizados, formulando conclusões e apresentando-as em descrições escritas e/ou orais simples e/ou em material audiovisual.

Recolher informação temática relacionada com o meio natural, recorrendo à imprensa, filmes, textos, informação da Internet, enciclopédias, livros, *cd-rom*, para construir dossiers temáticos.

Esquema conceptual para a unidade letiva



Informação nova / conteúdos

Ideias prévias dos alunos (avaliação diagnóstica)	Domínio de conceitos como: natalidade, mortalidade, idosos, jovens, imigração e êxodo rural; Envelhecimento da população portuguesa nas últimas décadas; Cálculo da Taxa de Crescimento Natural
---	---

Conceitos novos	<p>Envelhecimento demográfico</p> <p>Índice de renovação de gerações</p> <p>Índice sintético de fecundidade</p>
------------------------	---

Capacidades a desenvolver

<p>Analisar e interpretar documentários e notícias;</p> <p>Relacionar a evolução demográfica com comportamentos das variáveis e com outros fatores de flutuação;</p> <p>Reconhecer aspetos da realidade nacional resultantes das especificidades das condições geográficas;</p> <p>Elaborar cálculos e e gráficos com base em indicadores demográficos.</p>

Experiências de aprendizagem a proporcionar aos alunos / métodos / estratégias

<p>Relembrar o tema iniciado na aula anterior relativo à população como recurso. Visionamento de um excerto do documentário “Portugal Um Retrato Social”, previamente montado por mim, orientado por um guia de visionamento dividido em duas tarefas: atentar em aspetos como a evolução da taxa de natalidade nas últimas décadas e os fatores que a influenciam, o índice de renovação das gerações e ainda outros fatores de flutuação da evolução da população desde os anos 60; comparar 3 gráficos com dados censitários de 2011 com a informação analisada no excerto do documentário.</p> <p>Depois de visionado o documentário, esclarecer eventuais dúvidas e obter as respostas a partir dos tópicos da primeira parte da tarefa do guia de visionamento. De seguida, permitir a análise dos gráficos do guia de visionamento e solicitar as principais conclusões, procurando cotejá-la com os aspetos referidos no excerto do documentário, determinando agora com valores mais exatos a evolução de indicadores como: o total da população; a comparação da população jovem com a população idosa; a esperança média de vida por sexo; os indicadores de envelhecimento; o índice sintético de fecundidade (distinguindo do índice de renovação de gerações). Registo das principais conclusões</p> <p>Alertar para os problemas demográficos que podem advir desta situação e lançar o debate a partir do visionamento de uma notícia do Jornal Nacional da TVI. Lançar o debate sobre os principais problemas demográficos e propostas viáveis para contribuir para a sua resolução.</p> <p>Registrar os problemas identificados e enunciar as propostas de resolução debatidas em conjunto.</p> <p>Proposta de realização de uma ficha de trabalho como trabalho de casa a ser corrigida na aula seguinte, com o cálculo da taxa de crescimento natural da população na segunda metade do</p>

século XX, a construção de um gráfico em papel milimétrico sobre a evolução das taxas de natalidade e de mortalidade no mesmo período e resolução de quatro questões de interpretação dessas taxas.

Recursos / Fontes

Portugal, Um Retrato Social – 1. Gente Diferente – António Barreto e Joana Pontes, RTP, 2007 (montagem do excerto de autoria do professor);

Gráficos da revista *Ter Opinião* n.º 1, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012, pp 180 e 181.;

Notícia do Jornal Nacional da TVI, carregado no *Youtube* em 29/04/08 pela Associação Portuguesa de Famílias Numerosas;

Guia de visionamento do excerto do documentário elaborado pelo professor.

Avaliação intercalar

Avaliação empírica

Conhecimento adquirido na aula (feedback)

Domínio das atitudes (Empenho e interesse)

Domínio cognitivo na realização das tarefas propostas no guia de visionamento

Participação no debate e na elaboração de propostas de resolução para os problemas demográficos

Avaliação final

Participação no debate, na construção das propostas de resolução dos problemas e realização da ficha de trabalho.

Sumários

A evolução da população portuguesa na segunda metade do século XX.

Problemas demográficos e propostas de solução

Anexo 15 – Guião do excerto do documentário “Portugal Um Retrato Social”

Externato Ribadouro



GUIÃO DE VISIONAMENTO GEOGRAFIA-10ºANO

Portugal um retrato social – “1. Gente diferente” (excerto)

Nascimento assistido com meios técnicos e médicos numa maternidade atual, em Lisboa.	0,40 min.
Há 40 anos:	
• Só 1 em cada 7 nascimentos tinha assistência médica.	1,25 min.
• Nascia-se como calhava.	
• Sem cuidados de higiene.	
• Sem saneamento e água de má qualidade.	
• Mortalidade elevada de recém-nascidos e de parturientes	
Em 15 anos Portugal passou de país da Europa com maior mortalidade infantil para o 5º lugar mundial dos países com menor mortalidade infantil.	2,35 min.
Causas da diminuição da taxa de mortalidade infantil (5º mais baixa do mundo):	2,50 min.
• Apoio médico (assistência médica obstetrícia e neonatal)	
• População mais culta	
• Melhor alimentação	
• Água tratada e saneamento básico.	
Poucos nascimentos em Portugal (c. 100 mil bebés ano)	3,47 min.
Baixo índice de renovação das gerações	3,52 min.
Natalidade menor nos países do sul da Europa	4,10 min.
Evolução da população desde os anos 60:	4,40 min.
• diminuição nas décadas de 60-70 com a emigração;	
• recuperação com retornados e trabalhadores estrangeiros.	
Envelhecimento	
• Cada vez menos jovens e mais idosos.	4,59 min.
• Número de pessoas com mais de 65 anos superior ao de 15 anos.	
Diminuição da natalidade	5,29 min.
Aumento da esperança média de vida (Mulheres – 81; homens – 74).	
Vive-se mais e melhor:	
• alimentação;	5,57 min.
• cuidados de saúde;	
• hábitos de vida.	

Anexo 16 – Recurso da aula de 10.º ano

Externato Ribadouro



FICHA DE VISIONAMENTO DE DOCUMENTÁRIO GEOGRAFIA-10ºANO

Portugal um retrato social – “1. Gente diferente”

1. Atente no excerto do documentário sobre a evolução da população nos últimos 40 anos.

Deve ter em atenção os seguintes aspetos:

- ❖ A evolução da taxa de natalidade nas últimas décadas e os fatores que a influenciam.
- ❖ O índice de renovação das gerações.
- ❖ Outros fatores de flutuação da evolução da população desde os anos 60

2. Compare os gráficos¹ que se seguem com a informação analisada no documentário.

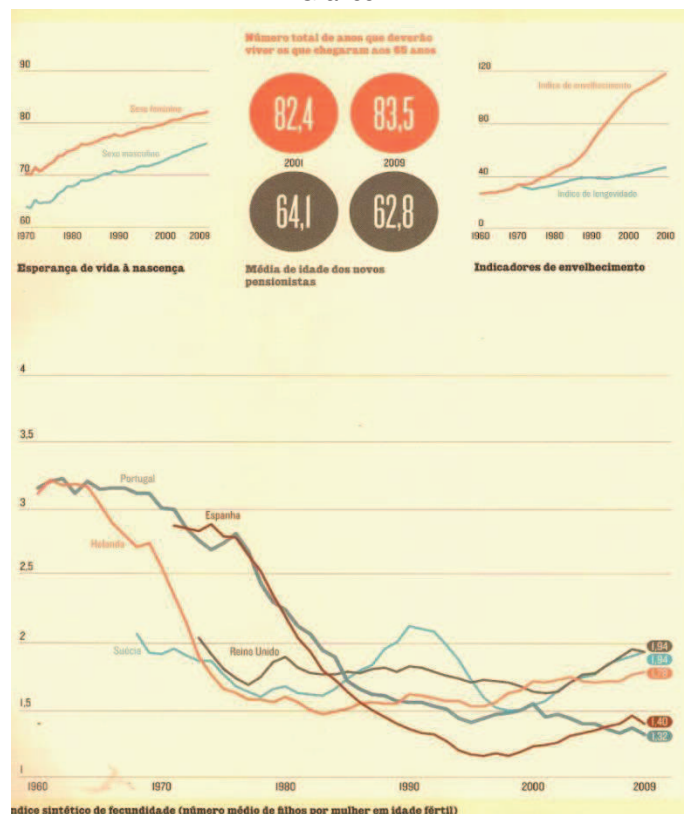
Gráfico I



Gráfico II



Gráfico III



¹ Fonte – XXI Ter Opinião n.º 1, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012, pp 180 e 181.

Anexo 17 – Recurso da aula de 10.º ano

Externato Ribadouro



GUIÃO DE VISIONAMENTO GEOGRAFIA-10ºANO

TVI, Jornal Nacional, “Portugueses têm cada vez menos filhos”

(carregado no *Youtube* em 29/04/08 pela APFN)

Necessidade de incentivos à natalidade em Portugal.

0,01min.

Em 2007 nasceram pouco mais de 100 mil bebés (fonte: INE).

0,08 min.

A Associação Portuguesa de Famílias Numerosas (APFN) considera haver cada vez menos condições para ter filhos em Portugal.

0,10 min.

Renovação de gerações exige a média de 2,1 filhos por cada portuguesa. Em 2007 nasceram cerca de 60mil bebés a menos do que o necessário para esta renovação.

0,36 min.

Falta de condições para se ter mais filhos

0,57 min.

Acusação de uma política anti- natalista pela APFN:

1,10 min.

- Falta de uma política consistente e direcionada só para os 3 primeiros anos de vida.
- Falta de assistência social pública para as despesas familiares com filhos, resultando numa penalização de famílias com muitos filhos.

Políticas natalistas em falta propostas pela APFN:

1,35 min.

- Abono credível e mais extenso no tempo.
- Majorar as reformas dos pais com mais filhos
- Benefícios no IRS com despesas essenciais das crianças.

**Anexo 18 – Recurso da aula de 10.º ano Recurso da aula de 10.º ano
(ficha de trabalho de aplicação de conceitos de demografia.)**

Externato Ribadouro



FICHA DE TRABALHO DE GEOGRAFIA-10ºANO

Nome: _____ Nº: ____ Turma: ____

Data: ____/____/____

1. Observe o quadro 1, referente á evolução da população na 2ª metade do século XX.

Quadro 1

Anos	Taxa de Natalidade ‰	Taxa de Mortalidade ‰	Taxa de Crescimento Natural ‰
1950	24,3	12,2	
1960	23,4	10,4	
1970	19,9	10,3	
1981	15,4	9,7	
1991	11,7	10,5	
1995	10,7	10,3	
1996	11	10,6	
1997	11,2	10,4	
1998	11,2	10,5	
1999	11,4	10,6	
2000	11,8	10,3	
2001	10,9	10,2	

1.1 **Complete** o quadro 1, calculando o valor da taxa de crescimento natural.

1.2 Com base nos dados do quadro 1, **construa** um gráfico de evolução das taxas de natalidade e mortalidade.

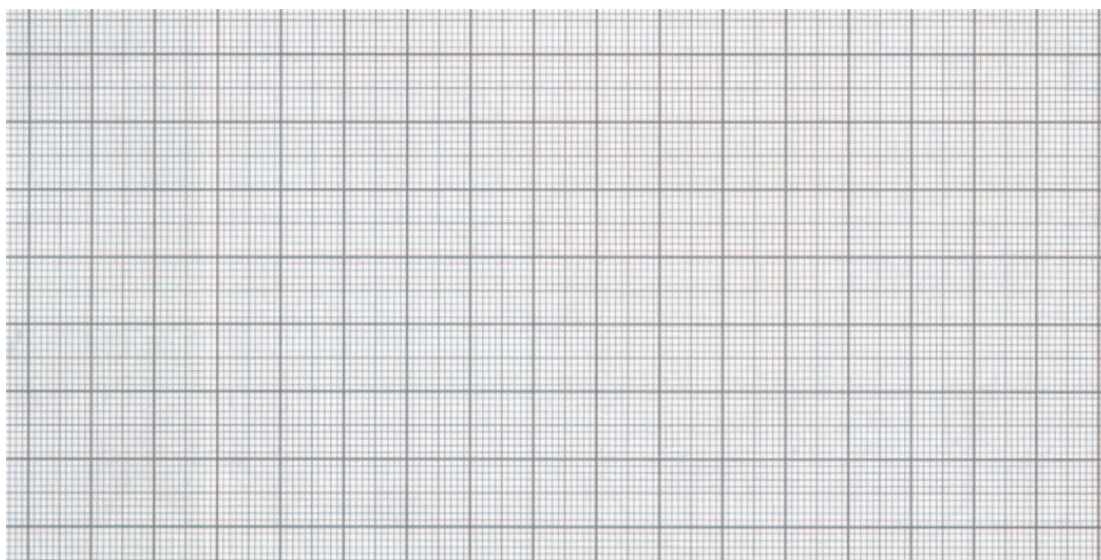


Fig. 1 – Evolução das taxas de natalidade e mortalidade.

1.3 **Descreva** a evolução de cada uma das taxas, no período representado.

1.4 **Identifique** os dois anos em que a taxa de crescimento natural foi mais elevada.

1.5 **Refira** quais os fatores responsáveis pela diminuição que se tem registado ao nível da taxa de natalidade.

1.6 **Justifique** o decréscimo da taxa de mortalidade entre 1951 e 1981.

BOM TRABALHO!

O Professor

Anexo 19 – Documentos inerentes à preparação e execução da visita de estudo ao Instituto Geofísico da Universidade do Porto e ao Miradouro da Serra do Pilar

PLANIFICAÇÃO DA ACTIVIDADE

Instituto Geofísico da Universidade do Porto (Observatório Meteorológico da Serra do Pilar) e ao Miradouro da Serra do Pilar

ANOS	7 ^o ano de escolaridade	TURMAS	
N.º DE PARTICIPANTES		DATA	___/___/___
HORA DE PARTIDA	8h00	HORA DE CHEGADA	13h00
		MEIO DE TRANSPORTE	Autocarro

ITINERÁRIO

Externato Ribadouro (escola) – Instituto Geofísico da Universidade do Porto (Observatório Meteorológico da Serra do Pilar) – Externato Ribadouro (escola)

PROFESSORES RESPONSÁVEIS

4 professores responsáveis (2 por turma)

OBJECTIVOS

- Consciencializar os alunos para a importância do registo, tratamento e divulgação dos dados climatológicos;
- Despertar o interesse pela temática do Clima;
- Tomar contacto com uma realidade científica secular;
- Estabelecer relações comunicacionais com profissionais em Geofísica;
- Motivar os alunos para a dinamização de uma estação meteorológica na escola;
- Adquirir conhecimentos que lhes permitam desenvolver um projeto para a comunidade escolar, subordinado ao tema da Meteorologia;
- Pôr em ação o procedimento da observação direta de paisagens, integrando a descrição e a interpretação.

ACTIVIDADES PROPOSTAS

- Visita guiada ao Observatório Meteorológico da Serra do Pilar
- Aplicação de uma entrevista aos profissionais em Geofísica;
- Observação da paisagem a partir do Miradouro da Serra do Pilar;
- Preenchimento de um guião de observação da paisagem;
- Realização de um relatório da visita de estudo, como TPC.

ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO

- A realização da entrevista;
- O guião de observação;
- O relatório da visita de estudo.

**Anexo 19 – Documentos inerentes à preparação e execução da visita de estudo ao Instituto Geofísico da Universidade do Porto e ao Miradouro da Serra do Pilar
(continuação)**

GUIÃO DA ACTIVIDADE



Saída de Estudo ao Instituto Geofísico da Universidade do Porto
(Observatório Meteorológico da Serra do Pilar)
e ao Miradouro da Serra do Pilar



Data: ___/___/2011

Aluno: _____ N.º ___ Turma ___

Miradouro da Serra do Pilar

1. Olha à tua volta e define as sensações que a paisagem te sugere. (assinala uma cruz na posição que mais se aproximar da tua resposta)

Banal	-----	Original
Quente	-----	Fria
Ordenada	-----	Desordenada
Agradável	-----	Desagradável
Ativa	-----	Passiva
Alegre	-----	Triste
Boa	-----	Má
Simplex	-----	Complexa
Natural	-----	Artificial
Homogénea	-----	Heterogénea
Periférica	-----	Central
Repulsiva	-----	Atrativa
Perfumada	-----	Inodora
Perigosa	-----	Inofensiva

2. Tendo como referência o local onde te encontras e utilizando os rumos da rosa-dos-ventos, localiza...

... a Ribeira do Porto _____

... o Mosteiro da Serra do Pilar _____

... a ponte D. Luís _____

... a Ribeira de Gaia _____

... a Avenida da República (Gaia) _____

... as caves do Vinho do Porto _____

3. Descreve a paisagem que vês, tendo em consideração os diferentes planos de imagem, os elementos naturais e humanos e as unidades paisagísticas.

4. Classifica a paisagem vista do Miradouro da Serra do Pilar.

Instituto Geofísico da Universidade do Porto
(Observatório Meteorológico da Serra do Pilar)

Durante a visita procura estar atento, para assim preencheres corretamente os espaços em branco.

O Observatório da Serra do Pilar funciona num edifício algo antigo situado na Rua Rodrigues de Freitas, em Vila Nova de Gaia, e as suas coordenadas geográficas são:

Latitude – 41º 08' 19" N; Longitude – 8º 36' 09" W e Altitude – 93,515 metros

Fornece ao Instituto Nacional de Meteorologia dados diários sobre: Temperatura do ar, Temperatura da relva, Pressão, Humidade, Precipitação, Velocidade e rumo do vento, Nebulosidade e as horas de insolação

TEMPERATURA

Os aparelhos que medem a temperatura são os _____. Um exemplo bem conhecido é o termómetro de mercúrio, que tem um inconveniente grave, isto é, não permite _____ dos valores observados. Para esse efeito, usa-se um _____. O elemento cuja dimensão varia tem na extremidade uma “caneta”, que se desloca sobre uma folha de papel enrolada num cilindro que roda.

PRESSÃO

A pressão, uma consequência do peso do ar da atmosfera, é medida pelos _____. O exemplo mais simples é o de mercúrio. A pressão normal tem o valor de 760 mmHg. Outro tipo de aparelho é o _____, em que a ação do peso da coluna de mercúrio é substituído pela ação de uma mola. Como tem a vantagem de poder registar os valores designa-se por _____. Estes aparelhos estão localizados usualmente no interior.

HUMIDADE

O grau de humidade é definido como a razão (expressa em percentagem) entre a quantidade de vapor de água existente num determinado volume de ar e a máxima quantidade que aí poderá existir à mesma temperatura. Quando atinge os 100%, diz-se que o ar está saturado. Pode ser determinado a partir das temperaturas de dois termómetros (o _____ e o _____) ou diretamente com um _____, onde se aproveita o facto de que certas substâncias, como por exemplo o cabelo humano, variam de comprimento conforme o grau de humidade da atmosfera em que estão.

PLUVIOSIDADE

Para se saber a quantidade de chuva usa-se o _____ ou _____. Consiste basicamente num recipiente onde se acumula a água da chuva; nesse recipiente existe uma bóia ligada a uma caneta. Como a capacidade do recipiente é limitada, existe um sifão que automaticamente esvazia quando é preciso. A pluviosidade mede-se em mm.

Modernamente, nas estações automáticas a solução adotada é algo diferente: _____. Uma “colher dupla” pode bascular em torno de um eixo central. A água cai numa das metades; quando esta fica cheia, a colher bascula, esvaziando-se; começando a água a cair na outra metade. Um dispositivo eletrónico permite fazer a contagem do número de vezes que o conjunto bascula.

VELOCIDADE E RUMO DO VENTO

Os dispositivos registadores da intensidade e direção do vento são _____ e _____. O _____ Hermann regista a velocidade média do vento. O _____ de Stephens é mais fiel na medição das rajadas máximas.

HORAS DE INSOLAÇÃO

Para se saber durante quantas horas do dia “houve Sol”, utiliza-se um aparelho muito engenhoso, o _____ de Campbell. Uma esfera de vidro concentra os raios solares num sítio próximo do equador, queimando uma tira de papel com características apropriadas. No fim do dia, retira-se a tira de papel e vêem-se os sítios em que está queimada. Conforme a época do ano (Primavera, Verão, Outono ou Inverno), a tira de papel é colocada mais acima ou mais abaixo.

Anexo 20 – Documentos inerentes à preparação e execução da atividade de comemoração da Semana da Europa.



DISCIPLINA DE GEOGRAFIA

2011/2012

Descrição da Atividade	Aprendizagens a realizar	Destinatários	Responsáveis	Calendarização	Recursos
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Exposição Temática: ☞ Exposição de trabalhos sobre a origem e expansão da Comunidade Europeia; ☞ Exposição de trabalhos “Viajar pela Europa”; ☞ Realização do jogo didático “Passaporte da Europa”. ☞ Análise de documentação fornecida por embaixadas e outras instituições europeias; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover atitudes de cidadania e espírito democrático enquanto europeus; ▪ Fomentar a cooperação das turmas; ▪ Desenvolver o interesse dos alunos pelos assuntos europeus; ▪ Conhecer as tradições dos países que pertencem à União Europeia; ▪ Pesquisar, recolher e interpretar dados da imprensa; ▪ Sensibilizar para a leitura e interpretação de textos e mapas; ▪ Combater o racismo e a discriminação social; ▪ Analisar situações de racismo e discriminação na Europa; 	Comunidade escolar	Grupo de Geografia	Semana de 7 a 15 de Maio	<p>Sala dos alunos</p> <p>Material de desgaste</p> <p>Documentação das embaixadas</p>
<p>Avaliação: O balanço da atividade “Semana da Europa” é francamente positivo, tendo-se caracterizado pela participação entusiasta de alunos de diversos níveis de ensino, desde o 5º ao 9º ano de escolaridade. Alunos, professores e funcionários visitaram a exposição temática. Esta atividade centrou-se na divulgação do conhecimento geográfico da Europa, tendo-se insistido na consciencialização da comunidade escolar para a cidadania europeia.</p>					

Anexo 21 – Documentos inerentes à preparação e execução da atividade de celebração do Dia Mundial do Ambiente

Atividade Celebração do Dia Mundial do Ambiente com a atividade Pegada Ecológica



DISCIPLINA DE GEOGRAFIA

2011/2012

Descrição da Atividade	Aprendizagens a realizar	Destinatários	Responsáveis	Calendarização	Recursos
<p>Compreender que todas as pessoas podem assumir compromissos individuais e/ou coletivos, no cuidado a ter com o meio ambiente.</p> <p>Descobrir as capacidades que temos para melhorar a natureza através das nossas ações e compromissos individuais ou coletivos.</p> <p>Realçar a interdependência de uns com os outros na melhoria do meio ambiente.</p> <p>Realçar a interdependência de uns com os outros na melhoria do meio ambiente.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover atitudes de cidadania; ▪ Desenvolver o interesse dos alunos pela preservação ambiental; 	<p>Alunos do 7.º ano de escolaridade</p>	<p>Grupo de Geografia</p>	<p>05 de junho</p>	<p>Ficha “Pegada Ecológica”</p>
<p>Avaliação: O balanço da atividade é francamente positivo, tendo-se caracterizado pela participação entusiasta dos alunos. Os alunos demonstraram interesse no preenchimento do inquérito, bem como os seus agregados familiares. Após a atividade, auscultou-se os alunos sobre a sua pertinência, tendo-se concluído que, em unanimidade os alunos consideraram que se deve continuar a investir neste tipo de situações de aprendizagem dado que são motivadoras e facilitadoras para o desenvolvimento da educação geográfica.</p>					

Anexo 22– Documentos inerentes à preparação e execução da atividade de celebração do Dia Mundial do Ambiente (continuação)

Externato Ribadouro



Questionário por Inquérito – Pegada Ecológica



Este inquérito foi elaborado pelos docentes de Geografia do Externato Ribadouro e visa avaliar a pegada ecológica do agregado familiar em que se integram.

Este estudo será realizado com alunos do 7.º ano de escolaridade do 3º Ciclo do Ensino Básico que estudam na escola.



Lê com atenção as seguintes perguntas e assinala com um X, a resposta que achares mais adequada.

PARTE I

1) És do género:

a) Feminino	
b) Masculino	

2) A tua faixa etária está situada entre os:

a) 11-14anos de idade	
b) 15-19anos de idade	
c) Mais de 19 anos de idade	

3) No presente ano letivo frequentas:

a) 3º Ciclo do Ensino Básico	
b) Ensino Secundário	

4) Identifica o tipo zona onde se localiza da tua residência:

a) Urbana	
b) Periferia urbana	
c) Rural	

PARTE II – ALOJAMENTO

5) Quantas pessoas moram em tua casa?

a) 1	
b) 2	
c) 3	
d) 4	
e) 5 ou mais	

6) Qual o sistema de aquecimento da tua casa?

a) Gás natural	
b) Eletricidade	
c) Gasóleo	
d) Fontes renováveis (solar, eólica)	

7) Quantas torneiras há em tua casa?

a) Menos de 3	
b) 3 a 5	
c) 6 a 8	
d) 8 a 10	
e) Mais de 10	

8) Em que tipo de casa vives?

a) Apartamento	
b) Moradia	

PARTE III - ALIMENTAÇÃO

9) Quantas refeições de carne ou de peixe comes por semana?

a) Nenhuma	
b) 1 a 3	
c) 4 a 6	
d) 7 a 10	
e) Mais de 10	

10) Quantas refeições feitas em casa é que comes por semana?

a) Menos de 10	
b) 10 a 14	
c) 15 a 18	
d) Mais de 10	

11) Procuras comprar alimentos produzidos localmente?

a) Sim	
b) Não	
c) Às vezes	
d) Raramente	

PARTE IV - TRANSPORTES**12) Que tipo de automóvel tens?** (se não tiveres não respondas)

a) Motociclo	
b) Baixa cilindrada (até 1200 c. c.)	
c) Média e alta cilindrada (a partir de 1200 c. c.)	
d) Carrinha	
e) Todo-o-terreno	

13) Como vais para a escola?

a) Carro	
b) À boleia	
c) Transportes públicos	
d) Bicicleta ou a pé	

14) Quantos quilómetros tens de percorrer de carro para chegar à escola? (se não tiveres carro não respondas)

a) Menos de 10	
b) Entre 10 e 30	
c) Entre 30 e 50	
d) Entre 50 e 100	
e) Mais de 100	

15) Aonde foste nas tuas últimas férias?

a) A lado nenhum	
b) Fiquei em Portugal (continente)	
c) Fui a Espanha (continente)	
d) Fiquei pela Europa, países Africanos próximos, ou fui aos Açores ou Madeira	
e) Saí da Europa, fui para longe	

16) Em quantos fins-de-semana é que viajas de carro (mínimo 20 Km de distância)

a) 0	
b) 1 a 3	
c) 4 a 6	
d) 7 a 9	
e) Mais de 9	

PARTE V - CONSUMO

17) Quantas compras significativas fizeste ou os teus pais em 2011?

(Por exemplo: TV, Vídeo, Computador, Móveis, etc.)

a) 0	
b) 1 a 3	
c) 4 a 6	
d) Mais de 6	

18) Costumas comprar produtos de baixo consumo de energia?

a) Sim	
b) Não	

PARTE VI – RESÍDUOS

19) Procuras reduzir a produção de resíduos? Por exemplo: evitas produtos com muita embalagem, reutilizas papel, evitas os sacos de plástico, etc.)

a) Sempre	
b) Às vezes	
c) Raramente	
d) Nunca	

20) Praticas compostagem dos resíduos orgânicos?

a) Sempre	
b) Às vezes	
c) Nunca	

21) Costumas tirar o lixo e colocá-lo no ecoponto para ser reciclado?

a) Sempre	
b) Às vezes	
c) Raramente	
d) Nunca	

22) Quantos sacos de lixo é que produzes por semana?

a) 1	
b) 2	
c) 3 ou mais	

Terminaste de responder ao inquérito

Muito obrigado(a) pela tua colaboração

Anexo 23 – Documentos inerentes à preparação e execução da atividade à preparação e execução da atividade com o Viajante

Atividade Palestra com João Paulo Peixoto



DISCIPLINA DE GEOGRAFIA

2011/2012

Descrição da Actividade	Aprendizagens a realizar	Destinatários	Responsáveis	Calendarização	Recursos
<p>Palestra com João Paulo Peixoto. João Paulo Peixoto é o primeiro português a visitar os 193 países do mundo reconhecidos pela ONU e 205 países independentes do mundo. Segundo o site <i>Most Traveled People</i>, João Paulo Peixoto é a décima pessoa no Mundo a conseguir visitar todos os países do mundo. A visita do maior viajante português ao Externato Ribadouro enquadra-se no tema “Diversidade Cultural”, lecionado no 8º ano de escolaridade. Os alunos realizaram uma exposição temática, em que elaboraram cartazes mostrando as suas viagens (descrição de paisagens, localização geográfica e outros aspetos interessantes que quiseram partilhar com a escola).</p>	<p>Promover atitudes de cidadania e espírito democrático; Desenvolver o interesse dos alunos pela diversidade cultural; Conhecer as diferentes tradições dos países do mundo; Pesquisar, recolher e interpretar dados da imprensa; Sensibilizar para a leitura e interpretação de mapas; Combater o racismo e a discriminação social; Analisar situações de racismo e discriminação no mundo;</p>	<p>3.º Ciclo</p>	<p>Grupo de Geografia</p>	<p>17 de Maio</p>	<p>Auditório Computador e projetor</p>
<p>Avaliação: O balanço da atividade é francamente positivo, tendo-se caracterizado pela participação entusiasta dos alunos que estiveram presentes na palestra. Os alunos colocaram várias questões ao orador sobre as suas experiências nos vários países do mundo. Após a atividade, auscultou-se os alunos sobre a sua pertinência, tendo-se concluído que, em unanimidade os alunos consideraram que se deve continuar a investir neste tipo de situações de aprendizagem dado que são motivadoras e facilitadoras para o desenvolvimento da educação geográfica.</p>					

Ano letivo 2011 – 2012

7 março 2012

Versão 1

Leia atentamente todo o enunciado e as cotações da prova, antes de começar a responder.

No início da folha de respostas indique claramente a versão da sua prova.

Nos grupos I, II, III e IV em cada um dos itens, selecione a alternativa mais correta.

Na sua folha de respostas, indique claramente o grupo, o número do item e a letra da alternativa pela qual optou.

As respostas do grupo V devem ser elaboradas revelando:

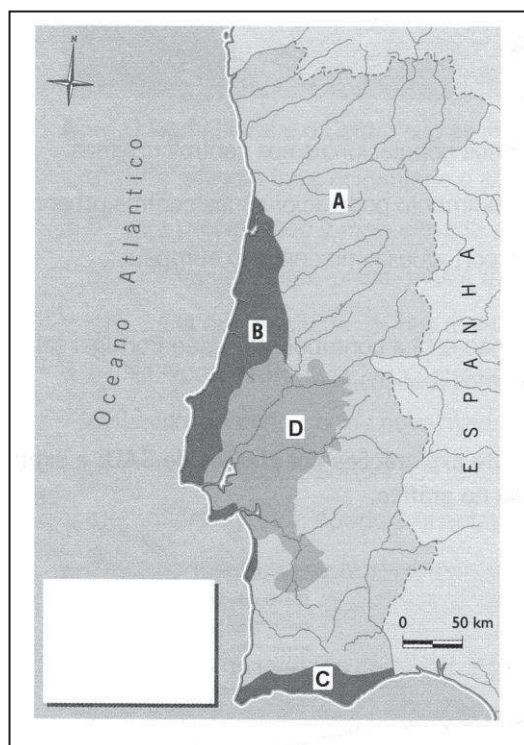
- Objetividade e capacidade de síntese;
- Correção científica e vocabulário científico adequado;
- Correta fundamentação dos argumentos utilizados;
- Domínio da expressão escrita.



Grupo I

1. No mapa do documento 1, relativo às unidades geomorfológicas de Portugal continental, as letras A, B, C e D representam respetivamente:

- A. O Maciço Hespérico, a Orla Mezocenozóica oriental ou lusitana, a Orla Mezocenozóica meridional ou algarvia e as Bacias Terciárias sedimentares do Tejo e do Sado.
- B. O Maciço Antigo, a Orla Mezocenozóica setentrional ou algarvia, a Orla Mezocenozóica oriental ou lusitana e as Bacias Terciárias sedimentares do Tejo e do Sado.
- C. O Maciço Antigo, a Orla Mezocenozóica ocidental ou lusitana, a orla Mezocenozóica Meridional ou algarvia e as Bacias Terciárias sedimentares do Tejo e do Sado.
- D. O Maciço Hespérico, as Bacias Terciárias sedimentares do Tejo e do Sado, a Orla Mezocenozóica ocidental ou lusitana e a Orla Mezocenozóica meridional ou algarvia.



Documento 1 – Unidades Geomorfológicas de Portugal Continental

2. Alguns dos minerais não metálicos explorados em Portugal continental são:
- A. O caulino, o gesso e o volfrâmio.
 - B. O quartzo, o caulino e o sal-gema.
 - C. O gesso, o rádio e o níquel.
 - D. O sal-gema, o chumbo e a brecha calcária.
3. As jazidas são:
- A. Áreas geralmente subterrâneas, onde se encontram concentrados determinados minerais cuja exploração se mostra rentável.
 - B. Áreas geralmente superficiais, onde se acumulam materiais (estéril) derivados da exploração mineira.
 - C. Áreas geralmente subterrâneas, onde se encontram determinados minerais metálicos de grande valor económico.
 - D. Reservatórios subterrâneos de substâncias úteis para o ser humano e que se formaram no fundo dos oceanos.
4. Em Portugal, um dos minérios metálicos mais importantes é o tungsténio/volfrâmio. Este mineral é utilizado:
- A. Na indústria elétrica, pois é um bom condutor elétrico e resistente à corrosão.
 - B. Na indústria de armamento.
 - C. No fabrico de ligas metálicas (bronze) e em soldadura.
 - D. Na indústria siderúrgica (produção de aço e ferro).

5. O aumento do consumo de águas engarrafadas patente no gráfico (documento 2) deve-se:

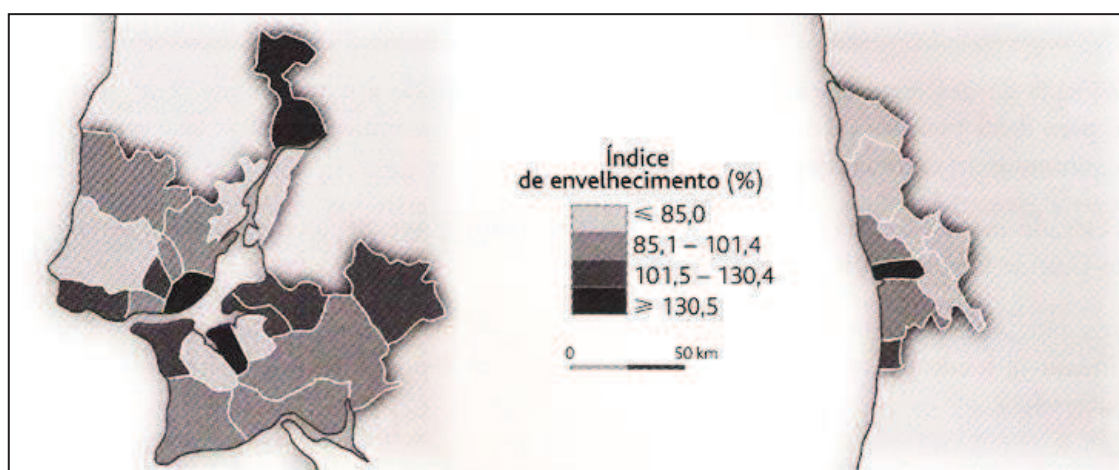


Documento 2

- A. Ao gradual decréscimo do consumo de bebidas alcoólicas e ao aumento do consumo de refrigerantes essencialmente constituídos por água.
- B. Ao aumento da confiança do público em relação à água corrente canalizada.
- C. À melhoria da qualidade de vida.
- D. À preservação de alguns hábitos alimentares mais tradicionais.

Grupo II

Analise com atenção o documento 3.



Documento 3 - Índice de envelhecimento nos concelhos das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, em 2006

1. De acordo com o documento 3, os concelhos do Porto e de Lisboa têm revelado valores mais elevados no índice de envelhecimento. Esta afirmação é:
 - A. Falsa, pois os concelhos do Porto e de Lisboa continuam a apresentar uma elevado número de jovens pela elevada oferta de emprego existente.
 - B. Verdadeira, pela redução da taxa de natalidade nestes concelhos, em parte justificada pelo elevado preço das habitações, o que leva a que muitos jovens optem por residir num dos concelhos das proximidades.
 - C. Falsa, devido à elevada oferta residencial nestas cidades, o que atrai população jovem através do arrendamento de imóveis renovados.
 - D. Verdadeira, pois nestes concelhos observa-se um grande índice de dependência de jovens em relação à população idosa.

2. O mapa da Grande Área Metropolitana do Porto encontra-se incompleto pois não estão assinalados todos os concelhos que a compõem na atualidade. Para estar completo, deveriam estar representados os seguintes concelhos:
 - A. Arouca; Santa Maria da Feira; Santo Tirso; São João da Madeira, Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra e Trofa.
 - B. Santa Maria da Feira; Santo Tirso; Arouca; Espinho, Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra e Trofa.
 - C. Santa Maria da Feira; Santo Tirso; Espinho; Arouca; Oliveira de Azeméis, Vila do Conde e Trofa.
 - D. Arouca; Santa Maria da Feira; Santo Tirso; Espinho, Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra e S. João da Madeira.

3. Na Área Metropolitana de Lisboa tem-se vindo a registar:
 - A. Um aumento de cerca de 130% da população residente no concelho de Lisboa.
 - B. A intensificação do processo de terciarização nas freguesias centrais da cidade de Lisboa.
 - C. A concentração da atividade industrial nas freguesias centrais da cidade de Lisboa.
 - D. Um aumento da função residencial em todas as freguesias do concelho de Lisboa.

4. Uma Grande Área Metropolitana deve ter, no mínimo:
 - A. Oito concelhos e uma população superior a 150 000 habitantes.
 - B. Nove concelhos e uma população superior a 350 000 habitantes.
 - C. Doze concelhos e uma população superior a 500 000 habitantes.
 - D. Dez concelhos e uma população entre os 150 000 e os 350 000 habitantes.

5. Maia e Matosinhos são consideradas:

- A. Cidades-dormitório.
- B. Cidades-satélite.
- C. Áreas periurbanas.
- D. Nenhuma das razões.

Grupo III

Leia atentamente o documento seguinte (documento 4).

Documento 4 - A cidade dos subúrbios

Durante o dia – à noite piora – de um fim-de-semana, Lisboa é irreconhecível. Estradas livres, metro vazio, lugares de estacionamento e ... poucas pessoas. Não admira. A atual população residente é idêntica à existente na década de vinte. Os indicadores demográficos da capital são típicos de um concelho rural deprimido: 22% da sua população é reformada (mais de 65 anos).

Mas ao contrário do que ocorre no interior, a fuga de alfacinhas não tem como motivo a falta de emprego, mas sim a dificuldade em encontrar habitações a preços compatíveis. Lisboa é, cada vez mais, uma cidade onde a especulação imobiliária atinge o seu auge – com preços proibitivos para a classe média.



Adaptado de Grande reportagem, Setembro 2000

1. A suburbanização é um processo caracterizado:

- A. Pela deslocação de população para uma periferia mais afastada da cidade, com manutenção dos traços rurais e preservação ambiental.
- B. Pela deslocação da população do centro para a periferia próxima da cidade, para o qual continua a dirigir-se diariamente para trabalhar.
- C. Pelo regresso da população às áreas centrais da cidade, na sequência de processos de requalificação, num movimento centrípeto.
- D. Pelo regresso da população às áreas da periferia mais afastada da cidade, na sequência do congestionamento do centro.

2. A expansão suburbana e as conseqüentes dificuldades de acesso à habitação deram origem:

- A. À degradação dos centros das cidades, com a qualificação dos espaços públicos e ao envelhecimento da população residente.
- B. Ao aumento das situações de pobreza e marginalização, associados ao desemprego e aumento das doenças do sistema nervoso.

- C. A vastas áreas de gênese ilegal, deficitárias em espaços públicos qualificados e desfavorecidos em equipamentos e serviços coletivos.
 - D. Ao aumento da poluição atmosférica, resultante da intensificação dos movimentos pendulares entre a periferia e o centro da cidade.
3. Os processos de periurbanização e rurbanização têm como principais consequências:
- A. O aumento da produção de resíduos urbanos, a intensificação dos movimentos pendulares e a ocupação dos solos agrícolas e florestais.
 - B. A intensificação da atividade agrícola e o aumento do consumo de combustível decorrente dos movimentos pendulares.
 - C. O aumento das despesas com a instalação de infraestruturas, a ocupação de solos agrícolas e a decadência da atividade agrícola.
 - D. Uma grande pressão sobre os transportes públicos e um aumento das despesas, da fadiga e do stress associados às deslocações.
4. As áreas urbanas enfrentam alguns problemas que contribuem para a diminuição da qualidade de vida.
Esta afirmação é verdadeira porque:
- A. Os níveis de poluição são reduzidos e existem diversos espaços verdes.
 - B. Se verifica a incapacidade de resposta das infraestruturas a partir de um dado ponto.
 - C. Porque a gestão do tráfego urbano tem sido eficaz para melhorar a qualidade de vida.
 - D. Porque os problemas urbanos ocorrem em todos os centros urbanos de grande dimensão.
5. São vários os problemas nos centros das cidades, entre eles:
- A. Congestionamentos de trânsito, envelhecimento da população e falta de espaços verdes.
 - B. Diminuição da taxa de desemprego, aumento da pobreza e diminuição dos espaços verdes.
 - C. Congestionamentos de trânsito, rejuvenescimento da população e aumento da pobreza.
 - D. Aumento dos problemas ambientais, falta de estacionamento e diminuição da criminalidade.

Grupo IV

Leia atentamente o documento seguinte (documento 5).

Documento 5

Quarteira: realojamento de famílias em novos fogos de habitação social e demolição de barracas

Até ao próximo dia 14 de Maio, a Câmara Municipal de Loulé, através da Divisão de Ação Social, Saúde e Família, vai proceder ao realojamento de 20 famílias residentes no “Bairro dos Pescadores”, em Quarteira, nos novos fogos de habitação social da Abelheira. Nesse sentido, já na próxima sexta-feira, dia 7, o executivo municipal, acompanhado de técnicos da Autarquia, vai estar, pelas 9h30, no “Bairro dos Pescadores” para proceder à demolição de quatro barracas da comunidade cigana e duas barracas do “Bairro dos Pescadores”, no antigo bairro da lata junto ao Porto de Pesca de Quarteira. Segue-se, às 11h00, a cerimónia de entrega de chaves das novas habitações às famílias realojadas na Abelheira.

Esta obra significou um investimento na ordem de 1 milhão de euros e integra-se no esforço que a Câmara Municipal de Loulé está a fazer em todo o Concelho, com o objetivo de dar nova habitação aos mais carenciados, erradicando, de uma vez por todas, as barracas nesta cidade. Para além de criar melhores condições de habitabilidade aos moradores que passarão usufruir das novas habitações, esta é também uma forma de melhorar a imagem da cidade. Até porque o antigo bairro da lata era um dos pontos negros de Quarteira e, agora, após a limpeza desta área, a Autarquia vai levar a cabo intervenções naquela zona.

Fonte - <http://www.cm-loule.pt/noticias/918>

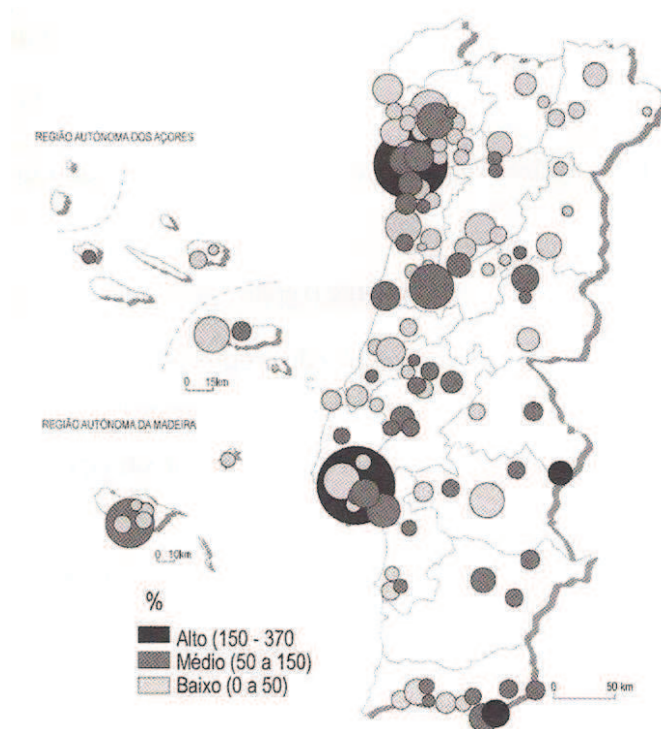
1. De acordo com o documento 5, o processo encontrado para a recuperação da zona do “Bairro dos Pescadores” na Quarteira foi a:
 - A. Restauração.
 - B. Renovação.
 - C. Reabilitação.
 - D. Recuperação.

2. A recuperação da zona do “Bairro dos Pescadores” na Quarteira insere-se no programa:
 - A. PER.
 - B. Polis.
 - C. PRAUD.
 - D. PU.

- 3.** O PRAUD, o PER e o Polis são programas da competência:
- A.** Do Estado e dos Municípios.
 - B.** Das Freguesias e dos Municípios.
 - C.** Do Estado e da União Europeia.
 - D.** Nenhuma das opções anteriores.
- 4.** Requalificar uma área na cidade significa:
- A.** Demolir os edifícios e construir novos, tendo como principal finalidade a renovação da qualidade urbanística da área.
 - B.** Valorizar o património construído, tendo em vista alterações significativas na qualidade ambiental da área.
 - C.** Adequar antigas estruturas urbanas às necessidades atuais, adaptando sem alterações significativas a estrutura física dos imóveis a novos usos.
 - D.** Restaurar e conservar edifícios, tendo como principal finalidade a preservação das funções desempenhadas por essa área.
- 5.** Os Planos Diretores Municipais:
- A.** Fixam as linhas gerais de ocupação do território municipal.
 - B.** Concretizam propostas de organização espacial de qualquer área específica do concelho, definindo com detalhe a forma de ocupação.
 - C.** Determinam as áreas destinadas à construção bem como o tipo de construção.
 - D.** Criam condições para a fixação da população jovem, dando incentivos ao arrendamento.

Grupo V

1. Observe atentamente o documento 6, que se refere a um dos problemas urbanos mais preocupantes na atualidade.



Índice de envelhecimento dos edifícios, 2001.

Fonte: www.igeo.pt

Documento 6

- 1.1. Identifique, de acordo com o documento 6, as áreas com maior índice de envelhecimento dos edifícios.
- 1.2. Justifique, recorrendo a três argumentos, o elevado grau de degradação de alguns centros históricos de cidades portuguesas.
- 1.3. A reabilitação urbana é uma das soluções que tem sido posta em prática para atenuar o processo de degradação dos centros históricos. Comente a afirmação:
 - Clarificando a noção de reabilitação urbana;
 - Expondo, dois programas e/ou iniciativas que contribuam para a reabilitação do património urbano.

2. Observe os documentos 7 e 8, referentes ao programa Polis.

Documento 7

Polis em Aveiro

O território abrangido pela Ria de Aveiro é um espaço singular que dispõe de condições excepcionais para suporte de um desenvolvimento económico e turístico sustentável e para se posicionar como um polo de atração intimamente ligado ao contacto e fruição da natureza. Para além disso constitui-se como um elemento estruturante da paisagem do sistema ecológico e da atividade económica da Região Centro. As suas características físicas únicas, de grande sensibilidade, requerem que o seu desenvolvimento se submeta a uma estratégia que articule eficazmente as múltiplas vertentes deste território. Foi com base nestes pressupostos que o Governo optou pela intervenção Polis Litoral na Ria de Aveiro.

Pretende-se uma Ria ambientalmente preservada através da proteção e requalificação da zona costeira e lagunar visando a prevenção de riscos e também da proteção e valorização do património natural e paisagístico; uma Ria economicamente dinâmica com a valorização dos recursos como fator de competitividade económica e social e, por fim, uma Ria de múltiplas vivências, com a promoção e dinamização da vivência da Ria que permita organizar e assegurar a existência de respostas eficazes e qualificadas para as diferentes necessidades dos que trabalham, vivem e visitam a Ria de Aveiro.

Adaptado de <http://www.polisriadeaveiro.pt/>

Documento 8



2.1. Apresente três objetivos do programa Polis, comprovando com exemplos do documento 7.

2.2. Explique a razão pela qual Porto, Évora e Angra do Heroísmo são abrangidos pelo componente II do Programa Polis.

3. Caracterize, numa perspetiva comparativa as áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa, relativamente:

- À população absoluta;
- Ao grau de polarização;
- Ao tecido industrial.

Fim

Cotação da prova

Grupo I	
Questões	Cotação
1	5
2	5
3	5
4	5
5	5

Grupo II	
Questões	Cotação
1	5
2	5
3	5
4	5
5	5

Grupo III	
Questões	Cotação
1	5
2	5
3	5
4	5
5	5

Grupo IV	
Questões	Cotação
1	5
2	5
3	5
4	5
5	5

Grupo V	
Questões	Cotação
1.1	12
1.2	18
1.3	20
2.1	18
2.2	14
3	18
Total	200 Pontos

**Anexo 25 – Teste intermédio da área curricular disciplinar de Geografia A
(continuação)**

Teste intermédio

Geografia A 11º ano



Ano letivo 2011 – 2012

7 março 2012

Versão 2

Leia atentamente todo o enunciado e as cotações da prova, antes de começar a responder.

No início da folha de respostas indique claramente a versão da sua prova.

Nos grupos I, II, III e IV em cada um dos itens, selecione a alternativa mais correta.

Na sua folha de respostas, indique claramente o grupo, o número do item e a letra da alternativa pela qual optou.

As respostas do grupo V devem ser elaboradas revelando:

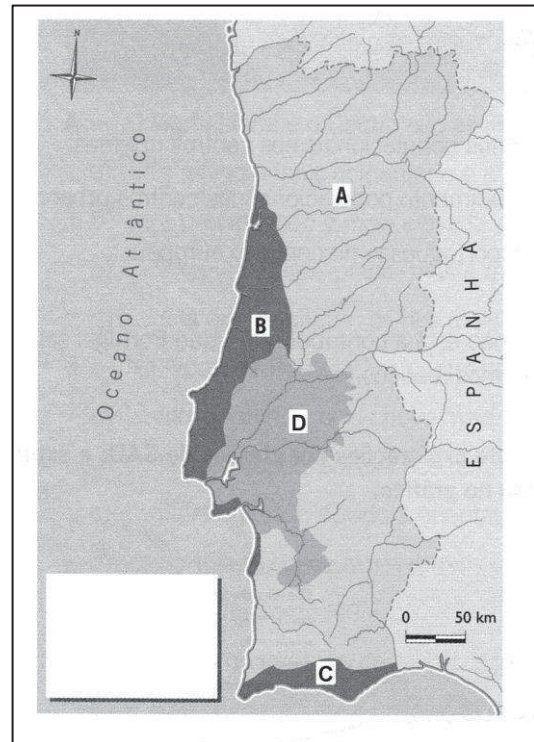
- Objetividade e capacidade de síntese;
- Correção científica e vocabulário científico adequado;
- Correta fundamentação dos argumentos utilizados;
- Domínio da expressão escrita.



Grupo I

6. No mapa do documento 1, relativo às unidades geomorfológicas de Portugal continental, as letras A, B, C e D representam respetivamente:

- E. O Maciço Hespérico, a Orla Mezocenozóica oriental ou lusitana, a Orla Mezocenozóica meridional ou algarvia e as Bacias Terciárias sedimentares do Tejo e do Sado.
- F. O Maciço Antigo, a Orla Mezocenozóica ocidental ou lusitana, a orla Mezocenozóica Meridional ou algarvia e as Bacias Terciárias sedimentares do Tejo e do Sado.
- G. O Maciço Antigo, a Orla Mezocenozóica setentrional ou algarvia, a Orla Mezocenozóica oriental ou lusitana e as Bacias Terciárias sedimentares do Tejo e do Sado.
- H. O Maciço Hespérico, as Bacias Terciárias sedimentares do Tejo e do Sado, a Orla Mezocenozóica ocidental ou lusitana e a Orla Mezocenozóica meridional ou algarvia.



Documento 3 – Unidades Geomorfológicas de Portugal Continental

7. Alguns dos minerais não metálicos explorados em Portugal continental são:
- E. O caulino, o gesso e o volfrâmio.
 - F. O gesso, o rádio e o níquel.
 - G. O quartzo, o caulino e o sal-gema.
 - H. O sal-gema, o chumbo e a brecha calcária.
8. As jazidas são:
- E. Reservatórios subterrâneos de substâncias úteis para o ser humano e que se formaram no fundo dos oceanos.
 - F. Áreas geralmente superficiais, onde se acumulam materiais (estéril) derivados da exploração mineira.
 - G. Áreas geralmente subterrâneas, onde se encontram determinados minerais metálicos de grande valor económico.
 - H. Áreas geralmente subterrâneas, onde se encontram concentrados determinados minerais cuja exploração se mostra rentável.
9. Em Portugal, um dos minérios metálicos mais importantes é o tungsténio/volfrâmio. Este mineral é utilizado:
- E. Na indústria elétrica, pois é um bom condutor elétrico e resistente à corrosão.
 - F. No fabrico de ligas metálicas (bronze) e em soldadura.
 - G. Na indústria de armamento.
 - H. Na indústria siderúrgica (produção de aço e ferro).

10. O aumento do consumo de águas engarrafadas patente no gráfico (documento 2) deve-se:

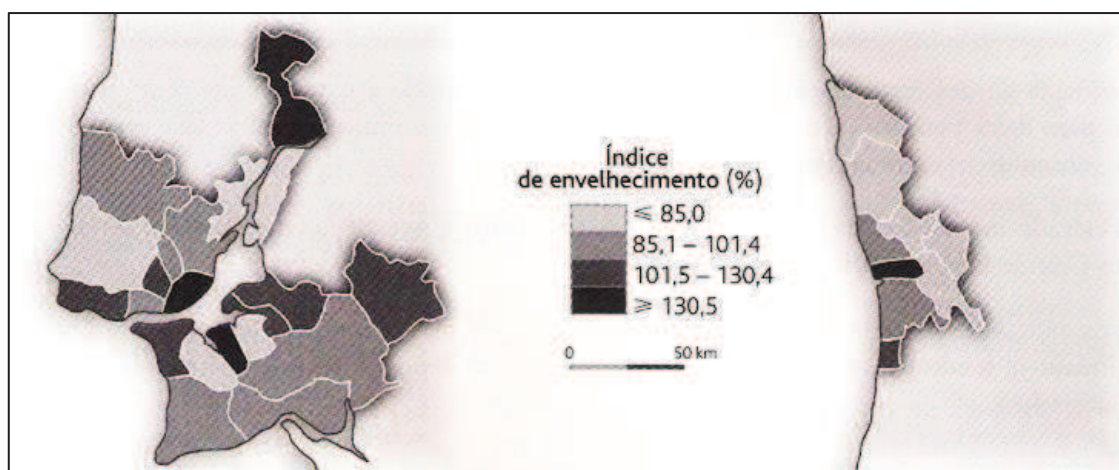


Documento 4

- E. Ao gradual decréscimo do consumo de bebidas alcoólicas e ao aumento do consumo de refrigerantes essencialmente constituídos por água.
- F. Ao aumento da confiança do público em relação à água corrente canalizada.
- G. À preservação de alguns hábitos alimentares mais tradicionais.
- H. À melhoria da qualidade de vida.

Grupo II

Analise com atenção o documento 3.



Documento 3 - Índice de envelhecimento nos concelhos das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, em 2006

6. De acordo com o documento 2, os concelhos do Porto e de Lisboa têm revelado valores mais elevados no índice de envelhecimento. Esta afirmação é:
- E. Falsa, pois os concelhos do Porto e de Lisboa continuam a apresentar um elevado número de jovens pela elevada oferta de emprego existente.
 - F. Verdadeira, pois nestes concelhos observa-se um grande índice de dependência de jovens em relação à população idosa.
 - G. Falsa, devido à elevada oferta residencial nestas cidades, o que atrai população jovem através do arrendamento de imóveis renovados.
 - H. Verdadeira, pela redução da taxa de natalidade nestes concelhos, em parte justificada pelo elevado preço das habitações, o que leva a que muitos jovens optem por residir num dos concelhos das proximidades.
7. O mapa da Grande Área Metropolitana do Porto encontra-se incompleto pois não estão assinalados todos os concelhos que a compõem na atualidade. Para estar completo, deveriam estar representados os seguintes concelhos:
- E. Arouca; Santa Maria da Feira; Santo Tirso; Espinho, Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra e S. João da Madeira.
 - F. Santa Maria da Feira; Santo Tirso; Arouca; Espinho, Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra e Trofa.
 - G. Santa Maria da Feira; Santo Tirso; Espinho; Arouca; Oliveira de Azeméis, Vila do Conde e Trofa.
 - H. Arouca; Santa Maria da Feira; Santo Tirso; São João da Madeira, Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra e Trofa.
8. Na Área Metropolitana de Lisboa tem-se vindo a registar:
- E. A intensificação do processo de terciarização nas freguesias centrais da cidade de Lisboa.
 - F. Um aumento de cerca de 130% da população residente no concelho de Lisboa.
 - G. A concentração da atividade industrial nas freguesias centrais da cidade de Lisboa.
 - H. Um aumento da função residencial em todas as freguesias do concelho de Lisboa.
9. Uma Grande Área Metropolitana deve ter, no mínimo:
- E. Oito concelhos e uma população superior a 150 000 habitantes.
 - F. Doze concelhos e uma população superior a 500 000 habitantes.
 - G. Nove concelhos e uma população superior a 350 000 habitantes.
 - H. Dez concelhos e uma população entre os 150 000 e os 350 000 habitantes.

10. Maia e Matosinhos são consideradas:

- E. Cidades-dormitório.
- F. Áreas periurbanas.
- G. Cidades-satélite.
- H. Nenhuma das razões.

Grupo III

Leia atentamente o documento seguinte (documento 3).

Documento 3 - A cidade dos subúrbios

Durante o dia – à noite piora – de um fim-de-semana, Lisboa é irreconhecível. Estradas livres, metro vazio, lugares de estacionamento e ... poucas pessoas. Não admira. A atual população residente é idêntica à existente na década de vinte. Os indicadores demográficos da capital são típicos de um concelho rural deprimido: 22% da sua população é reformada (mais de 65 anos).

Mas ao contrário do que ocorre no interior, a fuga de alfacinhas não tem como motivo a falta de emprego, mas sim a dificuldade em encontrar habitações a preços compatíveis. Lisboa é, cada vez mais, uma cidade onde a especulação imobiliária atinge o seu auge – com preços proibitivos para a classe média.



Adaptado de Grande reportagem, Setembro 2000

6. A suburbanização é um processo caracterizado:

- E. Pela deslocação da população do centro para a periferia próxima da cidade, para a qual continua a dirigir-se diariamente para trabalhar.
- F. Pela deslocação de população para uma periferia mais afastada da cidade, com manutenção dos traços rurais e preservação ambiental.
- G. Pelo regresso da população às áreas centrais da cidade, na sequência de processos de requalificação, num movimento centrípeto.
- H. Pelo regresso da população às áreas da periferia mais afastada da cidade, na sequência do congestionamento do centro.

7. A expansão suburbana e as conseqüentes dificuldades de acesso à habitação deram origem:

- E. À degradação dos centros das cidades, com a qualificação dos espaços públicos e ao envelhecimento da população residente.
- F. A vastas áreas de génese ilegal, deficitárias em espaços públicos qualificados e desfavorecidos em equipamentos e serviços coletivos.

- G. Ao aumento das situações de pobreza e marginalização, associados ao desemprego e aumento das doenças do sistema nervoso.
- H. Ao aumento da poluição atmosférica, resultante da intensificação dos movimentos pendulares entre a periferia e o centro da cidade.

8. Os processos de periurbanização e rurbanização têm como principais consequências:

- E. O aumento das despesas com a instalação de infraestruturas, a ocupação de solos agrícolas e a decadência da atividade agrícola.
- F. A intensificação da atividade agrícola e o aumento do consumo de combustível decorrente dos movimentos pendulares.
- G. O aumento da produção de resíduos urbanos, a intensificação dos movimentos pendulares e a ocupação dos solos agrícolas e florestais.
- H. Uma grande pressão sobre os transportes públicos e um aumento das despesas, da fadiga e do stress associados às deslocações.

9. As áreas urbanas enfrentam alguns problemas que contribuem para a diminuição da qualidade de vida.

Esta afirmação é verdadeira porque:

- E. Os níveis de poluição são reduzidos e existem diversos espaços verdes.
- F. Porque os problemas urbanos ocorrem em todos os centros urbanos de grande dimensão.
- G. Porque a gestão do tráfego urbano tem sido eficaz para melhorar a qualidade de vida.
- H. Se verifica a incapacidade de resposta das infraestruturas a partir de um dado ponto.

10. São vários os problemas nos centros das cidades, entre eles:

- E. Diminuição da taxa de desemprego, aumento da pobreza e diminuição dos espaços verdes.
- F. Congestionamentos de trânsito, envelhecimento da população e falta de espaços verdes.
- G. Congestionamentos de trânsito, rejuvenescimento da população e aumento da pobreza.
- H. Aumento dos problemas ambientais, falta de estacionamento e diminuição da criminalidade.

Grupo IV

Leia atentamente o documento seguinte (documento 4).

Documento 4

Quarteira: realojamento de famílias em novos fogos de habitação social e demolição de barracas

Até ao próximo dia 14 de Maio, a Câmara Municipal de Loulé, através da Divisão de Ação Social, Saúde e Família, vai proceder ao realojamento de 20 famílias residentes no “Bairro dos Pescadores”, em Quarteira, nos novos fogos de habitação social da Abelheira. Nesse sentido, já na próxima sexta-feira, dia 7, o executivo municipal, acompanhado de técnicos da Autarquia, vai estar, pelas 9h30, no “Bairro dos Pescadores” para proceder à demolição de quatro barracas da comunidade cigana e duas barracas do “Bairro dos Pescadores”, no antigo bairro da lata junto ao Porto de Pesca de Quarteira. Segue-se, às 11h00, a cerimónia de entrega de chaves das novas habitações às famílias realojadas na Abelheira.

Esta obra significou um investimento na ordem de 1 milhão de euros e integra-se no esforço que a Câmara Municipal de Loulé está a fazer em todo o Concelho, com o objetivo de dar nova habitação aos mais carenciados, erradicando, de uma vez por todas, as barracas nesta cidade. Para além de criar melhores condições de habitabilidade aos moradores que passarão usufruir das novas habitações, esta é também uma forma de melhorar a imagem da cidade. Até porque o antigo bairro da lata era um dos pontos negros de Quarteira e, agora, após a limpeza desta área, a Autarquia vai levar a cabo intervenções naquela zona.

Fonte - <http://www.cm-loule.pt/noticias/918>

6. De acordo com o documento 4, o processo encontrado para a recuperação da zona do “Bairro dos Pescadores” na Quarteira foi a:
- E. Restauração.
 - F. Reabilitação.
 - G. Renovação.
 - H. Recuperação.
7. A recuperação da zona do “Bairro dos Pescadores” na Quarteira insere-se no programa:
- E. PU.
 - F. Polis.
 - G. PRAUD.
 - H. PER.

8. O PRAUD, o PER e o Polis são programas da competência:

- E.** Das Freguesias e dos Municípios.
- F.** Do Estado e dos Municípios.
- G.** Do Estado e da União Europeia.
- H.** Nenhuma das opções anteriores.

9. Requalificar uma área na cidade significa:

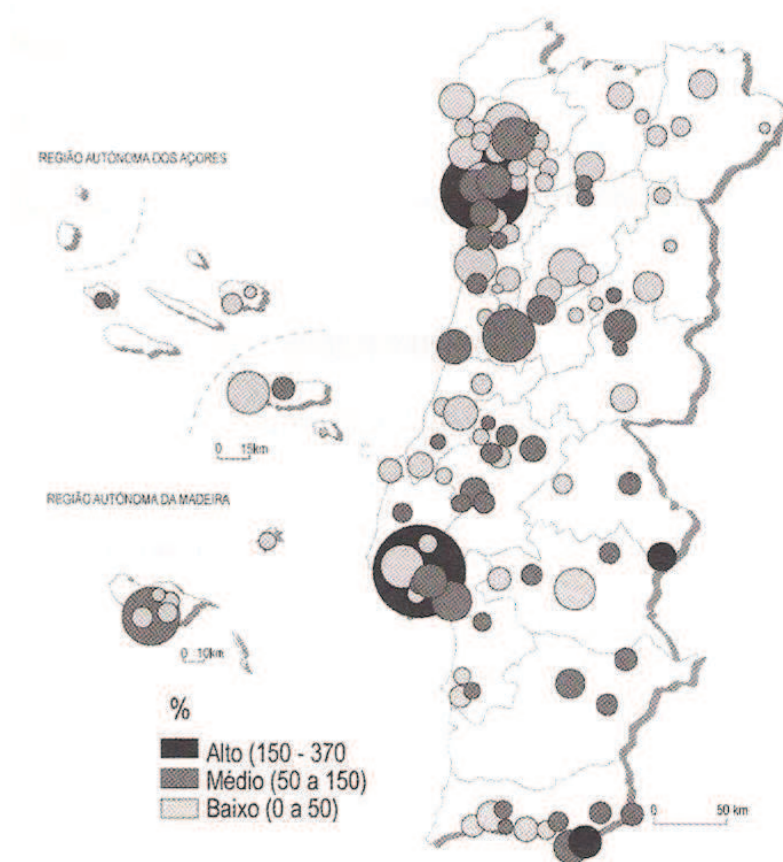
- E.** Adequar antigas estruturas urbanas às necessidades atuais, adaptando sem alterações significativas a estrutura física dos imóveis a novos usos.
- F.** Valorizar o património construído, tendo em vista alterações significativas na qualidade ambiental da área.
- G.** Demolir os edifícios e construir novos, tendo como principal finalidade a renovação da qualidade urbanística da área.
- H.** Restaurar e conservar edifícios, tendo como principal finalidade a preservação das funções desempenhadas por essa área.

10. Os Planos Diretores Municipais:

- E.** Criam condições para a fixação da população jovem, dando incentivos ao arrendamento.
- F.** Concretizam propostas de organização espacial de qualquer área específica do concelho, definindo com detalhe a forma de ocupação.
- G.** Determinam as áreas destinadas à construção bem como o tipo de construção.
- H.** Fixam as linhas gerais de ocupação do território municipal.

Grupo V

2. Observe atentamente o documento 5, que se refere a um dos problemas urbanos mais preocupantes na atualidade.



Índice de envelhecimento dos edifícios, 2001.

Fonte: www.igeo.pt

Documento 5

- 3.2. Identifique, de acordo com o documento 6, as áreas com maior índice de envelhecimento dos edifícios.
- 3.3. Justifique, recorrendo a três argumentos, o elevado grau de degradação de alguns centros históricos de cidades portuguesas.
- 3.4. A reabilitação urbana é uma das soluções que tem sido posta em prática para atenuar o processo de degradação dos centros históricos. Comente a afirmação:
- Clarificando a noção de reabilitação urbana;
 - Expondo, dois programas e/ou iniciativas que contribuam para a reabilitação do património urbano.

4. Observe os documentos 6 e 7, referentes ao programa Polis.

Documento 6

Polis em Aveiro

O território abrangido pela Ria de Aveiro é um espaço singular que dispõe de condições excepcionais para suporte de um desenvolvimento económico e turístico sustentável e para se posicionar como um polo de atração intimamente ligado ao contacto e fruição da natureza. Para além disso constitui-se como um elemento estruturante da paisagem do sistema ecológico e da atividade económica da Região Centro. As suas características físicas únicas, de grande sensibilidade, requerem que o seu desenvolvimento se submeta a uma estratégia que articule eficazmente as múltiplas vertentes deste território. Foi com base nestes pressupostos que o Governo optou pela intervenção Polis Litoral na Ria de Aveiro.

Pretende-se uma Ria ambientalmente preservada através da proteção e requalificação da zona costeira e lagunar visando a prevenção de riscos e também da proteção e valorização do património natural e paisagístico; uma Ria economicamente dinâmica com a valorização dos recursos como fator de competitividade económica e social e, por fim, uma Ria de múltiplas vivências, com a promoção e dinamização da vivência da Ria que permita organizar e assegurar a existência de respostas eficazes e qualificadas para as diferentes necessidades dos que trabalham, vivem e visitam a Ria de Aveiro.

Adaptado de <http://www.polisriadeaveiro.pt/>

Documento 7



4.1. Apresente três objetivos do programa Polis, comprovando com exemplos do documento 6.

4.2. Explique a razão pela qual Porto, Évora e Angra do Heroísmo são abrangidos pelo componente II do Programa Polis.

5. Caracterize, numa perspetiva comparativa as áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa, relativamente:

- À população absoluta;
- Ao grau de polarização;
- Ao tecido industrial.

Fim

Cotação da prova

Grupo I	
Questões	Cotação
1	5
2	5
3	5
4	5
5	5

Grupo II	
Questões	Cotação
1	5
2	5
3	5
4	5
5	5

Grupo III	
Questões	Cotação
1	5
2	5
3	5
4	5
5	5

Grupo IV	
Questões	Cotação
1	5
2	5
3	5
4	5
5	5

Grupo V	
Questões	Cotação
1.1	12
1.2	18
1.3	20
2.1	18
2.2	14
3	18
Total	200 Pontos

**Anexo 26 – Critérios de avaliação do teste intermédio da área curricular
disciplinar de Geografia A.**

VERSÃO 1

Grupo I

- 1. C
- 2. B
- 3. A
- 4. B
- 5. C

Grupo II

- 1. B
- 2. A
- 3. B
- 4. B
- 5. B

Grupo III

- 1. B
- 2. C
- 3. C
- 4. B
- 5. A

Grupo IV

- 1. B
- 2. A
- 3. A
- 4. C
- 5. A

VERSÃO 2

Grupo I

- 1. B
- 2. C
- 3. D
- 4. C
- 5. D

Grupo II

- 1. D
- 2. D
- 3. A
- 4. C
- 5. C

Grupo III

- 1. A
- 2. B
- 3. A
- 4. D
- 5. B

Grupo IV

- 1. C
- 2. D
- 3. B
- 4. A
- 5. D

Grupo V

1.1 12 pontos

A resposta deve apontar os seguintes municípios:

- Porto;

- Lisboa.

Situação de resposta	Cotação a atribuir (pontos)
Dois aspetos corretos	12 pontos
Um aspeto correto e o outro incorreto mas que não contradiz o correto. Ou Um aspeto correto.	6 pontos
Um aspeto correto e o outro incorreto mas que contradiz o correto. Ou dois aspetos incorretos.	0 pontos

.2 18 pontos

A resposta deve apresentar três dos seguintes argumentos ou outros considerados relevantes:

- Abandono dos edifícios;
- População que os habita é envelhecida e imigrantes, ou seja, de fracos recursos económicos;
- Índice de envelhecimento dos edifícios elevado.

Situação de resposta	Cotação a atribuir (pontos)
Três aspetos corretos	18 pontos
Dois aspetos corretos e outro incorreto mas que não contradizem os corretos. Ou Dois aspetos corretos	12 pontos
Um aspeto correto e os outros incorretos mas que não contradizem o correto. Ou Um aspeto correto.	6 pontos
Um aspeto correto e os outros incorretos mas que contradizem o correto. Ou três aspetos incorretos.	0 pontos

1.3 20 pontos

A resposta deve apresentar a seguinte explicação:

- Reabilitação: - Processo que visa a revitalização das áreas urbanas que apresentam sinais de depressão e degradação, declínio económico e urbano, desemprego e degradação da qualidade de vida da população, exclusão social e insegurança. A reabilitação passa por melhorar os edifícios, quer interna, quer externamente, mas também por dinamizar os serviços que neles se instalaram.

- Dois exemplos: Programa de Recuperação das Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD), RECRUA, REHABITA, RECRIPH ou outros considerados pertinentes.

Descritores do nível de desempenho no domínio da comunicação escrita em Língua portuguesa			Níveis*		
Descritores do nível de desempenho no domínio específico da disciplina			3	2	1
Níveis**	4	Explica o processo de reabilitação, recorrendo aos três pontos considerados, de forma completa.	20	18	16
	3	Explica o processo de reabilitação, recorrendo a um dos três pontos (noção de reabilitação) de forma menos completa em termos de conteúdo apresentando corretamente os programas ou apresenta a noção de forma completa e apenas um programa de forma correta.	15	13	11
	2	Explica apenas o processo de reabilitação ou apresenta apenas os programas.	10	8	6
	1	Refere apenas um programa ou o processo de reabilitação de forma incompleta.	5	3	1

* Descritores apresentados nos critérios gerais.

** No caso de, ponderados todos os dados contidos nos descritores, permanecerem dúvidas quanto ao nível a atribuir, deve optar-se pelo mais elevado dos dois em causa.

** No caso em que a resposta não atinja o nível 1 de desempenho no domínio específico da disciplina, a classificação a atribuir é zero pontos.

2.1..... 18 pontos

A resposta deve apresentar três dos seguintes objetivos, justificando com os seguintes excertos do texto ou com outros excertos considerados relevantes:

- Desenvolver grandes operações integradas de requalificação urbana com uma forte componente de valorização ambiental (“...para se posicionar como um pólo de atração intimamente ligado ao contacto e fruição da natureza.”)
- Desenvolver ações que contribuam para a requalificação e revitalização de centros urbanos e que promovam a multifuncionalidade desses centros (...” se submeta a uma estratégia que articule eficazmente as múltiplas vertentes deste território...” e “...**uma Ria de múltiplas vivências**, com a promoção e dinamização da vivência da Ria que permita organizar e assegurar a existência de respostas eficazes e qualificadas para as diferentes necessidades dos que trabalham, vivem e visitam a Ria de Aveiro.”);
- Apoiar outras ações de requalificação que permitam melhorar a qualidade do ambiente urbano e valorizar a presença de elementos ambientais estruturantes, tais como frentes de rio ou de costa (“...**Ria ambientalmente preservada** através da proteção e requalificação da zona costeira e lagunar...”);
- Apoiar iniciativas que visem aumentar os espaços verdes, promover áreas pedonais e condicionar o trânsito automóvel em centros urbanos (... “proteção e valorização do património natural e paisagístico...” e ...” organizar e assegurar a existência de respostas eficazes e qualificadas para as diferentes necessidades dos que trabalham, vivem e visitam a Ria de Aveiro.”).

Situação de resposta	Cotação a atribuir (pontos)
Três aspetos corretos	18 pontos
Dois aspetos corretos e outro incompleto	15 pontos
Dois aspetos corretos e outro incorreto. Ou Um aspeto correto e os outros incompletos	12 pontos
Três aspetos incompletos Ou Um aspeto correto, um incompleto e um errado	9 pontos
Um aspeto correto e os outros incorretos mas que contradizem o correto. Ou dois incompletos e um errado	6 pontos
Um aspeto incompleto e os outros incorretos	3 pontos
três aspetos incorretos.	0 pontos

2.2. 14 pontos

A resposta deve apresentar a seguinte explicação:

- A razão pela qual Porto, Évora e Angra do Heroísmo são abrangidos pelo componente II do Programa Polis prende-se com o fato de estas 3 cidades ou parte delas serem classificadas como património mundial da humanidade pela Unesco.

Descritores do nível de desempenho no domínio da comunicação escrita em Língua portuguesa			Níveis*		
Descritores do nível de desempenho no domínio específico da disciplina			3	2	1
2	Apresenta de uma forma correta a explicação.		14	12	10
1	Apresenta de uma incompleta, mas correta, a explicação.		7	5	3

3. 18 pontos

A resposta deve apresentar a seguinte explicação:

- **A GAML apresenta a maior concentração populacional do país**, com cerca de 25% da população do continente. O segundo lugar é ocupado pela GAMP.

- **A cidade do Porto tem um menor grau polarizador do que Lisboa**, o que se reflete na menor amplitude dos movimentos pendulares (o seu poder de polarização é atenuado pela existência de cidades próximas, como Braga e Aveiro, que detêm uma grande autonomia económica e apresentam mesmo características de bacia de emprego. Contrariamente, Lisboa estabelece relações pendulares com concelhos geograficamente mais afastados, o que testemunha o seu maior grau polarizador.

- **A GAML apresenta níveis de produtividade mais elevados e maior capacidade de gerar valor acrescentado**. Esta situação decorre das diferentes características do tecido industrial da GAML e GAMP. Na primeira, predominam as indústrias de bens de equipamento e de bens intermédios, de carácter intensivo e utilizadoras de mão de obra qualificada (indústrias química, automóvel, construção e reparação naval, farmacêutica, pasta de papel, cimento e agroalimentares). Na segunda, há uma forte especialização nas indústrias têxtil, do calçado, madeira e mobiliário. As empresas são de pequena e média dimensão, de carácter familiar e pouco exigentes em qualificação da mão-de-obra.

Situação de resposta	Cotação a atribuir (pontos)
Três aspetos corretos	18 pontos
Dois aspetos corretos e outro incompleto	15 pontos
Dois aspetos corretos e outro incorreto. Ou Um aspeto correto e os outros incompletos	12 pontos
Três aspetos incompletos Ou Um aspeto correto, um incompleto e um errado	9 pontos
Um aspeto correto e os outros incorretos mas que contradizem o correto. Ou dois incompletos e um errado	6 pontos
Um aspeto incompleto e os outros incorretos	3 pontos
três aspetos incorretos.	0 pontos

Anexo 27 – Protocolo de observação de aulas



UNIVERSIDADE PORTUCALENSE

Estágio Ensino da História e da Geografia

Núcleo de Estágio de Geografia da
Externato Ribadouro
(Jorge Cardoso e Sofia Santos)

Protocolo de Observação de Aulas

Disciplina: Geografia	
Unidade ___ - _____	
Ano <u>7</u> Turma <u>A</u>	DATA: <u>24 de janeiro 2012</u>
Estagiária/o <u>Jorge Cardoso</u> Professor(a) Cooperante <u>João Amaral</u>	

Descrição	Inferências / juízos
<p>O professor abre a porta da sala de aula e observa a entrada dos alunos, enquanto estes vão entrando, saúdam o professor e observam os professores estagiários.</p> <p>Professor cumprimenta os alunos, apresenta a nova aluna que chegou à turma bem como os professores estagiários que irão observar algumas aulas como professores de História que estão a fazer formação de Mestrado na área do ensino da Geografia</p> <p>Verificação das presenças e abertura da lição (sumário ditado aos alunos).</p> <p>Apresentação do tema da aula (aplicação dos conhecimentos desenvolvidos nas aulas anteriores) e explicação das tarefas a realizar pela turma.</p> <p>Distribuição de uma ficha formativa e leitura com os alunos para esclarecer a interpretação da ficha.</p> <p>Circulação pela sala de aula acompanhando a realização da ficha e atendendo às solicitações dos alunos.</p> <p>Esclarecimento dirigido à turma sobre a questão número dois, após verificar que, individualmente, vários alunos depararam-se com a mesma dúvida.</p> <p>Correção da após 20 minutos de trabalho individual dos alunos. Esta foi realizada no quadro com colaboração dos alunos</p>	<p>Entrada ordenada na sala de aula, com o professor junto da porta para garantir a ordem com eficácia.</p> <p>Sente-se uma boa relação entre o professor e os alunos, com proximidade e respeito.</p> <p>Os alunos permanecem em ordem enquanto transcrevem o sumário, sinal de uma disciplina</p>

Externato Ribadouro,
Porto, 24 de Janeiro de 2012
Professor Jorge Cardoso

Anexo 28 – Protocolo de observação de aulas



UNIVERSIDADE PORTUCALENSE

Estágio Ensino da História e da Geografia

Núcleo de Estágio de Geografia da
Externato Ribadouro
(Jorge Cardoso e Sofia Santos)

Protocolo de Observação de Aulas

Disciplina: Geografia	
Unidade ___ - _____	
Ano <u>7</u> Turma <u>A</u>	DATA: <u>25 de janeiro 2012</u>
Estagiária/o <u>Jorge Cardoso</u> Professor(a) Cooperante <u>João Amaral</u>	

Descrição	Inferências / juízos
<p>Início da aula com a saudação do professor ao grupo/turma e apresentação dos professores observadores</p> <p><i>Feedback</i> aos conteúdos da aula anterior (Tipos de costa). O grupo/turma muito assertivo nas respostas às questões que o Professor formulou.</p> <p>Intervenções espontâneas por parte de alguns alunos, quer para esclarecimentos de dúvidas, quer para partilhar experiências e conhecimentos pessoais.</p> <p>Registo de conclusões no caderno diário, ditadas pelo Professor.</p> <p>Registo do sumário.</p> <p>Conclusão do registo de alguns tópicos relacionados com os tipos de costa.</p> <p>Visualização de uma apresentação alusiva aos principais acidentes do litoral português.</p> <p>A segunda parte da aula, iniciou-se com a visualização da apresentação em PowerPoint. Esta apresentação localizava no espaço os acidentes do litoral português:</p> <ul style="list-style-type: none"><input type="checkbox"/> Haff-Delta de Aveiro/Ria de Aveiro;<input type="checkbox"/> Concha de S. Martinho do Porto;<input type="checkbox"/> Tômbolo de Peniche;<input type="checkbox"/> Lido de Faro.	<p>Entrada ordenada na sala de aula, com o professor junto da porta para garantir a ordem com eficácia.</p> <p>A turma revela atitudes de interesse face aos conteúdos, bem como alguma maturidade, e consciência sociopolítica da conjuntura atual.</p> <p>Neste assunto os tipos de interação foi cooperativa quer por solicitação do Professor quer espontânea, bem como personalizada uma vez que os alunos tiveram oportunidade de exprimirem a sua opinião pessoal e de a partilharem com o grupo de trabalho.</p>

<p>Durante a análise de cada acidente do litoral, o Professor apresentou a visualização de excertos de documentários sobre os locais em análise para visualização da morfologia.</p> <p>A aula termina quando o Professor comunica aos alunos que o assunto em análise será continuado na próxima aula.</p>	<p>Sente-se uma boa relação entre o professor e os alunos, com proximidade e respeito.</p>
---	--

Externato Ribadouro,
Porto, 25 de Janeiro de 2012
Professor Jorge Cardoso

Anexo 29 – Protocolo de observação de aulas



Núcleo de Estágio de Geografia da
Externato Ribadouro
(Jorge Cardoso e Sofia Santos)

Protocolo de Observação de Aulas

Disciplina: Geografia	
Unidade ___ - _____	
Ano <u>10</u> Turma <u>B2</u>	DATA: <u>1 de fevereiro 2012</u>
Estagiária/o <u>Jorge Cardoso</u> Professor(a) Cooperante <u>João Amaral</u>	

Descrição	Inferências / juízos
<p>Início da aula com a saudação do professor ao grupo/turma e apresentação dos professores observadores da aula como professores de História que estão a fazer formação de Mestrado na área do ensino da Geografia</p> <p>Registo do sumário, ditado pelo Professor:</p> <p>Resolução de exercícios de preparação para o teste de avaliação.</p> <p>Continuação da realização do trabalho prático.</p> <p>Distribuição à turma pelo Professor de exercícios de tipologia de Exame Nacional de Geografia, analisados em conjunto pela turma e resolvidos em seguida.</p> <p>Organização dos alunos em grupos para dar continuidade ao trabalho que vem sendo realizado em aulas anteriores. A organização dos grupos é rápida e ordeira.</p>	<p>O grupo/turma revela atitudes de interesse face aos conteúdos e exercícios propostos.</p> <p>O tipo de interação:</p> <ul style="list-style-type: none">- cooperativa, espontânea para a aprendizagem.- Personalizada, uma vez que existe espaço para a expressão de opinião pessoal. <p>Grande autonomia dos alunos no desenvolvimento dos trabalhos de grupo.</p>

Externato Ribadouro,
Porto, 1 de Fevereiro de 2012
Professor Jorge Cardoso

Anexo 30 – Protocolo de observação de aulas



Estágio Ensino da História e da Geografia

Núcleo de Estágio de Geografia da
Externato Ribadouro
(Jorge Cardoso e Sofia Santos)

Protocolo de Observação de Aulas

Disciplina: Geografia	
Unidade ___ - _____	
Ano <u>10</u> Turma <u>B2</u>	DATA: <u>24 de fevereiro 2012</u>
Estagiária/o <u>Jorge Cardoso</u> Professor(a) Cooperante <u>João Amaral</u>	

Descrição	Inferências / juízos
<p>No início da aula comecei por saudar a turma que já sabia que esta seria lecionada por mim e, de seguida, registei no quadro o sumário, identificando o tema da aula: Unidades morfológicas do Oceano - Os fatores que influenciam os recursos piscatórios.</p> <p>De seguida projetei uma imagem com a representação dos fundos marinhos e solicitei a sua observação, para que descrevessem o que viam.</p> <p>Solicitados a analisar a imagem, os alunos identificaram a existência de acidentes de relevo que ficam ocultos pelas águas do mar e aplicaram algumas das ideias previstas, como rift e plataforma continental.</p> <p>Algumas curiosidades dos alunos sobre a profundidade das fossas abissais mais profundas do planeta provocaram-me alguma hesitação quanto a valores exatos, mas que foi facilmente ultrapassada com a referência a valores aproximados e cuja exatidão pode ser facilmente comprovada por uma consulta rápida na internet.</p> <p>De seguida apresentei um PowerPoint sobre os fatores que influenciam os recursos piscatórios, no qual os alunos começaram por identificar a plataforma continental e suas características favoráveis à prática piscatória.</p> <p>Posteriormente, o <i>PowerPoint</i> apresentava a plataforma continental portuguesa, levando-os a presumir que ela é extensa, tendo em conta a extensão da costa portuguesa; porém, ao confrontá-los com a plataforma continental de outros países europeus, os alunos acabam por compreender que estes possuem uma plataforma</p>	<p>Os alunos foram muito recetivos à temática apresentada, uma vez que lhes despertou a curiosidade sobre os fundos marinhos, expressa em questões colocadas durante a observação do planisfério.</p> <p>Creio ter conseguido uma boa articulação entre a geografia física e a geografia humana ligada às atividades económicas.</p> <p>Levei os alunos a aperceberem-se que o senso comum a propósito das potencialidades</p>

<p>continental muito maior, pois não é a extensão da costa que interessa, mas sim a largura da plataforma continental.</p> <p>Avançando nos slides, os alunos foram apercebendo-se, através de mapas das correntes marítimas na costa ocidental da Europa e de Portugal, que as correntes marítimas e os seus efeitos são outros dos fatores que influenciam os recursos piscatórios.</p> <p>Alertando-os para a especificidade da costa portuguesa, recorro à experiência de praia dos alunos relativamente ao fenómeno da nortada dos meses de verão e de como ela afeta as correntes marítimas, originando um fenómeno designado por <i>upwelling</i>, favorável a espécies como a sardinha e o carapau. Por fim, o <i>PowerPoint</i> termina com a explicação da criação da Zona Económica Exclusiva (ZEE), das suas características e dos seus objetivos.</p> <p>No momento final da aula, os alunos são convidados a realizar uma ficha de trabalho constituída por exercícios de aplicação de tipo escolha múltipla (similar aos de exame nacional), cuja correção seria efetuada pelo colega do lado, após projeção da chave de solução. Embora tenham concluído a realização da ficha, a verificação da chave de correção passou para a aula seguinte, com auxílio do professor cooperante.</p> <p>O meio socioeconómico elevado dos alunos contribuiu para uma partilha enriquecedora de conhecimentos, baseado num apreciável conhecimento dos mesmos ao nível de cultura geral, resultante do acesso à informação nas mais variadas áreas.</p>	<p>económicas da costa portuguesa nem sempre é correto. O mesmo se aplicando a outros países europeus.</p> <p>Preocupação em aplicar com rigor os conceitos novos como <i>upwelling</i> e Zona Económica Exclusiva. Os alunos foram registando as informações que iam aparecendo no <i>PowerPoit</i>.</p> <p>Grande autonomia dos alunos na realização dos exercícios apresentados.</p> <p>Procurei privilegiar o processo em que os alunos contribuíssem para a construção das suas próprias conclusões.</p>
--	---

Externato Ribadouro,
Porto, 24 de Fevereiro de 2012
Professor Jorge Cardoso

Anexo 31 – Protocolo de observação de aulas



Estágio Ensino da História e da Geografia

Núcleo de Estágio de Geografia da
Externato Ribadouro
(Jorge Cardoso e Sofia Santos)

Protocolo de Observação de Aulas

Disciplina: Geografia	
Unidade ___ - _____	
Ano <u>10</u> Turma <u>B2</u>	DATA: <u>28 de fevereiro 2012</u>
Estagiária/o <u>Jorge Cardoso</u> Professor(a) Cooperante <u>João Amaral</u>	

Descrição	Inferências / juízos
<p>Iniciei a aula cumprimentando os presentes e registando o sumário no quadro, relativo à continuação do tema dos recursos marítimos e ao conceito aquicultura, do qual alguns alunos já tinham ouvido falar.</p> <p>Procurei que os alunos construíssem uma definição de aquicultura a partir dos seus conhecimentos adquiridos previamente, ao mesmo tempo que os alertei que o termo aquicultura é igualmente correto.</p> <p>De seguida, iniciei a apresentação de um <i>PowerPoint</i> sobre a prática da aquicultura desde a antiguidade egípcia e romana, até ao enquadramento legal da mesma em Portugal, desde o século XIX até aos dias de hoje.</p> <p>No decorrer da análise do mesmo <i>PowerPoint</i>, os alunos foram levados a reconhecer diferentes tipologias de unidades de produção, bem como a distinguir os regimes ou sistemas de produção de aquicultura.</p> <p>Após o intervalo, concluímos a análise do <i>PowerPoint</i>, em que os alunos identificaram a distribuição da produção piscícola nacional em aquicultura, bem como a sua composição, limitações e possibilidades.</p> <p>Por fim, procedeu-se à leitura e análise de uma notícia do jornal Público sobre a opinião dos consumidores, a qualidade do peixe e o impacto ambiental da aquicultura, a partir da qual foi promovido um debate em que os alunos, seguindo os tópicos de análise e de reflexão, foram identificando vantagens e desvantagens desta atividade económica.</p>	<p>Elaboração de uma definição de aquicultura através da participação dos alunos.</p> <p>Articulação entre os saberes da Geografia e da História.</p> <p>Análise participada do <i>PowerPoint</i>, com inúmeras questões que os alunos foram colocando sobre as diferentes tipologias de unidades de produção.</p> <p>A leitura da notícia foi feita em voz alta por um aluno voluntário e acompanhada pela turma que, ordenadamente, apresentou as suas</p>

<p>Para finalizar a aula, foi distribuído o documento síntese em que as ideias debatidas apareciam sistematizadas num conjunto de vantagens e num conjunto de desvantagens.</p> <p>Novamente o meio socioeconómico elevado dos alunos contribuiu para uma partilha enriquecedora de conhecimentos, baseado num apreciável conhecimento dos mesmos ao nível de cultura geral, resultante do acesso à informação nas mais variadas áreas.</p>	<p>dúvidas e opiniões no final da leitura. Criou-se um bom ambiente de debate.</p> <p>A análise da síntese de ideias sobre as vantagens e as desvantagens da aquicultura permitiu-lhes concluir que as ideias debatidas estavam muito próximas das debatidas por eles.</p> <p>Mais uma vez, procurei privilegiar o processo em que os alunos contribuíssem para a construção das suas próprias conclusões.</p>
---	--

Externato Ribadouro,
Porto, 28 de Fevereiro de 2012
Professor Jorge Cardoso

Anexo 32 – Protocolo de observação de aulas



Estágio Ensino da História e da Geografia

Núcleo de Estágio de Geografia da
Externato Ribadouro
(Jorge Cardoso e Sofia Santos)

Protocolo de Observação de Aulas

Disciplina: Geografia	
Unidade ___ - _____	
Ano <u>10</u> Turma <u>B2</u>	DATA: <u>11 de maio 2012</u>
Estagiária/o <u>Jorge Cardoso</u> Professor(a) Cooperante <u>João Amaral</u>	

Descrição	Inferências / juízos
<p>Após o registo do sumário, identificando o tema da aula esta teve início com a projeção de um excerto do documentário “Portugal Um Retrato Social” de autoria de António Barreto, previamente montado por mim, orientado por uma ficha de visionamento com os seguintes instruções: atentar em aspetos como a evolução da taxa de natalidade nas últimas décadas e os fatores que a influenciam, o índice de renovação das gerações e ainda outros fatores de flutuação da evolução da população desde os anos 60 à atualidade.</p> <p>Finda a projeção, procurei esclarecer algumas dúvidas sobre passagens do vídeo que alguns alunos não tinham compreendido, para passar às respostas obtidas a partir dos tópicos da primeira parte da tarefa da ficha de visionamento.</p> <p>De seguida, propus a análise dos gráficos do guia de visionamento e solicitei conclusões, procurando cotejá-las com os aspetos referidos no excerto do documentário, determinando agora com valores mais exatos a evolução de indicadores demográficos como: o total da população; a comparação da população jovem com a população idosa; a</p>	<p>A apresentação de um documentário deste reputado sociólogo foi enriquecedora. Não foi visualizado na íntegra quer por motivos práticos (não havia tempo) quer pedagógicos (alguns alunos perderiam a concentração necessária). Assim trunqueei o filme, apresentando uma montagem coesa de vários excertos.</p> <p>Foi um pouco difícil não ir respondendo aos aspetos solicitados na ficha ao mesmo tempo que esclarecia dúvidas. Mas também não rompi os raciocínios que os alunos iam apresentando.</p> <p>Creio que o cruzamento dos dois recursos (o excerto do documentário e os</p>

<p>esperança média de vida por sexo; os indicadores de envelhecimento; o índice sintético de fecundidade (distinguindo do índice de renovação de gerações).</p> <p>À medida que identificavam as principais conclusões, era efetuado o registo no quadro.</p> <p>Após os alunos terem transcrito as conclusões para o caderno diário, projetei uma peça jornalística emitida pelo Jornal Nacional da TVI, intitulada “Portugueses têm cada vez menos filhos”, para lançar o debate sobre os principais problemas demográficos e propostas viáveis para contribuir para a sua resolução.</p> <p>O debate tornou-se bastante aceso no ponto relativo às propostas viáveis para a resolução dos problemas demográficos.</p> <p>Por fim, após o registo das principais conclusões, distribuí uma ficha de trabalho para avaliar a aquisição e a aplicação dos conhecimentos. Embora tenham iniciado a realização da mesma na sala de aula, a sua conclusão e respetiva resolução ficaram para a aula seguinte com o professor cooperante.</p>	<p>gráficos da ficha) articularam-se de forma eficaz.</p> <p>Os alunos revelaram grande autonomia na transcrição dos registos do quadro, sem que tal fosse solicitado.</p> <p>A notícia televisiva foi igualmente eficaz pela síntese de ideias que apresentava quanto às problemáticas demografia nacional, evidenciando a consciência cívica e política dos alunos.</p> <p>O entusiasmo na defesa de algumas ideias que os alunos apresentavam obrigou-me a ser mais interventivo, de maneira a que o debate não se desviasse da temática demográfica para um enfoque excessivamente político.</p> <p>Mais uma vez, procurei privilegiar o processo em que os alunos contribuíssem para a construção das suas próprias conclusões.</p>
---	--

Externato Ribadouro,
Porto, 11 de Maio de 2012
Professor Jorge Cardoso

Anexo 33 – Protocolo de observação de aulas



UNIVERSIDADE PORTUCALENSE

Estágio Ensino da História e da Geografia

Núcleo de Estágio de Geografia da
Externato Ribadouro
(Jorge Cardoso e Sofia Santos)

Protocolo de Observação de Aulas

Disciplina: Geografia	
Unidade ___ - _____	
Ano <u>10</u> Turma <u>B2</u>	DATA: <u>24 de fevereiro 2012</u>
Estagiária/o <u>Jorge Cardoso</u> Professor(a) Cooperante <u>João Amaral</u>	

Descrição	Inferências / juízos
<p>O docente iniciou a aula com uma apresentação formal à turma.</p> <p>Apresentação da matéria fazendo uma ligação correta com as aulas anteriores.</p> <p>Utilização muito apropriada de um planisfério físico na apresentação em PowerPoint.</p> <p>Indicações corretas no planisfério (Rift e dorsal).</p> <p>Boa relação com a matéria anterior à medida que foi levando os alunos a explorar a informação do PowerPoint.</p> <p>Alguma ansiedade que se revelou em pormenores (profundidade da fossa das Marianas e Açores em vez de Flores)</p> <p>Boa participação dos alunos na descoberta dos fatores importantes para a riqueza da plataforma continental;</p> <p>Momento apropriado de reflexão e registo dos fatores referidos anteriormente;</p>	<p>Boa movimentação e comunicação com os alunos.</p> <p>Discurso e diálogo totalmente adaptado ao ano letivo.</p> <p>Pertinência dos recursos utilizados, adequados à turma e ao nível etário dos alunos.</p> <p>Utilização correta e rigorosa dos conceitos da Geografia.</p> <p>Capacidade razoável de lidar com questões imprevistas.</p> <p>Revela capacidade de conduzir os alunos na construção dos seus conhecimentos.</p> <p>Distinção clara de diferentes momentos</p>

<p>Resposta adequada por parte do docente a uma questão pertinente (Porque é que a plataforma continental é tão pequena em Portugal continental?);</p> <p>Alusão correta às correntes marítimas e introdução ao Upwelling;</p> <p>Aplicação de uma ficha de trabalho de casa adequada.</p>	<p>da aula.</p> <p>Capacidade em lidar com questões imprevistas.</p> <p>Utilização correta e rigorosa dos conceitos da Geografia.</p> <p>Capacidade de construção de materiais de avaliação dos alunos.</p>
--	---

Externato Ribadouro,
Porto, 24 de Fevereiro de 2012
Professor João Amaral

Anexo 34 – Protocolo de observação de aulas



UNIVERSIDADE PORTUCALENSE

Estágio Ensino da História e da Geografia

Núcleo de Estágio de Geografia da
Externato Ribadouro
(Jorge Cardoso e Sofia Santos)

Protocolo de Observação de Aulas

Disciplina: Geografia	
Unidade ___ - _____	
Ano <u>10</u> Turma <u>B2</u>	DATA: <u>28 de fevereiro 2012</u>
Estagiária/o <u>Jorge Cardoso</u> Professor(a) Cooperante <u>João Amaral</u>	

Descrição	Inferências / juízos
<p>Introdução ao tema através do registo do sumário – continuação e elo de ligação com a aula anterior;</p> <p>Procurou a construção da noção de aquacultura – através de uma imagem e participação dos alunos (boa escolha);</p> <p>Utilização de um PowerPoint:</p> <p>Abordagem histórica correta e positiva (multidisciplinaridade) com bom feedback dos alunos;</p> <p>Escolha correta através de uma cronologia do tema (boa mudança de escala);</p> <p>Etapas, regimes ou sistemas de exploração (esclarecedor e sintético);</p> <p>Evolução com gráfico muito interessante e esclarecedora;</p> <p>Mapa de distribuição (leva a uma análise por parte dos discentes);</p> <p>Comparação com a produção aquícola nacional (%) – interessante;</p> <p>Limitações e possibilidades (boa questão que levou a um “diálogo” interessante).</p>	<p>Boa seleção de recursos, capazes de motivar a participação dos alunos.</p> <p>Boa articulação entre os saberes da Geografia e da História.</p> <p>Capacidade de construção de materiais para exploração durante as aulas.</p> <p>Participação ordenada dos alunos na exploração do PowerPoint.</p> <p>Boa movimentação do docente durante toda a apresentação do PowerPoint estando atento para esclarecer dúvidas.</p>

<p>Documento escrito para posterior debate (escolha apropriada ao escalão etário e ao tema em estudo);</p> <p>Participação concertada no debate.</p> <p>Boa conclusão com a análise das vantagens e desvantagens da aquacultura.</p>	<p>Diversificação dos recursos utilizados durante a aula.</p> <p>Debate bem orientado e pertinência das conclusões obtidas.</p>
--	---

Externato Ribadouro,
Porto, 28 de Fevereiro de 2012
Professor João Amaral

Anexo 35 – Protocolo de observação de aulas



Estágio Ensino da História e da Geografia

Núcleo de Estágio de Geografia da
Externato Ribadouro
(Jorge Cardoso e Sofia Santos)

Protocolo de Observação de Aulas

Disciplina: Geografia	
Unidade ___ - _____	
Ano <u>10</u> Turma <u>B2</u>	DATA: <u>11 de maio 2012</u>
Estagiária/o <u>Jorge Cardoso</u> Professor(a) Cooperante <u>João Amaral</u>	

Descrição	Inferências / juízos
<p>Início da aula com registo do sumário, dando continuidade ao tema da evolução da população portuguesa na 2ª metade do séc. XX.</p> <p>Projeção de uma montagem do documentário “Portugal, Um Retrato Social”, com excertos muito pertinentes. Visionamento orientado por uma ficha com tópicos.</p> <p>Começa por esclarecer eventuais dúvidas, antes de procurar responder aos tópicos da ficha.</p> <p>Realização das tarefas propostas na ficha, cruzando com a informação do documentário e registo das conclusões obtidas</p> <p>Notícia televisiva sobre a redução do número de filhos entre os portugueses, adequada à reflexão seguinte sobre as consequências demográficas deste fenómeno.</p> <p>Debate bastante animado, com uma participação muito ativa da turma, por vezes excessiva na defesa das ideias.</p>	<p>Boa escolha do documentário e montagem dos excertos bem conseguida. Visionamento orientado por tópicos.</p> <p>Misturou o esclarecimento de dúvidas com resposta parcial aos tópicos de visionamento</p> <p>Gráficos com dados bem atualizados, relativos ao último senso.</p> <p>A notícia televisiva estimulou a atenção dos alunos. Escolha adequada.</p> <p>Alguma dificuldade em conter o entusiasmo dos alunos, resvalando</p>

<p>Registo das principais conclusões.</p> <p>Ficha de trabalho para avaliar a aquisição e a aplicação dos conhecimentos.</p>	<p>para questões políticas.</p> <p>Não controlou bem o tempo do registo das conclusões o que não permitiu corrigir a ficha no tempo de aula.</p>
--	--

Externato Ribadouro,
Porto, 11 de Maio de 2012
Professor João Amaral